NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ

BRUSQUE E REGIÃO

UNIFEBE
Brusque
2022

Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque

Fundada em 4 de agosto de 1953

Reconhecida de Utilidade Pública: Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954 - Lei Estadual nº 1162 de 12 de novembro de 1954 - Cadastrada no Ministério da Cultura sob nº 52.001.659/87-17
CNPJ: 83.721.639/001-93

Sede própria: Av. Otto Renaux, 285 - 88351-301 – Brusque – Santa Catarina
Fone: (47) 3351 2132 - E-mail: casadebrusque@gmail.com - Home Page: www.casadebrusque.com

DIRETORIA EXECUTIVA: Gestão 2021/2023
Presidente: Ricardo Vianna Hoffmann
Vice-presidente: Rafael João Scharf
Primeiro Secretário: Roland Imhof
Segundo Secretário: Ricardo José Scharf
Primeiro Tesoureiro: Gilson Ávila Hulbert
Segundo Tesoureiro: Gaspar Eli Severino
Diretora de Patrimônio: Maria Léa Gevaerd Backes
Diretor Técnico: Celso Deucher

Conselho Fiscal:
Efetivos: Marcus Schlösser,
Roque Luiz Dirschnabel e Joel Mendes
Suplentes: Gilmar Heil, Francisco Daniel
Imhof e Rafael Viana

CONSELHO EDITORIAL:
Presidente: Jorge Paulo Krieger Filho
Roque Luiz Dirschnabel
Celso Deucher
Edinéia Pereira da Silva
Francisco Daniel Imhof
Luciana Pasa Tomasi
Pe. Eder Cláudio Celva
Raquel Schöning
Ricardo José Engel
Ricardo Vianna Hoffmann
Rosemari Glatz
Marcos Eugênio Welter

Fundador: AYRES GEVAERD
Elaboração: Conselho Editorial
Diagramação: Peterson Paulo Vanzuita
Coordenação editorial: Jorge Paulo Krieger Filho e Luciana Pasa Tomasi
Revisão: Francisco Daniel Imhof
Edição anual: 2022, Nº 69, Ano XX - Tiragem: 500 exemplares
Capa: Conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque em ilustração comemorativa, alusiva ao bicentenário de seu nascimento. Acervo: Clube Filatélico Brusquense.

Notícias de Vicente Só / Sociedade Amigos de Brusque - Ano 1, nº 1 (1977). - Brusque: Ed. UNIFEBE, n. 69, 2022.
194 p. 16 X 23 cm

Anual
ISSN: 2238-7064

1. Brusque - História. 2. Santa Catarina - História. I. Sociedade Amigos de Brusque. II. Título

CDD: 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

Sumário

1 - **Francisco Carlos de Araújo Brusque - Porto Alegre, RS – 24/05/1822, Pelotas 23/09/1886..... 7**
Julie Francine Ricardo

2 - **Indígenas: de inocentes a inimigos – Relatos e Notícias..... 29**
Ricardo Vianna Hoffmann e Vandreza Amante Gabriel

3 - **Os primórdios da Maçonaria na cidade de Brusque.. 49**
Adauto Celso Sambaquy

4 - **História (em quadrinhos) de Brusque..... 59**
Aldo Maes dos Anjos

5 - **Eleições em Brusque..... 71**
Danilo Moritz

6 - **10 anos do Programa de Intercâmbio Cultural (2012-2022) Termo de Cooperação emtr Brusque e Landkreis Karlsruhe..... 81**
Emilia Rosenbrock

7 - **O Legado de Frieda Gerner..... 101**
Jaqueline da Silva

8 - **Colônia Itajahy-Brusque: Imigração e Evolução da População no Período 1860-1877..... 111**
João José Leal

9 - **150 Anos do Colégio Cônsul Carlos Renaux..... 127**
Nathan Krieger

10 - **A Grandiosa e "nova" Igreja Matriz de Guabiruba.. 141**
Pe. Eder Cláudio Celva

11 - **Acervo Arqueológico do Museu Casa de Brusque.... 151**
Darlan Pereira Cordeiro;
Luciana Pasa Tomasi;
Alessandra Hodecker-Dietrich;
Juarês José Aumond;
Vandreza Amante Gabriel

12- **João Baptista Rudolf: Uma história de vida que merece ser resgatada..... 161**
Maria Teresinha Debatim

13- **Documentos Oficiais 1871..... 169**

14- **Guabiruba 60 anos de Emancipação: Um breve histórico da colonização do município..... 175**
Rosemari Glatz

15- **Sociedade Amigos de Brusque - Museu Casa de Brusque: Relatório da Diretoria - Exercício de 2021..... 185**
Sociedade Amigos de Brusque e Museu Casa de Brusque

MENSAGEM DO EDITOR

Prezados leitores,

Dando continuidade à publicação do ANUÁRIO NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ, apresentamos a edição nº 69 alusiva ao ano de 2022, que contempla vários artigos sobre a história de Brusque e Região.

Textos e pesquisas muito bem fundamentadas, de fácil e agradável leitura, temos certeza que irão proporcionar um enriquecimento histórico-cultural de grande valia para os leitores.

Cabe destacar que a Sociedade Amigos de Brusque (SAB), mantenedora do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, conhecido como Museu Casa de Brusque, que edita este Anuário, vem promovendo importantes adaptações no sentido de adequar os seus espaços para melhor expor o valioso acervo que dispõe, como pode ser visto no Relatório de Atividades ora publicado.Estas realizações foram possíveis graças ao inestimável apoio financeiro de várias empresas, nominadas no mencionado relatório.

Acreditamos que a presente edição do ANUÁRIO NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ, por sua importância literária, irá merecer a atenção de todos que se interessam, não só pelo passado mas também pelo presente, sobre a rica história que nos foi legada e que continua sendo construída em nossos dias.

Finalizando, registramos os agradecimentos aos autores dos textos publicados, aos colaboradores que viabilizaram financeiramente esta edição, ao Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE pelos serviços de diagramação e a todos os demais que contribuíram com o presente número de NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ.

Brusque, 5 de agosto de 2022

Jorge Paulo Krieger Filho

Presidente do Conselho Editorial

Francisco Carlos de Araújo Brusque

Porto Alegre, RS – 24/05/1822, Pelotas 23/09/1886

Julie Francine Ricardo*

Descendente da nobreza italiana e portuguesa, Francisco Carlos de Araújo Brusque – versão abrasileirada de Bruschi, adotada a partir de 1846 - 1847[1] sob conselho do Visconde de Rio Grande[2] – foi um político, militar e advogado brasileiro. Para compreender essa personalidade, é importante conhecer e analisar a história da sua família.

1 ORIGENS

Seu avô, o italiano Nicolau Bruschi, chegou em Portugal por volta de 1762-1763.[3] Por meio de uma amizade com o rei Dom José I (1714-1777) obteve a nomeação de Mordomo-mor do Paço Real. Anos mais tarde, casou-se com a dama Anna Joaquina Vieira de Aguiar e Almada, parte da fidalguia portuguesa, tendo quatro filhos, nascidos em Lisboa: José Luiz, João, Francisco Vicente e Maria Amália. Após o matrimônio, Nicolau foi reconhecido como nobre florentino de primeira linhagem e conferido foro perpétuo, além do direito de transmissão do título a todos os seus descendentes. Com a vinda da Família Real para o Brasil, Dom João VI (1767-1826) deu a Bruschi o cargo de Administrador e Intendente Geral dos bens reais e trouxe os dois irmãos, João e Francisco Vicente Bruschi (1776-1829), ambos militares, na viagem. O último, em exercício desde 1790, já atuava como Alferes de Infantaria de Linha

---

* A autora é acadêmica do Curso de História da UNINTER (Centro Universitário Internacional) e estagiária no Museu Casa de Brusque.

[1] A grafia do sobrenome variou ao longo dos anos. No registro de batismo de Francisco Carlos de Araújo Brusque (1822), por exemplo, é possível encontrar "Coronel Vicente Francisco Brusque" e Nicoláo Brusque", enquanto o registro de óbito de Francisco Vicente apresenta "Brusco" nos dois casos.

[2] José de Araújo Ribeiro (1800-1879), filho do comendador José Antônio de Araújo Ribeiro, foi um advogado, diplomata e político brasileiro.

[3] Rf. BRUSQUE, Heráclito. **Família BRUSQUE**: Dados Genealógicos e Biográficos. Notícias de Vicente Só, ANO 1, nº 4. p. 88-91.

Brasão da Família Bruschi
Acervo: Museu Casa de Brusque

(1807) e foi promovido a Comandante e incorporado aos Reais Exércitos do Vice-Reino do Brasil como Tenente (1808).

Estabelecido na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco Vicente Bruschi, agora Tenente Coronel de milícias (1818), casou-se com D. Delphina Carlota de Araújo Ribeiro, filha do nobre português e Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro[4], e juntos tiveram oito filhos: Carlota (1817), Maria (1819-1820), Francisco Carlos (1822-1886), Maria Carlota Vicente (1823-1882), José[5] (1826-1900), Maria Amália (1827-1898), Maria (1827) e Raphael (1829). Em sua carreira militar, atuou como Ajudante de ordens dos Governadores das Capitanias de São Paulo e São Pedro. Na sequência da Independência do Brasil, Bruschi exerceu o cargo de Coronel do Estado Maior, atuando como Assistente Militar do Governo Provisório da Província de São Pedro (1823). Quando esta se encontrava organizada no quesito constitucional, foi nomeado Comandante da Guarnição e Depósito da Capital de Porto Alegre (1825-1829), permanecendo no posto até falecer. Segundo Heráclito Brusque, Vicente era Grande do Império, recebendo visitas de Dom Pedro I (1798-1834), do qual

> dispensava-lhe tanta amizade e intimidade que quando esteve no Rio Grande ia todas as noites sozinho à casa de Francisco Vicente e tomava chá com ele e sua família e dizia que alí [sic] sentia-se bem, junto de um amigo sincero e leal, e longe de fingimentos[6].

Tamanha proximidade com a família real e vasta atuação militar transformaram a família Bruschi numa das mais ilustres do Rio Grande do Sul. A influência se estendeu para os seus descendentes, como foi o caso do filho Francisco Carlos, que atuou e ficou conhecido como um dos conselheiros mais próximos de Dom Pedro II (1825-1891).

---

[4] Membro da família dos Araújo Ribeiro De Braga, o Comendador era charqueador, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.

[5] José Luiz de Araújo Brusque (1826-1900) atuou como juiz e político, além de ter sido um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Pedro (IHBPSP), em 1860.

[6] BRUSQUE, Heráclito. Família BRUSQUE: Dados Genealógicos e Biográficos. Notícias de Vicente Só, ANO 1, nº 4, p. 90.

2 CARREIRA

Francisco Carlos de Araújo Brusque fez curso preparatório e, então, bacharelado em Direito na Academia de Direito (atual Faculdade de Direito de São Paulo – FDUSP), formando-se em 17 de novembro de 1845. Sua primeira esposa foi Eugenia Barreto[7], com quem teve cinco filhos: Adolpho Carlos (25 de abril de 1843[8]), Olímpio Carlos[9] (14 de maio de 1845), Maria Amália (5 de junho de 1846), Luiz (8 de dezembro de 1847) e Coriolano (10 de janeiro de 1849). Ao retornar para o Rio Grande, filiou-se ao Partido Liberal e atuou como Deputado Provincial (1849, 1850, 1851, 1852, 1854, 1856, 1857, 1868). Católico, Brusque casou pela segunda vez num matrimônio de consciência celebrado pelo Padre Thomé Luiz de Souza (1771-1858)[10], em Porto Alegre, no dia 24 de maio de 1849[11], com Cecília Amália Azevedo (1834-1921). Da união, nasceram oito filhos: Francisco Carlos (25 de novembro de 1858), José (22 de novembro de 1862), Arthur (15 de junho de 1860), Raphael (26 de fevereiro de 1870), Emma (16 de julho de 1871), Heráclito (17 de maio de 1872), Cecília (17 de dezembro de 1875) e Francisca (12 de dezembro de 1877).

Como deputado à Assembleia Geral, Araújo Brusque atuou pela Província de São Pedro do Rio Grande (1856-1859) e pela Província do Amazonas (1873-1875). Com o início do conflito na Prata (Guerra contra Oribe e Rosas, 1850-1852), exerceu cargo de auditor de guerra pelo Governo Imperial, em 1851, recebendo o posto de Coronel e posterior medalha de ouro de mérito militar.

---

[7] Não foram encontradas maiores informações sobre Eugenia Barreto, uma vez que seu nome não consta nos registros de batismo consultados.

[8] Batizado em 14 de maio de 1844, em São Paulo.

[9] O batismo de Olímpio ocorreu cerca de um mês antes do segundo matrimônio de Araújo Brusque, em 18 de abril de 1849.

[10] Original da Colônia de Sacramento, atual Uruguai, Souza foi um padre, educador e político brasileiro.

[11] Dados reunidos por Pedro Brusque de Abreu.

[12] Na época, o "Barão da Uruguaiana" atuava como presidente do Conselho de Ministros, acumulando a pasta da Fazenda e, interinamente, a do Império.

Após uma década de administração de seu sucessor, João José Coutinho (1809-1870), uma Carta Imperial, datada de 6 de setembro de 1859, nomeou Francisco Carlos de Araújo Brusque como Presidente da Província de Santa Catarina. Esperidião Elói de Barros Pimentel (1824-1906), governante interino desde 23 de setembro de 1859, entregou o cargo. Apesar de membro do Partido Liberal, Brusque foi indicado por um Ministério Conservador, liderado por Ãngelo Muniz da Silva Ferraz (1812-1867)[12]. Na companhia da família e a bordo do vapor "Princesa de Joinville", o agora Presidente de Província desembarcou no trapiche da Alfândega de Desterro, atual Florianópolis, no dia 20 e tomou posse na tarde seguinte[13] , em 21 de outubro de 1859, governando até 17 de abril de 1861. Durante o período, criou três núcleos coloniais, Brusque, Teresópolis e Angelina. Mais tarde, foi nomeado Presidente da Província do Pará (1861-1863), realizando melhorias na infraestrutura pública e estudos sobre os indígenas da região, além de promover a catequização, proteção e fundação da Aldeia Santa Leopoldina[14].

FAMÍLIA BRUSQUE - Da esquerda para a direita: Heráclito, dentista; José, médico; Francisco, engenheiro agrônomo; Arthur, farmacêutico; Raphael; No colo está Francisca; Sentadas D. Cecilia Amália, filhas Cecilia e Emma. Francisco Carlos está de pé, a direita. Fonte: Álbum Brusque 150 anos/ Museu Casa de Brusque.

---

[13] Rf. GLATZ, Rosemari. Francisco Carlos de Araújo Brusque – um breve currículo. O Município. Julho de 2016. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/francisco-carlos-de-araujo-brusque-um-breve-curriculo/>. Acesso em 21 de março de 2022.

[14] Rf. MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Francisco Carlos de Araújo Brusque. 2022. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1174-Francisco_Carlos_de_Araujo_Brusque>. Acesso em: 25 de março de 2022.

Como Ministro e Secretário dos negócios da Marinha (31 de março a 31 de agosto de 1864, pouco antes da Guerra do Paraguai), Araújo Brusque propôs um plano de reforma baseado no sistema adotado pela marinha francesa, de modo a concentrar a gestão do serviço naval em quatro diretorias: central, direção de material, diretoria do pessoal e contabilidade geral. Em relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Segunda Legislatura (14 de maio de 1864, Rio de Janeiro)[15], destacou a necessidade de uma marinha forte, mas sem a pretensão de competir com as grandes potências marítimas. Apesar das boas relações com as nações vizinhas, o Império carecia de uma renovação da esquadra e introdução de novos navios, como fortes canhoneiras adequadas a navegação de grandes rios e encouraçados.

Araújo Brusque seguiu como colaborador de Dom Pedro II e, em 1875, retirou-se da vida política. Na Província natal, atuou exclusivamente como advogado até a morte no dia 23 de setembro de 1886. Segundo o historiador Paulo Vandelino Kons[16], Francisco Carlos de Araújo Brusque faleceu pobre. A família, mesmo com dificuldades financeiras, conseguiu custear a educação dos descendentes nas áreas de Direito, Medicina, Farmacêutica, Marinha, Odontologia, entre outros.

Ao longo da vida, Brusque recebeu honrarias, como as condecorações de Oficialato da Ordem da Rosa[17], o Hábito de Cristo e a Grã-Cruz da ordem do Leão Neerlandês[18] (1864). Esse último se deve pelos serviços prestados a corveta, Prinses Amelie, quando

---

[15] Rf. BRUSQUE, F.C.A. Relatório do Ministro e secretário dos negócios da Marinha, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Segunda Legislatura. Rio de Janeiro. 1864.

[16] Rf. KONS, P. V. A vinda do Conselheiro que deu o nome a Brusque. Brusque Memória. Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/31/A-vinda-do-Conselheiro-que-deu-o-nome-a-Brusque>. Acesso em 21 de março de 2022.

[17] Criada pelo Imperador D. Pedro I, a Imperial Ordem da Rosa homenageava civis e militares devido sua fidelidade e serviços prestados ao Estado.

[18] No original, *Ridder Groot-Kruis Der Orde Van Den Nederlandschen Leeuw*. A ordem do Leão Holandês é uma das mais antigas e mais altas ordens civis holandesas, tendo sido constituída pelo rei Guilherme I, em 29 de setembro de 1815.

esteve no Dique Imperial. No que se refere a homenagens póstumas, é possível mencionar o busto, esculpido pelo artista Walter de Oliveira, erguido na Praça Sesquicentenário, Brusque, em setembro de 2011, assim como o selo personalizado lançado pelo Clube Filatélico de Brusque na ocasião dos 135 anos de seu falecimento, em setembro de 2021.

Após dez anos de articulação de uma Comissão Organizadora (decreto nº 4.083/98), presidida pelo historiador Paulo Vandelino Kons, os restos mortais de Araújo Brusque, junto dos da esposa (Cecília Amália de Azevedo Brusque), nora (Crescencia Botelho Brusque), filhos (Francisco Carlos, Arthur, Heráclito, Cecília e Francisca) e uma escrava alforriada (Martinha Alves Penna) foram trasladados e depositados em um mausoléu[19] no jardim do Museu Casa de Brusque. No local, existe um monumento de bronze em homenagem ao conselheiro, com a lápide original de Pelotas, Rio Grande do Sul. O evento se deu na comemoração de 138 anos do estabelecimento dos primeiros colonos na região de Brusque, em 4 de agosto de 1998.

2.1 ATUAÇÃO COMO PRESIDENTE DE PROVÍNCIAS

Em 23 de julho de 1857, Araújo Brusque proferiu discurso como deputado pelo distrito de Piratinim, Rio Grande do Sul, numa reunião sobre o orçamento da repartição dos negócios do Império. Nele, apresentou algumas preocupações acerca do futuro do país, o que enfrentaria durante as presidências das províncias de Santa Catarina e Pará nos anos seguintes. Seu principal argumento gira em torno das consequências da centralização de poderes.

Segundo o então deputado, os capitais reunidos em um país novo como o Brasil não eram destinados a alimentar novos trabalhos ou a aumentar a produção. Durante o período de conflito entre os partidos nacionais, a administração recorreu a política, um poder frenético e que

---

[19] O monumento foi projetado por um arquiteto da Secretaria de Obras da Prefeitura de Brusque, identificado apenas como Maurício. Rf. **Breve linha do tempo**: MAUSOLÉU Francisco Carlos de Araújo Brusque e família. Fev. 2021. Disponível em: <https://d6scj24zvfbbo.cloudfront.net/9d1a28aea53c18148780a56f320aea3f/200003874-aa163aa165/Mausol%C3%A9u%20de%20Ara%C3%BAjo%20Brusque%2022032021.pdf?ph=d1c24f7434>. Acesso em 21 de março de 2022.

desdenha das regras. A centralização, dessa forma, teria se modelado a partir da reação. A agricultura, o comércio e a exportação, por exemplo, não se desenvolviam devido à falta de recursos necessários. O Banco Nacional, ao possuir o privilégio da emissão, centralizava o crédito e controlava quem o receberia, o que ia de encontro com o pensamento de Brusque. Para ele, "o credito é uma faculdade que deriva da confiança. (*Apoiados*). A lei não é quem dá o credito ao individuo; a confiança que nelle depositão os outros é que o estabelece[20]". Além disso, o governo atendia apenas as necessidades imediatas, prejudicando investimentos de longo prazo.

De acordo com Araújo Brusque, a colonização é um projeto a ser estudado de maneira específica, considerando a província e suas particularidades, como solo, produtos, trabalho, estado das comunicações, hábitos e costumes. A análise prévia e especializada evitaria que "a emigração seja um verdadeiro fluxo e reflexo de homens que chegão e fogem, que vem e vão, que não se fixão, e que rolão na sociedade como rola a onda em torno do rochedo, ora chegando-se, ora fugindo delle.[21]" O funcionamento de cada província, dessa forma, deveria ser isolado, reservando ao governo o serviço de inspeção. A individualidade, categorizada como uma existência coletiva intermediária por Brusque, não poderia ser substituída por uma existência geral, sustentando sua problematização acerca da centralização de poderes. Nos parágrafos finais do discurso de 1857, o deputado declara que "todos amão a ordem, todos prezão a autoridade. Desça pois o governo do castello das prevenções, derribe as barreias que ellas ventárão, que o separão do povo, o fraternise-se com o povo. (*Muitos apoiados*.)[22]"

---

[20] **Discurso do deputado pelo distrito de Piratinim** (Rio grande do Sul) Dr. F. C. A. Brusque, proferido na sessão de 23 de julho de 1857, por ocasião de discutir-se o orçamento da repartição dos negócios do império. Rio de Janeiro: Correio da Tarde. 1857. p.8.

[21] Ibid., p.12.

[22] **Discurso do deputado pelo distrito de Piratinim** (Rio grande do Sul) Dr. F. C. A. Brusque, proferido na sessão de 23 de julho de 1857, por ocasião de discutir-se o orçamento da repartição dos negócios do império. Rio de Janeiro: Correio da Tarde. 1857. p.21-22.

À frente da presidência da Província de Santa Catarina, Brusque buscou promover a colonização da região. O clima ameno, as terras férteis e a navegação fluvial ganharam destaque nos relatórios provinciais e, em sua concepção, formariam o melhor conjunto de condições, em todo o Império, para a imigração europeia. Em seu segundo relatório, o presidente afirma que

> Convencido de que o futuro desta Provincia repousa em grande parte no desenvolvimento de seus núcleos coloniaes, eu tenho feito quanto permitem minhas debeis forças para vencer as dificuldades que rodeao este interessante ramo de serviço, e se não posso ufanar-me com a certeza de havel-as removido, resta-me consolo de ver contentes, e saptisfeitos com a sua nova patria os emigrantes que tenho estabellecido[23].

Em relação à atuação de Brusque, o seu filho Heráclito afirma que "[...] aí fundou diversos núcleos coloniais, dos quais um deles é hoje a cidade de Brusque, procurando também civilizar os selvagens dessa região[24]." Os outros dois foram Teresópolis, colônia fundada em 3 de junho de 1860, com católicos e luteranos da região da Renânia e Vestfália, enclaves prussianos; e Angelina, em dezembro de 1860, colônia de caráter pronunciadamente nacional no interior da faixa litorânea da província.

Em meio a uma população sofrendo com sarampo e varíola, a falta de adesão às vacinas se apresentava como um alerta na esfera da saúde pública no ano de 1860. Os obstáculos eram vários: falta de pessoal habilitado e material em perfeito estado, longas distâncias, dificuldade de comunicação e o receio dos indivíduos diante da imunização.

No que se refere a educação, Araújo Brusque perpetuou uma mesma ideia em todas as suas administrações provinciais, advogando em seus

---

[23] **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina**, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 8 de março de 1861.

[24] BRUSQUE, Heráclito. **Família BRUSQUE**: Dados Genealógicos e Biográficos. Notícias de Vicente Só, ANO 1, nº 4, p. 91.

relatórios a favor da formação especializada dos professores. Segundo ele, o magistério era tratado como um simples emprego e não uma profissão e sacerdócio. Dessa forma, perdia-se a ciência do ensino. A facilidade oferecida pelo ingresso por concurso esvaziava o significado do trabalho a ser exercido pelo professor. Em relatório, o presidente afirma que

> [...] a escola é o mestre, e este não está ainda na altura de suas funções e das necessidades do nosso seculo. E' indispensavel, que o mestre, esse sacerdote da educação intellectual e moral, esse grande arbitro dos destinos de um povo, conquiste pelo saber, instrucção e moralidade o verdadeiro logar, que lhe compete. Pois bem, formae o mestre, creae uma escola normal, que nos prepare um viveiro de bons professores[25].

Em 1860, Brusque sugeriu a criação uma escola prática de professores, pois identificava a falta de formação como o problema primeiro da educação provincial. No mesmo ano, promoveu a reestruturação do Liceu Provincial, responsável pela Instrução Secundária, através do desligamento de antigos professores e a reformulação do plano de estudos. Esse último permitia a entrada de alunos sem qualquer tipo de comprovação de aproveitamento das lições da Instrução Primária. Com o objetivo de minimizar os gastos criados pelas turmas sem a demanda mínima, as matérias de História e Geografia, Retórica e Filosofia foram suspensas, mantendo Inglês, Latim, Matemática, Francês e Desenho. Segundo Dias[26], os professores estrangeiros foram substituídos por

---

[25] **Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863. p.91.

[26] Rf. DIAS, T. C. Estabelecidos e outsiders: as disputas na província catarinense pelo poder de instruir (1845-1864). Congresso Internacional de História. Paraná, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Thiago-Cancelier-Dias/publication/269090667_Estabelecidos_e_outsiders_as_disputas_na_provincia_catarinense_pelo_poder_de_instruir_1845-1864/links/5a8d732da6fdcc6e971423c0/Estabelecidos-e-outsiders-as-disputas-na-provincia-catarinense-pelo-poder-de-instruir-1845-1864.pdf>. Acesso em 22 de março de 2022.

mestres brasileiros, uma reivindicação atendida pelo presidente. Em relatório de 1860, Brusque clamou pela obrigatoriedade do ensino devido à baixa adesão, já que os pais da Província não costumavam enviar os filhos para a escola por causa do trabalho na lavoura. Na tentativa de solucionar o problema, o presidente diminuiu a carga horária escolar.

Quanto à agricultura, a Província comportava apenas a pequena cultura de produtos como cana, mandioca, milho e feijão, o que seria resultado da facilidade na compra de terras. Para Brusque, o pequeno proprietário pouco cultivava o necessário para a própria subsistência, preso a ociosidade, trabalho imperfeito e instrumentos antigos[27]. A solução seria a introdução de grandes estabelecimentos rurais e colônias de agricultura prática, visando menores despesas e melhoramento dos processos, de maneira a produzir maior variedade de produtos. Em 1861, a produção agrícola era vista como a maior fonte de riqueza da província. O empecilho, apontado por Brusque, estava na dificuldade em apreciar a importância do comércio interior.

Entre os seus diversos apontamentos acerca de Santa Catarina, o presidente registrou a falta de cadeias e acomodações apropriadas para a guarda. Os habitantes, inclusive, teriam repugnância ao serviço militar[28]. O assunto já tinha sido pauta no discurso de 1857[29], como deputado, no qual Brusque aponta que cada indivíduo tem o direito de trabalhar livremente. A lei da organização militarizada da Guarda Nacional teria transformado o cidadão em um soldado. Nos tempos sem guerra, a instrução e a disciplina acabariam com a liberdade do trabalho, o que era visto como algo prejudicial por Araújo Brusque.

---

[27] O método utilizado consistia em roçar e queimar, o que era visto como ultrapassado por Araújo Brusque. Rf. Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil. 1 de abril de 1860.

[28] Rf. Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 8 de março de 1861.

[29] Rf. Discurso do deputado pelo distrito de Piratinim (Rio Grande do Sul) Dr. F. C. A. Brusque, proferido na sessão de 23 de julho de 1857, por ocasião de discutir-se o orçamento da repartição dos negócios do império. Rio de Janeiro: Typ. Correio da Tarde. 1857.

Através de uma Carta Imperial de 20 de março de 1862, Francisco Carlos de Araújo Brusque foi nomeado presidente da Província do Pará, a maior na época. Sua atuação perpassou diversos setores, com melhorias na infraestrutura pública[30], estudo dos costumes e hábitos indígenas da região e posterior fundação da aldeia Santa Leopoldina, assim como um conflito envolvendo navios de guerra peruanos.

O levantamento de informações acerca da população indígena começou cedo. Em seu segundo relatório provincial (1862), Brusque afirma que "por toda a parte, em todas as direcções, onde pela vez primeira chegar ainda o homem civilisado [sic], lá hade [sic] encontrar os traços d'essa população errante, que descuidada vagueia nas selvas entregue ao abandono de si mesmo.[31]" O abandono, de acordo com o presidente, resultava num espaço de livre atuação de figuras oportunistas como a do Regatão, pequeno comerciante fluvial. Interessada nos produtos de origem indígena, a categoria praticava uma tabela de preços altos na hora das trocas. Um par de calças simples (mil réis), por exemplo, equivalia a um pote de óleo de *cupahyba*[32] de 1 canada e meia a 2 canadas (vinte mil réis). Além disso, os comerciantes também perturbavam a paz das tribos ao seduzirem esposas e raptarem filhas. A gravidade do cenário pode ser vista através do incidente ocorrido na tribo Tembés, em 1862[33]. Policarpo José Tavares, negociante no alto Gurupy, praticava maus tratos morais e físicos aos membros da tribo, atitude replicada por outros comerciantes. Quando um indígena se recusou a entregar sua mulher,

---

[30] Um exemplo é a contratação de iluminação pública por meio de gás hidrogênio, em 1862.

[31] Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo EXMº Senr. Presidente da Província DR. Francisco Carlos de Araujo Brusque. Rio de Janeiro: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 1 de setembro de 1862. p.12.

[32] O óleo de copaíba é utilizado para fins medicinais desde a chegada dos portugueses ao Brasil.

[33] Rf. Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo EXMº Senr. Presidente da Província DR. Francisco Carlos de Araujo Brusque. Rio de Janeiro: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 1 de setembro de 1862.

a situação escalou e culminou num plano de vingança e a morte de nove indivíduos, incluindo dois regatões[34]. O encarregado da diligência, posteriormente processado, espancou diversos integrantes indígenas em busca dos culpados. Sete crianças foram levadas, contudo, Brusque conseguiu devolve-las as mães. Como resultado, a aldeia Traquateua desapareceu. Assim que teve conhecimento da situação, Araújo Brusque ordenou que os regatões, a quem se refere como "pequenos traficantes[35]", retirassem-se da região a fim de restabelecer o sossego dos habitantes.

Para Brusque, o sistema de administração atual se mostrava ineficiente: os diretores parciais, instalados em áreas distantes, não atendiam as necessidades dos indígenas. Sua aposta era a fundação de núcleos coloniais, por meio dos quais seria possível uma condução menos rigorosa e mais especializada, que procurasse conhecer o indígena e, dessa forma, conquistar sua afeição. O sucesso na catequização viria como consequência. Esse método, segundo ele, poderia ser mais proveitoso com as tribos selvagens, ou ainda o único meio capaz de bons resultados. Nessa equação, o missionário atuaria como o diretor geral da aldeia, o que evitaria conflitos de interesse entre diretores parciais e catequistas. A prática se deu na criação da aldeia de Santa Leopoldina, formada por membros dispersos da tribo Tembés. Administrada por Pedro Lourenço da Costa, estabeleceram-se fundamentos como o trabalho exclusivamente para o indígena, ensino da cultura dos principais produtos alimentares, venda dos frutos superabundantes à vontade do indígena sob assistência do administrador, ensino prático da doutrina cristã e proibição total do comércio do regatão[36]. Em relatório provincial de 1863, Araújo Brusque registrou que o grupo possuía roças para a plantação de mandioca, milho

---

[34] Rf. RODRIGUES BARBOSA, J. Relatório sobre o Rio Capim. Exploração e estudo do valle do Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1875.

[35] Rf. **Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo EXMº Senr. Presidente da Província DR. Francisco Carlos de Araujo Brusque**. Rio de Janeiro: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 1 de setembro de 1862.

[36] Rf. **Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863.

e batatas e fez uma venda de seus produtos e compra de objetos, podendo ter contato com a tabela de preços "real".

No que se refere a agricultura, o presidente provincial relatou o atraso de métodos empregados e a permanência de uma população ociosa devido a abundância de recursos naturais. Nesse sentido, mostrou-se preocupado com a contínua exploração e um possível esgotamento no futuro. Ademais, teceu comentários acerca das péssimas condições de trabalho dos seringueiros, sugerindo que os seringais passassem a ser administrados por um domínio particular em prol da preservação.

Depois de matadouros em péssimo estado durante a gestão da Província de Santa Catarina[37], a questão alimentícia da vez era outra: um monopólio "disfarçado" no mercado da carne verde. Em 1863, os produtores, negociantes e açougueiros estavam sujeitos a lei do máximo, que tornava obrigatório o pagamento de impostos diante da venda da carne por um valor superior do estabelecido. O resultado foi a criação de um mercado de preços oscilantes e salários que não seguiam a mesma proporção. O produtor, uma vez taxado, não era capaz de abastecer as necessidades da população. A compra de grandes quantidades e o desvio de produto para a venda ilegal contribuíram para o agravamento da situação. Na falta da carne, o preço de outros alimentos, como o peixe, aumentava. Dessa forma, "a vida era péssima para o ricó [sic], e horrivelmente cara para o pobre[38]." Diante do cenário, Brusque solicitou a inspeção dos açougues e agentes de venda. O quadro se resolveu somente quando o presidente encontrou um contratador que, mediante condições específicas, concordou em fornecer uma quantidade de gado para consumo diário da cidade até a normalização. A partir do ato de 5 de setembro de 1863, estabeleceu-se a concorrência derivada da liberdade de preço da carne, valores defendidos por Araújo Brusque. Segundo ele,

---

[37] **Rf. Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina**, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil. 1 de abril de 1860.

[38] **Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863. p.32.

> a sciencia e a razão indicavão como única solução conveniente, a concurrencia provocada, naõ por esses meios artificiaes que geraõ momentaneos beneficios, mas alargando a esfera dos fornecedores desse produto, e que podiaõ surgir do seio mesmo da provincia, deixando-se livro o campo ao concurso simultaneo dos fasendeiros, dos marchantes e de quaesquer outros que se quizessem dedicar a este ramo de indústria.[39]

O regulamento se estendeu para outros produtos alimentares, uma vez que o monopólio de preços não era exclusivo do mercado da carne verde. O fenômeno, caracterizado como uma "pressão do mal[40]", afetava toda a população, e prejudicava o abastecimento de milho, farinha, peixe, aves, entre outros.

Na educação, as preocupações referentes a falta de profissionais formados e um estudo metódico continuaram no Pará. A grande extensão territorial também estava em jogo, uma vez que Brusque almejava levar a educação a todas as localidades, de maneira uniformizada e obrigatória. Em defesa de seu ponto de vista, citou os seguintes dados: para que um país esteja realmente instruído, a população escolar deveria estar para a população geral na razão de 1:10. Na França, a média era de 1:19. Na Província do Pará, com 250 mil habitantes, os meninos recebendo instrução estariam para a população como 1:73[41]. Dois anos depois, em 1863, Brusque afirmou que a situação teve uma melhora considerável a partir do estabelecimento de novas escolas.

O conflito com os vapores peruanos, Morona e Pastaza, aconteceu

---

[39] **Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863. p.33.

[40] **Rf. Relatório apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863.

[41] **Rf. Relatório dirigido a' assemblea legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XII Legislatura pelo EXM. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, presidente da mesma provincia**. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 17 de agosto de 1861.

em 1863. No final de dezembro, um representante da república do Peru veio ao Brasil com o objetivo de resolver questões pendentes. Como não existia um regulamento especial referente a navegação de navios de guerra no Amazonas, a solução seria providenciar a locomoção dos navios de maneira provisória. Contudo, o comandante do Morona cometeu irregularidades e não seguiu formalidades fiscais e intimações, o que foi interpretado como ofensa à soberania nacional. Na Fortaleza de Obidos, Gurupá, foi realizada uma resposta armada.

2.2 COLÔNIA ITAJAHY-BRUSQUE

Na segunda metade do século XIX, o Governo Imperial promoveu um movimento de colonização. A partir dele, foi criado um novo núcleo colonial nos limites da antiga colônia do Santíssimo Sacramento, localizado na margem esquerda do rio Itajaí-mirim, em uma área de quatro léguas quadradas. No dia 24 de julho de 1860, o presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, a bordo da embarcação Belmonte, da Marinha de Guerra do Império do Brasil[42], acompanhou pessoalmente 55 imigrantes alemães, originários de Baden, Oldenburg e Holstein, e o Barão Schnéeburg, numa viagem da capital, Nossa Senhora do Desterro, até o porto de Itajaí.

De acordo com as fontes disponíveis, uma "cerimônia de batismo da nova colônia[43]" aconteceu na barra do rio. O futuro diretor da colônia, Barão de Schnéeburg (1799-1869), antigo oficial da cavalaria austríaca e com várias honrarias do governo, sugeriu que o núcleo fosse denominado Brusque, o que não foi aceito pelo presidente. Os oficiais da corveta, o capitão do porto e outros indivíduos repetiram o pedido durante o jantar. O médico da armada, botânico e conselheiro imperial Joaquim Monteiro Caminhoá (1836-1896) atuou como orador:

---

[42] A corveta Belmonte foi incorporada à Marinha de Guerra do Brasil em 1858 e esteve na Província de Santa Catarina nos anos de 1860 e 1867. Comportava uma tripulação de 90 homens, 111 em tempos de guerra. Rf. **Boletim Filatélico**. Ano 7, nº 40. 2021.

[43] Rf. CAMINHOÁ, J. M. **Colonização do Vale Itajaí Mirim** – Viagem do Presidente da Província ao Rio Itajahy. Notícias de Vicente Só. Ano 1, nº 1. Janeiro, fevereiro e março de 1977.

> Permita-me S. Excia.m com quem tenho a honra de há mais tempo entreter amizade, que lhe diga que nós desejamos, e que mesmo exigimos de S. Excia, que a nova colônia que será agora fundada, se chame "Colônia Brusque". Bem sei que já foi recusado ao Sr. Barão de Schnéeburg este pedido, talvez por ser S. Excia. por demais escrupuloso; mas desaparecerão imediatamente esses escrúpulos, quando V Excia. se lembrar que o nome BRUSQUE já não pertence mais a V. Excia. porque o nome do homem publico pertence ao seu país, e porque o nome BRUSQUE pertence aos seus filhos, a familia de V. Excia. O país e os descendentes de V. Excia. terão orgulho um dia quando com o corredor dos tempos progredir esta colônia, que sempre que fôr pronunciada seu nome, despertara mais viva a lembrança de seu fundador. E tanto mais obre e grandioso o país quanto maior o numero de homens notáveis se acham escritos nas paginas de sua história[44].

Apesar da insistência, Francisco Carlos de Araújo Brusque não concordou com a ideia. A negativa, contudo, não impediu Schneeburg de grafar "Itajahy-Brusque" ou apenas "Brusque" no período de sete anos de sua administração da colônia[45]. O ato de acompanhar os colonos, ainda, teria sido visto com bons olhos, o que contribuiu para que a região ficasse conhecida como Brusque[46]. Oficialmente, o nome foi estabelecido apenas no ano de 1890, pelo primeiro governador de Santa Catarina, Lauro Severino Mueller.

Na sequência da cerimônia, os colonos, em pequenas canoas, seguiram rio acima, na companhia do Barão, enquanto Araújo Brusque continuou sua viagem pela província, visitando e se encontrando com o Doutor Hermann Blumenau[47]. A fundação da colônia se deu propriamente no dia 4 de agosto de 1860, quando os imigrantes alemães

[44] CAMINHOÁ, J. M. **Colonização do Vale Itajaí Mirim** – Viagem do Presidente da Província ao Rio Itajahy. Notícias de Vicente Só. Ano 1, nº 1. Janeiro, Fevereiro e Março de 1977. p.5.

[45] Rf. KONS, P. V. **A vinda do Conselheiro que deu o nome a Brusque**. Brusque Memória. Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/31/A-vinda-do-Conselheiro-que-deu-o-nome-a-Brusque>. Acesso em 21 de março de 2022.

[46] Rf. **Um dia especial para Brusque**. Jornal Diário Catarinense/Agência RBS. 2 de agosto de 1998.

chegaram ao local destinado e foram recebidos pelo sitiante Pedro José Werner, que lhes abrigou de maneira provisória em ranchos de palha por nove meses até os lotes de terra ficarem prontos. Antes da instalação oficial do núcleo, existiam três engenhos na região, o primeiro deles, de farinha, pertencente a José Werner, que inspirou o negociante Franz Sallentien e o lavrador Paul Kellner a seguirem seus passos. Os outros dois eram destinadas a serrar madeira. Segundo relatos, Vicente Ferreira de Melo, cognominado Vicente Só, foi o primeiro a explorar e se instalar no Vale do Itajaí. Contudo, o homem não morava mais na região na época da chegada dos colonos.

Atraídas pelas possibilidades de solo virgem, quantidade de madeira e subvenção concedida pelo Governo Imperial, novas levas de imigrantes alemães chegaram a colônia e a população chegou aos 657 habitantes, número que pulou para 938 em 1863. Os novos colonos eram empregados na construção de estradas e caminhos vicinais, sendo fornecidos adiantamentos de cerca de 30$000 a 60$000, dependendo do tamanho da família e da dívida colonial[48]. De acordo com o relatório provincial de 1861, as primeiras plantações de milho, feijão e batata prosperaram. O presidente Araújo Brusque acreditava que os imigrantes se encontravam "bem collocados e contentes de sua posição até o presente.[49]" Apesar dos danos causados pelas enchentes de 1861 e 1862, a colônia continuou a prosperar.

Em 1867, foi fundada o núcleo colonial de São Pedro, em território anexo, composta por colonos americanos e ingleses. Desde o início, os moradores organizaram diversas revoltas, mostrando-se ociosos e, então, revelando a sua verdadeira "intenção": o garimpo de pedras preciosas. Aos poucos, desertaram de seus lotes. No dia 6 de dezembro de 1869, a

---

[47] Rf. CAMINHOÁ, J. M. **Colonização do Vale Itajaí Mirim** – Viagem do Presidente da Província ao Rio Itajahy. Notícias de Vicente Só. Ano 1, nº 1. Janeiro, fevereiro e março de 1977.

[48] Rf. MATOS, J. A. **Colonização do Estado de Santa Catarina**. 1917. p. 86-93.

[49] **Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina**, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 8 de março de 1861. p. 10.

colônia acabou sendo anexada à diretoria de Itajaí. Em 1874, São Pedro e Itajahy formaram a Freguesia de São Luiz Gonzaga. Sob a administração de Luiz Bettin Leme, deu-se início a colonização italiana na região.

Diante do progresso e desenvolvimento agrícola e comercial, as colônias foram emancipadas, em 1881, e elevadas a categoria de município. O "batismo" oficial da cidade como Brusque aconteceu apenas em 17 de janeiro de 1890.

3 CONCLUSÃO

Com antecedentes próximos da Família Real, o conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque acumulou vasta experiência política e militar ao longo da vista: sucessivos mandatos como deputado nas Assembleias Provincial e Geral, uma vez Auditor de Guerra e Ministro e Secretários dos Negócios da Marinha e duas como presidente de Províncias. Nessas últimas, investiu na proposta de compreender as regiões de Santa Catarina e Pará a partir de suas especificidades, como clima, recursos naturais e cultura. Na Primeira, promover a colonização europeia se constituiu como uma das suas principais preocupações, resultando na criação de três núcleos coloniais: Itajahy, Teresópolis e Angelina, em 1860. A província localizada na região norte do Brasil, por sua vez, mostrou-se um desafio devido as diferenças ambientais e culturais, o que foi superado a partir de um estudo detalhado acerca dos indígenas da região, considerado um dos mais completos do país pelo Conselheiro Ladislau Netto (1838-1894)[50]. Apesar de ter deixado a política e atuado apenas como advogado nos últimos anos de vida, o legado de Araújo Brusque continua vivo, principalmente por causa da cidade que leva o seu nome.

[50] Apoiado pelo Imperador, o botânico brasileiro era considerado o cientista mais influente de sua época e atuava como diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

Boletim Filatélico. Ano 7, nº 40, 2021.

Breve linha do tempo: MAUSOLÉU Francisco Carlos de Araújo Brusque e família . Fev. 2021. Disponível em: <https://d6scj24zvfbbo.cloudfront.net/9d1a28aea53c18148780a56f320aea3f/200003874-aa163aa165/Mausol%C3%A9u%20de%20Ara%C3%BAjo%20Brusque%2022032021.pdf?ph=d1c24f7434>. Acesso em 21 de março de 2022.

BRUSQUE, Heráclito. **Família BRUSQUE**: Dados Genealógicos e Biográficos. Notícias de Vicente Só, ANO 1, nº 4, p.88-91.

CAMINHOÁ, J. M. **Colonização do Vale Itajaí Mirim** – Viagem do Presidente da Província ao Rio Itajahy. Notícias de Vicente Só. Ano 1, nº 1. Janeiro, Fevereiro e Março de 1977.

COIMBRA, A. V. **Imperial Ordem da Rosa**: ordens honoríficas do Império do Brasil. Collect Prime. 2020. Disponível em: <https://collectprime.com/blog/imperial-ordem-da-rosa-ordens-honorificas-do-imperio-do-brasil/>. Acesso em 23 de março de 2022.

DIAS, T. C. **Estabelecidos e outsiders**: as disputas na província catarinense pelo poder de instruir (1845-1864). Congresso Internacional de História. Paraná, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Thiago-Cancelier-Dias/publication/269090667_Estabelecidos_e_outsiders_as_disputas_na_provincia_catarinense_pelo_poder_de_instruir_1845-1864/links/5a8d732da6fdcc6e971423c0/Estabelecidos-e-outsiders-as-disputas-na-provincia-catarinense-pelo-poder-de-instruir-1845-1864.pdf>. Acesso em 22 de março de 2022.

GLATZ, Rosemari. **Francisco Carlos de Araújo Brusque** – um breve currículo. O Município. Julho de 2016. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/francisco-carlos-de-araujo-brusque-um-breve-curriculo/>. Acesso em 21 de março de 2022.

KONS, P. V. **A vinda do Conselheiro que deu o nome a Brusque**. Brusque Memória. Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/31/A-vinda-do-Conselheiro-que-deu-o-nome-a-Brusque>. Acesso em 21 de março de 2022.

MATOS, J. A. **Colonização do Estado de Santa Catarina**. 1917.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Francisco Carlos de Araújo Brusque. 2022. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1174-Francisco_Carlos_de_Araujo_Brusque>. Acesso em: 25 de março de 2022.

Orde van de Nederlandse Leeuw. Wikipedia. Disponível em: <https://nl.wikipedia.org/wiki/Orde_van_de_Nederlandse_Leeuw#Graden_in_de_Orde_van_de_Nederlandse_Leeuw>. Acesso em 23 de março de 2022.

RODRIGUES BARBOSA, J. **Relatório sobre o Rio Capim**. Exploração e estudo do valle do Amazonas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1875.

FONTES

Brasil, Rio Grande do Sul, **Registros da Igreja Católica**, 1738-1952," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WZSK-WB?cc=2177295&wc=M78J-Q36%3A371565601%2C371856701%2C372351501 : 22 May 2014), Porto Alegre > Nossa Senhora Madre de Deus > Óbitos 1829, Jan-1831, Ago > image 12 of 82; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul).

Brasil, Rio Grande do Sul, **Registros da Igreja Católica**, 1738-1952," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F8QH-VV?cc=2177295&wc=M78N-YNP%3A371565601%2C371856701%2C372092301 : 22 May 2014), Porto Alegre > Nossa Senhora Madre de Deus > Batismos 1820, Fev-1828, Jun > image 85 of 430; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul).

Brasil, Rio Grande do Sul, **Registros da Igreja Católica**, 1738-1952," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F83Y-2B?cc=2177295&wc=M78N-1P6%3A371565601%2C371856701%2C371964301 : 22 May 2014), Porto Alegre > Nossa Senhora Madre de Deus > Batismos 1849, Jan-1858, Ago > image 9 of 343; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul).

Brasil, Rio Grande do Sul, **Registros da Igreja Católica**, 1738-1952," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-WZ3J-6P?cc=2177295&wc=M78N-Y66%3A371565601%2C371856701%2C372111101 : 22 May 2014), Porto Alegre > Nossa Senhora Madre de Deus > Batismos 1858, Ago-1867, Nov > image 23 of 378; Paróquias Católicas, Rio Grande do Sul (Catholic Church parishes, Rio Grande do Sul).

Brasil, Santa Catarina, **Registros da Igreja Católica**, 1714-1977," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-X3FS-HLV?cc=2177296&wc=MFKV-P38%3A1030404601%2C1030404602%2C1030431801 : 7 February 2019), Florianópolis > Nossa Senhora do Desterro > Batismos 1858, Set-1861, Maio > image 37 of 55; Arquidiocese de Florianópolis (Archdiocese of Florianopolis), Santa Catarina.

Brasil, São Paulo, **Registros da Igreja Católica**, 1640-2012," database with images, FamilySearch (https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-G99H-2X?cc=2177299&wc=M5J6-PTL%3A371870001%2C372113201%2C373286501 : 22 May 2014), São Paulo > Nossa Senhora da Assunção > Batismos 1832, Abr-1849, Fev > image 189 of 262; Paróquias Católicas, São Paulo (Catholic Church parishes, São Paulo).

Discurso do deputado pelo distrito de Piratinim (Rio Grande do Sul) Dr. F. C. A. Brusque, proferido na sessão de 23 de julho de 1857, por ocasião de discutir-se o orçamento da repartição dos negócios do império. Rio de Janeiro: Typ. Correio da Tarde. 1857.

Relatório do Ministro e secretário dos negócios da Marinha, apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Segunda Legislatura, Rio de Janeiro. 14 de maio de 1864.

Relatorio do presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil. 1 de abril de 1860.

Relatorio do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos D'Araujo Brusque, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro & Comp. 8 de março de 1861.

Relatorio dirigido a' assemblea legislativa da provincia do Pará na segunda sessão da XII Legislatura pelo EXM. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, presidente da mesma provincia. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 17 de agosto de 1861.

Relatorio apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo EXMº Senr. Presidente da Província DR. Francisco Carlos de Araujo Brusque. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard. 1 de setembro de 1862.

Relatorio apresentado a' assembleia legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Província Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque. Pará: Typ. De Frederico Carlos Rhossard, 1 de novembro de 1863.

Indígenas: de inocentes a inimigos – Relatos e Notícias

Ricardo Vianna Hoffmann[1]
Vandreza Amante Gabriel[2]

Introdução

Pero Vaz de Caminha, escrivão-mor, do rei de Portugal, D. Manuel, foi um dos primeiros a registrar a existência do Brasil e em sua carta relata o avistamento dos primeiros indígenas da seguinte forma, "avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, ... que quando o batel (pequeno barco auxiliar, de salvamento, que acompanha as naus e caravelas) chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte deles. De cor parda, nus, sem nada que lhes tapasse o sexo. Tinham arcos e flechas nas mãos. Vinham todos firmemente em direção ao barco. Nicolau Coelho fez-lhe sinais para que baixassem os arcos e eles os depuseram".

Caminha relatou ainda o seguinte: "têm feições pardas, um pouco avermelhadas, bons rostos e narizes bem-feitos. Andam nus, sem vestimenta alguma. Não fazem caso de mostrar ou de encobrir o sexo tanto quanto o rosto. Nesse particular são de grande inocência. Ambos tinham o beiço inferior vazado e atravessado por um osso verdadeiro, do comprimento de um palmo e da grossura de um fuso (instrumento de fiar, roliço e pontiagudo em que se enrola o fio torcido à mão) de algodão, agudo na ponta como um furador. São enfiados pela parte de dentro do beiço, sendo que a parte que fica entre o beiço e os dentes é feita como uma torre de xadrez e se encaixa de maneira que não os estorva para falar ou comer e beber. Os cabelos são lisos e cortados, de

---

[1] O autor é bacharel em direito; Presidente da Sociedade Amigos de Brusque e professor do curso de direito da UNIFEBE.

[2] A autora é pós-graduada em História; jornalista e pesquisadora colaboradora do Museu Casa de Brusque, Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, Sociedade Amigos de Brusque (SAB).

um corte antes alto do que rente, de bom comprimento, porém rapados por cima das orelhas.

Na sua carta para o rei D. Manuel o escrivão-mor fez diversos relatos sobre os indígenas, contanto sobre os indígenas, os primeiros encontros amistosos, registrando as belezas físicas dos homens e mulheres indígenas, da "gente inocente" que eram, das trocas de objetos (p. ex.: peças de vestuário dos navegantes portugueses por cocar, arcos e flechas, colar), o desejo dos portugueses de encontrar o ouro e a prata, e sobre a possibilidade, dada a inocência dessa "gente" de que seriam facilmente convertidos à fé católica – "não falta a essa gente para ser toda cristã senão o entendimento de nossa língua... que não deixe de vir um clérigo para os batizar..." - mas, esses encontros e evangelizações logo se tornaram violentos e de aniquilação contra os povos indígenas e no nosso Vale do Itajaí-Mirim não foi diferente, inclusive com o total apoio do governo do Estado de Santa Catarina.

Memórias de contato com os povos originários em Santa Catarina

Observa-se no relato de Pero Vaz de Caminha datado de primeiro de maio de 1500 a presença de povos indígenas que já habitavam o território. A partir de acordos políticos oriundos da Europa, esses povos foram exterminados séculos após séculos desde então. Por meio de guerras, doenças, escravização nos sistemas de grandes plantações, extrativismo de madeira, ouro e pedras preciosas, historicamente as terras em que viviam esses povos originários foram ocupadas pelo Império de Portugal, processo intensificado com a formação da República. Com a política de imigração, as colonizações europeias se tornaram o início do processo de projeção de futuro aos moldes europeus, devastando a vida dos povos indígenas, pois viviam em um sistema de abundância de recursos e não de escassez como o modelo europeu.

Para o sociólogo Darcy Ribeiro (2017) o processo de acumulação de riquezas pela colonização europeia e o plano de dominação por toda a América Latina custou muitas vidas indígenas, "enquanto a indiada era desfeita nos engenhos da fé cristã, mais índios foram queimados

como o carvão humano da civilização. A dimensão desse genocídio pode ser avaliada pela redução da população indígena americana no primeiro século", sendo "superior a 100 milhões em 1500, se viu reduzida a menos de 10 milhões em 1825" (RIBEIRO, 2017, p. 58). Para o autor o que contribuiu para a depopulação foi a contaminação dos indígenas pelas doenças do "homem branco". Ele diz que, "no primeiro século a mortalidade foi de fator 25. Quer dizer, onde existiam vinte e cinco pessoas originalmente, restou apenas uma. Estas pestes eram a varíola, o sarampo, a malária, a tuberculose, a pneumonia, a gripe, a papeira, a coqueluche, a cárie dentária, a gonorreia, a sífilis etc., etc." (RIBEIRO, 2017, p. 58-59). O autor faz uma reflexão sobre a atualidade onde podemos "prefigurar nossa futura federação latino-americana como um conjunto de nações que venham a incorporar no seu seio alguns povos indígenas originais das Américas" (RIBEIRO, 2017, p. 64) e que, conscientes e "lavados das feridas da exploração, curados dos vexames da opressão, eles se reconstruirão como culturas autênticas para florescer outra vez como civilizações autônomas" (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Ao falar sobre as relações entre europeus e o Povo Guarani na região Sul do Brasil, em meados do século XVI, Silvio Coelho dos Santos (2002, p. 88-89) diz que "foram os Carijós que passaram para os europeus, nesta parte da América, os saberes fundamentais à sua sobrevivência no espaço geográfico que estavam invadindo. Esses saberes chegaram até nós, absorvidos que foram pela população que acabou dominante". Segundo Sílvio Coelho dos Santos (SANTOS 2002, p. 89) o nome Carijó foi dado pelos europeus para o povo Guarani que vivia no litoral Sul do Brasil. Esse povo desfrutava de tudo o que a natureza oferecia. Com a prática da agricultura de subsistência "conheciam diferentes variedades de milho, de feijão, de mandioca, e de abóbora, que cultivavam em pequenas roças de coivara. Plantavam ainda o algodão, o fumo, a cabaça e um número expressivo de plantas medicinais" (SANTOS apud PEREIRA, 2002, p. 88-89). Para Santos (2004, p. 25-26):

> Efetivamente, eles haviam prestado uma grande contribuição para a sobrevivência dos europeus durante todo o século XVI. Suas roças abasteceram com alimentos frescos os navios. Suas

flechas e armadilhas mataram animais que forneceram carne para os europeus. Os córregos de água fresca que conheciam abasteceram os tonéis dos barcos.

Santos (2007, p. 17) ressalta que entre Cananéia (SP) e Laguna (SC), esses indígenas chamados de "Carijó" desapareceram no primeiro século da invasão europeia e, a partir desse momento, foi muito rápido o reconhecimento das terras entre o mar e a Serra Geral. Segundo o jesuíta e arqueólogo João Alfredo Rohr (1973, p. 49-58) os vestígios arqueológicos mais antigos da presença dos povos originários no território foram localizados no município de Itapiranga, extremo oeste de Santa Catarina, pertencem à tradição Umbu e datam de 12.000 anos AP (Antes do Presente), considerados atualmente como possíveis ascendentes dos grupos Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklanõ. Esses povos indígenas vivem até os dias atuais no estado de Santa Catarina e podem ter habitado de forma sazonal as terras do Vale do Itajaí-Mirim.

Sob uma perspectiva cultural o pesquisador indígena Marcondes Namblá, do povo Laklãnõ/Xokleng, em estudo realizado em 2015, intitulado "Infância Laklãnõ: Ensaio Preliminar" como trabalho de conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) documentou uma história contada por Kanhaá Nãnbla na década de 1980, registrada, transcrita e traduzida por Namblá Gakran, pesquisador Laklãnõ. Segundo a memória, surgiram dois grupos que compõem as duas metades do povo Laklãnõ, os KLẼDO que vieram da montanha e os VÃJẼKY que surgiram da água do mar. Após saírem cada clã do seu lugar de origem eles se encontram e fazem muita festa para comemorar a descoberta deste novo mundo, a terra. Depois começam a desbravar o novo território e a cada nova descoberta, param e festejam com muita música, comida, dança e bebida feito à base de água, mel e xaxim, fortemente fermentada (NAMBLÁ, 2015, p. 14). As pesquisas arqueológicas apontam datações das primeiras rotas de interiorização da colonização de ocupação humana no território entre o Pleistoceno e o Holoceno inicial.

O antropólogo Silvio Coelho dos Santos, em seu livro Nova História de Santa Catarina (1995), informa que, "o índio não é originário da América. Ele veio da Ásia, seguindo rotas de migração através do

Estreito de Bering e das ilhas do Pacífico. É provável que os primeiros asiáticos a atravessar Bering, e a pisar a América, o tenham feito há mais de 50.000 anos".

No Brasil, o antropólogo descreve que, "a entrada dessas populações no Brasil meridional se deu através do Rio Paraná e seus afluentes. No território de Santa Catarina, é provável que esses primeiros povoadores entraram pelo Rio Uruguai, afluente do Paraná. Isto é o que se pode deduzir das pesquisas arqueológicas que vêm sendo desenvolvidas no estado. Nas margens daquele rio, encontram-se vestígios de ocupação humana que foram datadas com cerca de 8.000 anos".

No litoral catarinense, a ocupação data de aproximadamente 5.000 anos, o chamado "homem do sambaqui". Os indígenas que ocupavam o litoral de Santa Catarina ficaram conhecidos como o povo Carijó, cujos indícios é que chegaram vindos da região, hoje, Paraguai, e que conheciam a agricultura, a fabricação da cerâmica (Coelho Santos, 1995, p. 23).

Relatos: a memória local e regional sobre a temática indígena

Importante iniciarmos com a mesma premissa escrita pela pesquisadora Rosemari Glatz, na sua obra Brusque os 60 e o 160: Elementos da Nossa História, 2018, que é a seguinte:

"Na tradicional história do Vale do Itajaí-Mirim e de outras regiões dos vales do Itajaí, os colonizadores são vistos pelo senso comum e pela literatura local como heróis, que enfrentaram diversas dificuldades, uma dessas seria a difícil vivência da colônia em contraste com os nativos que se sentiam ameaçados pela grande exploração dos mesmos, causando enfrentamentos entre ambos, muitas vezes violentos com resultados fatais. Mas, toda história tem dois lados, a versão do vencedor e a versão do vencido", a depender do ângulo de análise, cada qual com o seu valor.

A escritora Maria do Carmo Ramos Krieger Goulart, em sua obra: Anotações de uma Imigrante Polonesa, onde reproduziu algumas páginas do diário deixado por sua bisavó Izabella, polonesa de

nascimento, e que chegou ao Brasil na primeira leva de imigrantes, relatou em seu Diário, no dia 23 de fevereiro de 1870 sobre os "primeiros habitantes do lugar", o seguinte:

"Alguns de nós já pensam em desistir, ir embora. Os maridos, principalmente. Mas... ir para onde? Nosso lugar é aqui.

Há promessas do Governador da Província para os homens conseguirem mais trabalhos nas estradas – frentes que se abrem para dar passagem aos imigrantes, peregrinos em busca de terra e um pouco de paz, em algum lugar do Planeta.

O espírito de luta, fortalecido pelo suor do nosso trabalho diário, às vezes faz esmorecer. É outra, a cultura local; há costumes tão diversos, tanto verde e, dizem, começam a aparecer alguns gentios, primeiros habitantes do lugar. Nossos vizinhos, os imigrantes alemães, já receberam a visita de alguns deles.

Os gentios são arredios para conversar e não hesitam em matar. Notícias dão conta de que um colono foi morto a flechadas. A direção da Colônia avisou para ficarmos atentos aos ataques.

Alguns homens e mulheres procuram disfarçar, porém mostram-se assustados, principalmente por causa das crianças.

Não sei definir direito o que sinto em relação a isso: mistura de vontade de vencer nesta nova terra, com saudades da velha pátria" (p. 20). (grifamos).

Izabella questionava-se "como ficará o problema índios x imigrantes? E voltaria a escrever sobre os indígenas em seu diário no dia 26 de maio de 1872 o seguinte:

"Pessoa natural do lugar, o indígena está ligado à História do Brasil desde o descobrimento, em abril de 1500.

Já se vão quase quatrocentos anos e ainda não conseguiram dizimá-lo. É verdade, já tentaram de tudo: surto de gripe, malária, cativeiro...

Com proposta não para a dizimação do silvícola, mas para sua civilização e conversão, o Padre Gattone sugere ao Diretor da Colônia, Luiz Betim Paes Leme, a contratação dos serviços de

padres missionários da zelosa e incansável ordem dos Capuchinhos do Império:

"Assim, tomando esta questão sob o aspecto moral e religioso, o único meio para acabar com estes assaltos dos indígenas que têm aparecido e até em duas vezes matando colonos, é adotar medidas convenientes para evitar maiores e prováveis desgraças", justifica o Pe. Gattone.

Retomada a questão inicial, de o índio ser dono dos matos e matas, e de nós termos sido chamados para o desenvolvimento desta terra, como ficará o problema índios x imigrantes?" (p. 35).

Observa-se que a proposta do Pe. Gattone está em sintonia com o pensamento de Pero Vaz de Caminha, o escrivão-mor, do rei Manuel de Portugal, quando escreveu sobre a conversão dos indígenas em cristãos.

Celsa Colzani Tomio, em seu escrito Recordações de Minha Família – Lageado de Botuverá, registrou muitos relatos que ouviu de seus parentes, bisavós, avós e de seus pais. Tendo em vista o tema do presente texto, nos limitaremos a transcrever [como escrito no original], apenas as histórias relacionadas aos indígenas na região de Botuverá (SC), cujas transcrições são do original escrito por Celsa, no item "Falando dos índios", passamos a destacar:

"Aqui eles existiam, só que eram mansos, viviam sempre escondidos e não faziam mal a ninguém. Se alguém provocava, eles davam o troco; só que os índios também provocavam, e as pessoas tinham que engolir tudo, se não quisessem morrer".

Sobre o medo de expressar a palavra "índio", Celsa, registrou: "As pessoas tinham mais medo era à noite, quando iam passear nos vizinhos, eles ficavam conversando até tarde, mas nunca falavam o nome índio, eles o chamavam de compadre. Pois eles sabiam que os índios não gostavam, às vezes eles escutavam barulhos na rua e abriam a porta para ver, alguns índios caíam, e saiam correndo, assim ninguém conseguia ver os índios".

As relações com os indígenas nem sempre eram conflituosas, conforme relatou Celsa:

“Narciso e Bepi e seus filhos iam sempre trabalhar no mato e nunca acontecia nada de mal, os índios às vezes até ajudavam, quando a tora era muito grande, empurrando. As pessoas iam embora e no outro dia quando voltavam a tora estava no lugar em que queriam.

Eles ficavam contentes, mas com medo também, se em seis pessoas não conseguiam empurrar, em quantos índios eles eram? Às vezes o pessoal fazia de propósito deixando as toras ali, e como sempre no outro dia elas estavam onde queriam.”

Celsa relata diversos casos, e segundo ela, os indígenas, quando eram atacados ou provocados, atacavam e matavam. E às vezes os indígenas provocavam também os imigrantes. Dois relatos que aconteceram na localidade de Praia Vermelha, em Botuverá:

“O marido saiu pra ir à venda, era de tarde, a casa dele era retirada das outras e perto do mato, na casa havia a mulher, a sogra e um menino. Escutaram um barulho, a sogra falou que eram os índios, mandou a mulher pegar a criança e ir atrás do marido, pois eles queriam ela, já que era velha. A nora não queria deixar a sogra, mas a velha insistia que ela fosse. A mulher pegou o filho e saiu correndo atrás do marido. Quando o encontrou contou a ele e voltaram os dois para casa, levaram um susto, os índios tinham a matado e cortado em quatro partes, pendurando depois nas portas da casa. Eles ficaram com medo, mas não tinham outro lugar para ir e resolveram ficar por lá mesmo, e não aconteceu mais nada, os índios somente a mataram porque tinham raiva da velha”.

“Outro caso na praia vermelha, um Radavelli, moço, tinha o costume de provocar os índios, ele trabalhava no mato junto com outros companheiros e quando escutava barulho dos índios, ele dizia para os índios aparecerem, que ele não tinha medo de nada nem de ninguém, e assim foi. Mas um dia esse Radavelli se afastou dos companheiros e os índios o mataram com uma flechada que acertou bem no coração. Os outros o viram, pegaram o corpo e trouxeram para fora, mas os índios faziam muito barulho, isso os assustava e eles começaram a atirar para o ar, os índios os acompanharam até fora, mas o barulho havia diminuído. À noite eles se trancaram dentro de casa, e o barulho começou, eles acenderam as buchas e jogaram pela

janela, aquilo fazia um barulho de assustar qualquer um. As buchas eram feitas de taquara, colocavam pólvora dentro e acendiam, fazia um barulho enorme.

A noite passou e eles conseguiram salvar o corpo, mas não descobriram porque os índios, para se vingar, não só matavam, tinham que cortar em pedaços, mas bem, o Radavelli foi enterrado inteiro.

Depois disso, nunca mais os homens que estavam no mato foram atacados, iam e vinham normalmente".

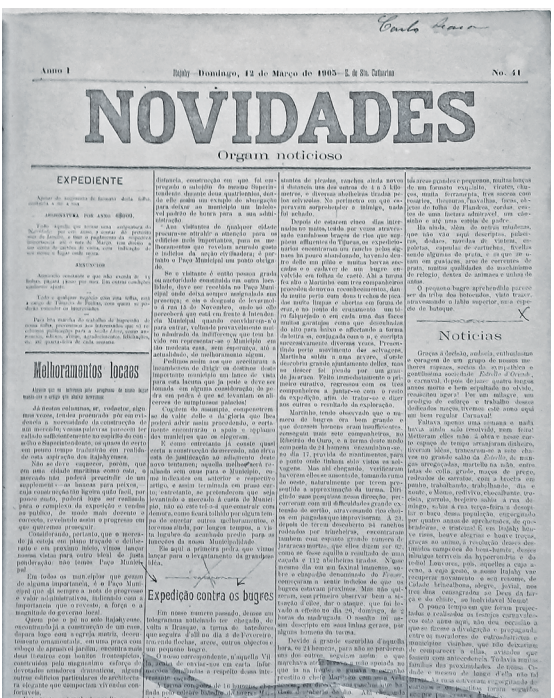
O governo já mandava munição, mas com o passar do tempo, começou a contratar pessoal para resolver o "problema indígena", que eram remunerados por par de orelhas, esses "matadores de índios" ficaram conhecidos como "bugreiros".

Indígenas. Acervo: Museu Casa de Brusque.

O genocídio como uma política de Estado: a temática indígena no Jornal Novidades de 1905

As notícias do Jornal Novidades de 1905 que circulava na Região do Vale do Itajaí registraram o momento histórico que se vivia, os medos da população regional, conflitos com indígenas, "apreensões de crianças indígenas" e assassinatos. Neste período, o governo do estado de Santa Catarina contratou o serviço dos chamados "bugreiros" que entravam nas áreas de mata para afugentar e assassinar indígenas para a ocupação do espaço por imigrantes europeus (SELAU, 2010). O Estado pagava por cada orelha cortada de uma pessoa indígena

como comprovação do serviço, mantinha um bando assalariado com trabalho permanente, até que em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), política que teve como objetivo aldear os indígenas (SANTOS, 1973).



Anno I — Blumenau — Domingo, 12 de Março de 1905 — E. de Sta. Catharina — No. 41

NOVIDADES

Orgam noticioso

EXPEDIENTE

Melhoramentos locaes

Expedição contra os bugres

Noticias

Jornal Novidades, 1905. Acervo: Museu Casa de Brusque.

No Jornal Novidades de domingo, 5 de março de 1905, entre os telegramas veiculados há a informação descrita: “acaba de voltar agora mesmo do mato a turma que foi bater os bugres. Voltam com arcos, flechas, outros utensílios e um pequeno bugre que apanharam”. Na semana seguinte, no Jornal Novidades de domingo, de 12 de março de 1905, a história é contada com maior detalhe a pedido dos organizadores da publicação, sob o título “expedição contra os bugres”, onde diz “o pequeno bugre apreendido parece ser da tribo dos botocudos, visto trazer, atravessando o lábio superior, uma espécie de bodoque”. Há

relatos, ainda, de que muitas crianças indígenas foram adotadas e até "encomendadas" por imigrantes europeus para que servissem com trabalho à família.

A incursão na mata com 24 homens, os chamados "bugreiros", teria ocorrido pelo Ribeirão do Ouro, Botuverá e afluentes do Rio Tijucas. Segundo o jornal da época, "deram o ataque. Estabeleceu-se uma confusão enorme: gritos, pulos, imprecações, um berreiro infernal por parte dos selvagens. Não contam os expedicionários, mas é fácil prever, terem feito eles uma boa chacina, apoderando-se de tudo que havia dentro dos ranchos e um bugrinho de oito a dez anos de idade". Na ocasião, algumas famílias indígenas estavam reunidas com carne de caça de uma anta, e em um ritual fúnebre, pois o periódico descreve que havia "um rancho pelos sinais há pouco abandonado, havendo dentro dele um pilão e muitas ervas socadas e o cadáver de um bugre envolvido em folhas de caeté".

Trazemos novamente os relatos ouvidos e registrados por Celsa Colzani Tomio, que se assemelham às notícias dos jornais da época e que confirmam o genocídio ao povo Xokleng:

"O tempo foi passando, as famílias aumentando, e os índios incomodando cada vez mais os moradores. O governo resolveu pagar duas pessoas para afastar os índios dali, foi Jacinto e seu irmão Martin Bugreiro, tinham este nome depois que foram trabalhar para o governo.

O governo mandava muita munição que era para espantar os índios, eles atiravam com espingarda, faziam as buchas de taquara, mas não adiantava muito, Jacinto teve uma ideia melhor. Os dois eram corajosos e o único jeito era acabar com eles, e foi o que fizeram, com as pistolas e uma espada na cintura que quase batia no chão. Jacinto era um homem pequeno e Martin alto, os dois iam pelo mato até que acharam o rancho dos índios.

Jacinto Bugreiro, para saber onde os índios tinham os ranchos, durante o dia, viajava sempre em cima das montanhas bem altas, e ficava olhando de onde saía a fumaça, porque os índios sempre tinham o fogo aceso e quando viam a fumaça eles iam e se aproximavam até que chegavam perto.

Eles subiam em uma árvore, perto do rancho e que tivesse bastante gravatá, eles se escondiam e ficavam um ou dois dias sem descer, sem falar, olhando e contando em quantos índios estavam, porque tinham que ter a certeza que estavam todos ali, antes de começar o serviço, os índios caçavam os animais e traziam no rancho, tiravam o couro e cortavam, embrulhavam nas folhas de caeté, colocavam na fogueira e assavam a carne. Enquanto assava, eles dançavam, tocavam e depois comiam, e depois iam dormir, eles dormiam no chão mesmo, todos em fila um do lado do outro, os índios tinham sono pesado, e depois de pegar no sono podia fazer barulho que ninguém acordava.

Os dois desciam da árvore, tiravam a espada, um do lado do outro e cortavam todas as cabeças. Se tinha uma criança ou um velho que não podia dormir, estes eram os primeiros a ficarem sem cabeça, e depois os outros.

Assim conseguiram afastar todos os índios, e os moradores, podiam dormir, falar e brincar sem ter medo dos índios.

Celsa relata também sobre o sequestro das crianças indígenas que eram "achadas" e trazidas para as famílias, vejamos:

"Jacinto e o irmão moravam por aqui, mas estavam quase sempre fora fazendo os serviços para o governo. Certa vez Jacinto achou duas crianças no Lajeado de Dentro e as trouxe para cá. Era um menino e uma menina, sendo ela a mais velha. Ela não queria vir, e se agarrava nas árvores, de repente escapou, mas conseguiu subir em uma árvore começando a gritar. Jacinto com medo de que os índios ouvissem, deu um tiro e a matou. O Menino ele conseguiu trazer e deu a uma mulher que tinha venda. O menino era magrinho, não comia nada, só doçura, e morreu ainda pequeno.

Outra "doação" de crianças indígenas é bem conhecida dos brusquenses, é a do João Indaya Schaefer, conhecido como João Bugre, com data estimada de nascimento em 24/06/1903, falecido em 07/05/1961, foi adotado por Vicente Schaefer e Maria Rosa Schaefer. Segundo a enciclopédia virtual Brusque Memória, o menino foi trazido por bugreiros em 1905, com aproximadamente oito anos, logo após uma expedição nas áreas de mata, e teve parte de sua história registrada no periódico regional Jornal Novidades.

Pode-se observar, neste caso, que nenhuma estratégia de comunicação foi estabelecida como política. A negação do direito à diferença, à humanidade, à cultura, à língua, às crenças, os saberes e fazeres ancestrais de um povo foram ferramentas de extermínio e genocídio, impactando uma parcela significativa de indígenas no Vale do Itajaí.

Os problemas do "velho mundo" incidiram com a força da violência no território. Tratados como inimigos, os indígenas tiveram os seus direitos territoriais suprimidos pela invasão e aquisição de terras para acordos políticos da República, pelos interesses do Estado e das empresas colonizadoras em ampliar os seus negócios. Uma época onde o "Brasil Colônia da Europa" se torna um projeto de sucesso, uma ideia reforçada por alguns grupos de poder até os dias atuais.

Quem são os povos indígenas ou povos originários

O Instituto Socioambiental (ISA) informa que a população dos povos indígenas no Brasil, obtido no Censo IBGE 2010, apontou 896.917 pessoas autodeclaradas indígenas, distribuídas por Terras Indígenas em áreas urbanas ou rurais no Brasil. Dados levantados pelo ISA lista 305 povos e "considerando a diversidade de situações demográficas vividas pelos povos indígenas no Brasil, tem-se que: 24 povos têm uma população de no máximo cem pessoas; 86 povos têm entre cem e 500 membros; 42 povos têm entre 500 e 1000 pessoas; 70 povos entre 1000 e 5 mil pessoas; e apenas 27 povos contam com mais de 5 mil indivíduos".

No Banco de Dados do Programa Povos Indígenas no Brasil – Instituto Socioambiental, fevereiro de 2017, encontramos os seguintes dados sobre a população indígena em Santa Catarina:

1. **Povo Xokleng**. 2. Outros nomes ou grafias: Aweikoma, Xokrén, Kaingang de Santa Catarina, Aweikoma-Kaingang; 3. Família linguística: Jê; Região: Sul; Estado: Santa Catarina; Censo/estimativa: 2.020; Ano: 2014; Fonte: Siasi/Sesai. (fonte: Povos Indígenas No Brasil – 2011/2016, ISA – Instituto Socioambiental). Em pesquisa no site www.socioambiental.

org sobre o povo Xokleng encontramos uma população de 2.079, conforme se vê em https://terrasindigenas.org.br/pt-br/#pesquisa, acesso em: 15 abr. 2022.

2. **Povo Guarani**. Os grupos Guarani que hoje vivem no Brasil são: Mbya Pãi-Tavyterã, conhecidos no Brasil como Kaiowá, Avá-Guarani, denominados Ñandeva. Este povo vive em um território que compreende regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e se diferencia internamente em diversos grupos muito semelhantes entre si, nos aspectos fundamentais de sua cultura e organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de falar a língua guarani, de praticar sua religião e distintos no que diz respeito às tecnologias que aplicam na relação com o meio ambiente (GABRIEL, 2020).

3. **Povo Kaingang**. De acordo com Teschauer (1927), os Guayanás que viviam na costa atlântica entre Angra dos Reis e Cananéia seriam ascendentes dos Kaingang. Os nomes *Guayaná, Goyaná, Goainaze, Wayanaze*, seriam denominações dadas aos Kaingang daquela região. O nome Guayaná continuou sendo utilizado até 1843 juntamente com outros como *Coroado, Coronado, Shokleng, Xokren; Guanana, Gualachos, Gualachí, Chiqui, Cabelludo; Tain, Taven, Tayen, Ingain, Ivoticaray; Nyacfateitei; Votoron, Kamé, Kayurukré, Dorin; Tupi* (Kaingang que viviam em Misiones - norte da Argentina - e no extremo oeste do Rio Grande do Sul, às margens do rio Uruguai). Essa variedade de denominações acabou produzindo uma grande confusão para os pesquisadores. Importante apontar ainda que alguns desses grupos podem estar relacionados não aos Kaingang, mas aos Xokleng, Guarani ou Xetá que também fizeram resistência contra a presença europeia nas terras do Sul do Brasil.

Na atualidade, como consequência de políticas públicas direcionadas, representantes dos povos indígenas atuam nas mais diversas áreas do conhecimento por todas as regiões do país. Em Santa Catarina são professores, agentes de saúde, enfermeiras, agricultores, advogados,

médicos, parlamentares entre outras profissões que geram trabalho e renda para suas famílias. A partir do contato com a população colonizadora muitas experiências foram vividas e, por meio da alteridade, os povos indígenas buscam dignidade e a cidadania de assegurar seus direitos originários de acesso à terra, de moradia e educação.

Por meio deste artigo, pode-se afirmar que a memória e o conhecimento são ferramentas importantes para que se estabeleça o respeito entre os povos pelo reconhecimento da diversidade cultural, riqueza que ancora a vivência do povo brasileiro. O reconhecimento das diferentes culturas, todas de inestimável valor, pode promover um processo de ensino-aprendizagem contínuo para a promoção de uma reparação histórica, tão necessária quando se fala em povos indígenas. A possibilidade de abertura de um espaço de diálogo depende de cada um de nós, em suas ações e intenções, em busca do bem-estar comum.

Considerações Finais

Por meio dos acúmulos de aprendizado do último século, pode-se observar que a tentativa de assimilação e integração dos povos indígenas à população regional não teve êxito pela aculturação. O complexo cultural vivido com referências milenares faz com que os povos originários reafirmem suas identidades culturais pela alteridade.

A utopia do projeto colonizador e desenvolvimentista teve como consequência a abertura de muitas feridas, algumas já cicatrizadas. Os interesses econômicos e a falta de vontade dos órgãos e autoridades competentes em lidar com a temática indígena aumentam as mazelas e o distanciamento de uma possível resolução dos conflitos existentes.

Seguimos no desafio da utopia de construirmos um caminho de intermediação pelo diálogo intercultural para que se considere a perspectiva indígena na vivência coletiva, regional e humana.

Referências

CAMINHA, Pero Vaz de. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Tradução interlingual de Ivo Barroso. São Paulo: SESI-SP Editora, 2017.

GABRIEL, Vandreza Amante. Tradição e identidade no território: a alimentação da criança Mbyá-Guarani no tekoá vy'a em Major Gercino (SC). (Tese). Doutorado em Desenvolvimento Regional, PPGDR/FURB. Blumenau, 2020. Disponível via: https://bu.furb.br//docs/TE/2020/366916_1_1.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

GLATZ, Rosemari. Brusque os 60 e o 160: Elementos da Nossa História. Brusque. Ed. UNIFEBE, 2018.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. Anotações de uma Imigrante Polonesa. Florianópolis, 1998.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povos Indígenas No Brasil, 2011/2016. Disponível em https://terrasindigenas.org.br/pt-br/#pesquisa. Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Guarani. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guarani. Acesso em: 25 maio 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Kaingang. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang. Acesso em: 25 maio 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Povo Xokleng. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng. Acesso em: 25 maio 2022.

NAMBLÁ, Marcondes. Infância Laklãnõ: Ensaio Preliminar. (TCC). Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC). Como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau em licenciatura com ênfase em linguagens sob a orientação da professora Clarissa Rocha Melo. Florianópolis 2015. Disponível em: http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Marcondes-Nambla.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.

RIBEIRO, Darcy. América Latina: a pátria grande. 3 ed. São Paulo: Global, 2017, p. 57-69.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Ensaios oportunos. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2007.

_____. Nova história de Santa Catarina. 5. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

_____. "Notas sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina". In: PEREIRA, Nereu do Vale et al. (orgs.). A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

_____. Nova história de Santa Catarina. 3ª ed., Editora Terceiro Milênio. Florianópolis, 1995.

_____.Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

SELAU, Mauricio da Silva. A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio. Florianópolis: Bernúncia, 2010.

TOMIO, Celsa Colzani. Recordações de Minha Família: Lageado de Botuverá, 2000.

OS PRIMÓRDIOS DA MAÇONARIA NA CIDADE DE BRUSQUE

Adauto Celso Sambaquy*

Introdução

Em quase todas as cidades do Brasil é costume encontrar Lojas Maçônicas funcionando.

A minha cidade natal, quinze anos mais nova do que Brusque, desde 26 de janeiro de 1887, contava com a Loja Maçônica "Força e Fraternidade", onde meu bisavô, Oliveiros Sambaquy, então secretário da Intendência de Caxias do Sul, atuou como Venerável Mestre, de 1895 até 1902, quando faleceu.

Brusque, em 1975, acumulava cento e quinze anos, sem que houvesse em seu seio uma Loja Maçônica. A Loja não existia, mas entre seus cidadãos, vários haviam sido iniciados na Sublime Ordem. E, eram cidadãos que faziam girar a roda do desenvolvimento, em vários setores, tanto da indústria como do comércio, saúde e bancos. Eram pessoas destacadas da sociedade, que haviam recebido a luz, na Loja Justiça e Trabalho, na cidade vizinha de Blumenau. Lá frequentavam os seus trabalhos e cresciam em conhecimentos, os quais eram usados em suas ações diárias em nossa cidade.

Para lá, com a finalidade de assistir as sessões, deslocavam-se todas as segundas-feiras, pessoas como Ayres Gevaerd, Horst Schlosser, Germano Hoffmann, Álvaro de Souza Martins, Herbert José Schlindwein, Werner Willrich, Manfredo Hoffmann, Emilio Luis Niebuhr, Edgar Pastor, Osmar Tensini, Nilo Pio Marcelino e Venceslau Beber.

---

* O autor é bancário aposentado. Mestre Maçom, membro da Loja "Ordem e Progresso" nº 25, de Brusque-SC

Nos anos setenta, a estrada Brusque-Gaspar era estrada de barro. No verão, a poeira assustava os motoristas, pois terra seca levantava e formava uma nuvem que impedia a visão por alguns segundos. Mas, o pior mesmo, era quando chovia. O barro transformava-se em uma barra de sabão, que fazia carros deslizarem perigosamente. O inverno era uma tristeza para esses maçons brusquenses. Por essa razão, eram usados dois Jeeps, propriedade de Horst Schlosser e Osmar Tensini. Além de viajarem protegidos por carros de combate, as rodas eram trançadas com correntes, as quais evitariam o deslizamento. Mesmo assim, para muitos, era um tormento e uma aflição, evidenciando o medo de um acidente.

Esse foi o motivo determinante para pensarem em criar uma Loja na cidade. Os Irmãos blumenauenses aprovaram a ideia e colocaram-se à disposição, no sentido de orientar e ajudar com que o que estivesse ao seu alcance.

Esses doze Irmãos começaram a reunir-se, aqui, na Casa de Brusque e definir seu objetivo. Afinal, as segundas-feiras não seriam mais de viagens, nem sempre apreciáveis.

Na noite de 9 de junho de 1975, data memorável para a maçonaria catarinense, foi criada a Loja Provisória. Por sugestão do Irmão Horst Schlosser, o nome deveria ser ORDEM E PROGRESSO, em homenagem a nossa amada bandeira nacional. Escolheram o Rito Escocês Antigo e Aceito e resolveram que deveriam reunir-se nas segundas-feiras, coisa que já estavam fazendo há alguns anos. O local funcionaria provisoriamente na Sociedade Amigos de Brusque. Entretanto, como nada tinham, continuavam a reunir-se em Blumenau, mas agora somente duas vezes por mês, sendo as outras duas vezes aqui na cidade.

Por iniciativa dos Irmãos Germano Hoffmann e Venceslau Beber, foram providenciados os instrumentos de trabalho para o funcionamento regular da Loja.

A primeira diretoria da Loja Ordem e Progresso foi escolhida na mesma data da fundação e era a seguinte:

Venerável Mestre Irmão Ayres Gevaerd,

Primeiro Vigilante Irmão Horst Schlosser,

Segundo Vigilante Irmão Germano Hoffmann,

Orador Irmão Emilio Luis Niebuhr,

Secretário Irmão Herbert José Schlindwein,

Tesoureiro Irmão Álvaro de Freitas Martins,

Mestre de Cerimônias Irmão Werner Willrich,

Hospitaleiro Irmão Manfredo Hoffmann,

Chanceler Irmão Osmar Tensini,

Primeiro Diácono Irmão Venceslau Beber, e Segundo Diácono e Guarda do Templo Irmão Edgar Pastor.

Membros da Loja "Ordem e Progresso" N° 25 (1989). Da esquerda para a direita: Adauto Celso Sambaquy, Horst Schlösser, Ayres Gevaerd Filho, Ayres Gevaerd, Venceslau Beber e Germano Hoffmann. - Acervo: Loja "Ordem e Progresso" N° 25.

A Loja prestaria obediência ao Grande Oriente de Santa Catarina.

Ocorre que, em 1973 houve uma cisão na Maçonaria Brasileira, tendo o Grande Oriente de Santa Catarina deixado de seguir o Grande

Oriente do Brasil, razão pela qual não foi dado prosseguimento ao registro, apesar de toda a documentação ter sido enviada e ter sido publicado no Diário Oficial, o extrato dos Estatutos da Loja Maçônica Ordem e Progresso. Somente em 18 de março de 1978 foi que recebemos a autorização oficial para funcionar como Loja Provisória. Nada disso abalava o entusiasmo e a vontade imensa de fazer valer o empreendimento já vitorioso desses valorosos irmãos.

A Loja Justiça e Trabalho, de Blumenau, continuava a nos apoiar e em outubro de 1976, lá foram iniciados e passaram a frequentar nossos trabalhos, os Irmãos Severino Ferreira Fialho, Carlos Ernesto Rau e Ivo Holetz.

Em 18 de setembro de 1978, recebemos a primeira visita de um Grão-Mestre do Grande Oriente de Santa Catarina, o Irmão Ivan Claus Guinter, que pertencia aos quadros da nossa Loja Mãe, a Justiça e Trabalho, de Blumenau.

A primeira benemerência ofertada, resultante do Tronco de Beneficência, o Círculo Bom Samaritano.

Desde a fundação, foi acordado entre os Irmãos que as reservas financeiras seriam destinadas à compra de um terreno e à construção de nosso Templo. Para isso, o Tesoureiro repassava ao Irmão Ayres Gevaerd as reservas, e esse se encarregava de transformar em ouro, realizando a sua compra de fonte segura. Foi determinado também, que a compra do terreno e a construção do Templo seria obrigação nossa, sem pedir auxílio a ninguém. Era uma obrigação e um dever que todos nós assumiríamos, com êxito.

Em 27 de novembro de 1978, foi realizada a eleição para a nova gestão do Grande Oriente de Santa Catarina, sendo eleitos os Irmãos Miguel Christakis e Lúcio Nelson Martins, para os cargos de Grão-Mestre e Grão-Mestre Adjunto. Sua primeira ação foi proceder a Instalação de nossa Loja, e a regularização e Instalação de nosso Venerável Mestre Ayres Gevaerd, que presidiu a Ordem e Progresso de 09.06.1975 até 25.06.1979, quando passou o primeiro malhete para o seu sucessor, o Irmão Horst Schlosser.

Após quatro anos de lutas incessantes, sob o comando do Irmão Ayres, assume a Loja o Irmão Horst Schlosser, com o seguinte quadro de obreiros: Primeiro Vigilante: Irmão Germano Hoffmann, Segundo Vigilante: Irmão Álvaro de Freitas Martins, Orador: Irmão Werner Willrich, Secretário: Irmão Ivo Holetz, Tesoureiro: Irmão Venceslau Beber, Mestre de Cerimônias: Irmão Manfredo Hoffmann, Cobridor: Irmão Osmar Tensini, sendo os demais cargos distribuídos entre os Irmãos presentes às sessões.

Foi na gestão do Irmão Horst Schlosser que se aprofundaram os estudos no sentido do aumento de número de obreiros. Vários nomes foram selecionados, estudados, analisados e finalmente aceitos para comporem a primeira Iniciação, que seria feita pela Ordem e Progresso.

Em 31 de maio de 1980, nas dependências da Loja Justiça e Trabalho, em Blumenau, sob a condução dos Irmãos Ivan Carlos Brueckhmeier e Horst Schlosser, contando com a presença do Grão-Mestre Irmão Miguel Christakis e do Grão-Mestre Adjunto Irmão Lúcio Nelson Martins, receberam a luz os brusquenses: Adauto Celso Sambaquy, Antônio Batista Correia Sobrinho, Ayres Gevaerd Filho, Conrado Roberto Hoffmann, Eleutério Graf e Hailton de Souza Freitas e os blumenauenses: Carlos Braga Muller, Engelberto Naatz, Gilson Kunze, Ingo José Muller e Paulo Guilherme Pfau. Nessa ocasião, ocupando a oratória o Irmão Ivan Claus Guinter proferiu uma oração inesquecível, verdadeira pérola que cada iniciado recebeu, para arquivar em sua vida maçônica.

A atuação da Loja Maçônica Ordem e Progresso já aparecia na cidade, e em vinte e seis de abril de 1982, recebemos, através do Projeto de Lei 12/82, da Câmara de Vereadores, um reconhecimento de Utilidade Pública. Foi sancionada, através da Lei 1.025/82, pelo Prefeito Municipal Alexandre Merico, o reconhecimento de "Utilidade Pública a Loja Ordem e Progresso". Posteriormente a Loja passou a ser conhecida como Augusta e Respeitável Loja Simbólica ORDEM E PROGRESSO, número 25.

Com o sangue novo dos aprendizes, a ideia de construção foi acelerada vigorosamente. Partiu do grupo a realização de uma rifa, cujo resultado final foi a compra de um terreno de propriedade do Senhor Ademir Knopp, no Bairro Jardim Maluche. Em 20 de junho de 1983 recebemos a escritura pública de compra do terreno. A primeira parte do sonho estava concluída. Hoje, no local encontramos o prédio Solar das Acácias.

Em 20 de setembro de 1982, nas dependências da Loja Justiça e Trabalho, em Blumenau, realizamos a segunda iniciação de nossa Loja, recebendo os neófitos: Aliomar Luciano dos Santos, Amilcar Arnoldo Wehmuth, João Francisco de Souza, Oscar Bernardi e Sérgio Walendowsky.

Com incentivo dos Irmãos mais antigos, participávamos de todas as realizações que tinham a outorga do Grande Oriente de Santa Catarina. Em setembro de 1983, no Seminário de Estudos Maçônicos, realizado na cidade de Campos Novos, os Irmãos Ayres Gevaerd, Venceslau Beber e Adauto Celso Sambaquy tiveram a honra e felicidade de conhecer e conversar com o grande escritor maçom Irmão José Castelani.

Em agosto de 1984, por ocasião da enchente que se abateu na região, a Loja se mobilizou em auxílio aos Irmãos de Blumenau, transportando mantimentos e água potável, através de uma estrada que cortava Guabiruba, chegando aos pontos altos de Blumenau. Na mesma ocasião houve enchentes no nordeste do país, e, num esforço conjunto de todos os Irmãos, enviamos dois caminhões de arroz ensacado, que foram recebidos pelos Irmãos das Lojas: Virtude e Bondade, de Maceió (Alagoas) e Bet-El, de Mossoró (Rio Grande do Norte) que os distribuíram entre os flagelados.

Em 20 de abril de 1985, novamente na Loja Justiça e Trabalho, de Blumenau, realizamos a nossa terceira iniciação, quando foram aceitos os neófitos: Eduardo Venício Gevaerd, Germano Hoffmann Filho, Glauco Tadeu Gevaerd, Márcio Clóvis Schaefer, Roberto Isaias Fischer, Valter Stoltenberg e Wilson Morelli.

Em 30 de novembro de 1987, o Irmão Ayres Gevaerd é o primeiro brusquense a atingir o ponto mais alto na caminhada maçônica, sendo investido no Grau 33 – Grande Inspetor Geral da Ordem.

Em 25 de setembro de 1989 realizamos a nossa última reunião nas dependências da Casa de Brusque, nosso primeiro lar, e a quem devemos o crescimento e expansão da Maçonaria na cidade.

Enquanto o prédio Solar da Acácias estava sendo construído, nos alojamos na casa do Irmão Amilcar Arnoldo Wehmuth, no Bairro Rio Branco.

Nossa primeira sessão em nossa casa definitiva foi realizada em 23 de julho de 1990.

Nosso Templo foi sagrado oficialmente em 25 de maio de 1991, realizando a primeira iniciação em nosso Templo em 12 de julho de 1991. O Grão-Mestre que compareceu às duas solenidades foi o Irmão José Carlos Pacheco. Na primeira iniciação em nosso Templo, foram recebidos os neófitos Antonio Cesar de Souza, Gilberto Rau, Joel Viana de Souza e Ricardo Vianna Hoffmann.

A Maçonaria

A Maçonaria sempre foi um assunto tabu, pois durante séculos mentiras foram ganhando corpo e tornando-se montanhas a serem ultrapassadas. O que é a Maçonaria? Essa pergunta é muito difícil de ser respondida; eu diria que ela jamais foi respondida de modo definitivo.

O que vem a ser? É uma seita religiosa ou uma religião? Uma sociedade secreta de auxílios mútuos? Uma instituição filantrópica ou filosófica? Uma sociedade de pensamentos? Uma escola noturna para adultos?

Especificamente, a Maçonaria não é nada disso, mas nela, cada um desses aspectos pode ser encontrado, mais ou menos profundamente marcado, para compor a fisionomia que lhe é peculiar.

Cada uma das respostas dadas por homens letrados e estudiosos,

tende a responder apenas destacando uma de suas facetas. Para compreendê-la é necessário debruçar-se sobre as respostas que poderiam ser dadas a todos os questionamentos.

Estudando os princípios, os objetivos e o que prega a Maçonaria, chegaremos a compreendê-la, mas continuaremos incapazes de formular uma definição concisa, a ser expressa em poucas palavras, ou mesmo em poucas linhas. Ela é um mistério em si e esse é seu único mistério.

Aos poucos os exemplos foram sendo jogados ao público. Nossa primeira doação foi ao Círculo Bom Samaritano, depois, muitas entidades foram sendo ajudadas, sem que envolvesse o nome da Maçonaria. Ajudamos famílias necessitadas, compramos instrumentos musicais para jovens necessitados, fornecemos uma prótese de titânio a uma professora de alunos excepcionais, ajudamos asilo de idosos, nossos irmãos participam de associações e entidades que administram a nossa cidade. No Natal, com Papai Noel, distribuímos presentes aos humildes e necessitados.

Palavras de Sábios

Voltaire assim escreveu sobre a Maçonaria. "A Maçonaria é a entidade mais sublime que conheci. É uma Instituição Fraternal, na qual se ingressa para dar e que procura um meio de fazer o bem, de exercitar a Benevolência".

Simón Bolívar a descreve dessa forma: "A Maçonaria é uma praia acolhedora. Ditosos aqueles que podem alcançá-la! Felizes aqueles que podem chegar até ela, vencendo as tempestades do pensamento. No seio da Maçonaria adquirem-se grandes virtudes e descobrem-se gênios da ação e do pensamento. Na Maçonaria, o homem aprende a elevar-se sobre o vulgo, não duvida em esquecer, quando é necessário, de si mesmo, desde que possa oferecer aos seus Irmãos um pouco de doçura na existência. É uma instituição sublime".

O Bispo Dom Sebastião Pinho do Rego, na sua apreciação sobre a

Maçonaria, afirmou: “ Jesus Cristo instituiu a caridade. A Maçonaria apoderou-se dela e constituiu-a sua mestra. É sob seus auspícios que não morre a sua Esperança e se robustece a sua Fé. Bendita seja essa Irmã da Igreja na Virtude”.

Assis Carvalho, pesquisador, escritor e editor maçônico, afirma: “Ela possui um ingrediente que faz com que os homens das mais diversas categorias sociais abandonem o aconchego de seus lares, o conforto de um sofá, o passatempo de um jogo no clube, para passar às vezes dez ou doze horas mal acomodado, ouvindo outros Irmãos falarem, falarem de assuntos que às vezes estão saturados de saber. Não há explicação. Estou com quase trinta anos de Maçonaria e ainda não entendi a causa desta atração, desse ímã, dessa doce conspiração. Onde homens que nunca se viram, se abraçam com calor e se chamam de Irmãos. Se chamam e agem como tal. Realmente não há explicação. E, se há, ainda não consegui encontrar”.

Eu concordo com Assis Carvalho (Xico Trolha), pois já contando com 42 anos de Maçonaria, ainda sinto aquele mesmo entusiasmo que adquiri, desde o meu primeiro momento de luz, dia 31 de maio de 1980. Nasci novamente naquele dia.

HISTÓRIA (em quadrinhos) DE BRUSQUE

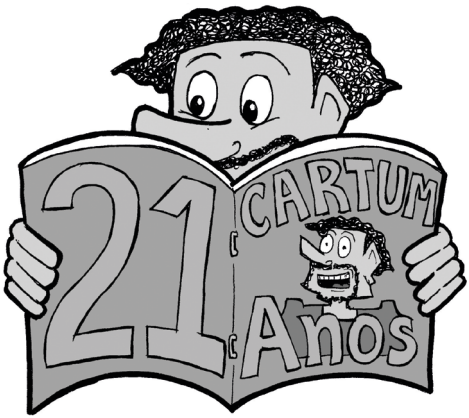
Aldo Maes dos Anjos*

Introdução: Histórias em Quadrinhos

Todos sabemos da importância do conhecimento histórico, para se preservar as raízes de um lugar. O povo que conhece a sua história aprende com a experiência dos seus antepassados e encontra maiores facilidades para trilhar o caminho do progresso.

A história de Brusque e do Vale do Itajaí-Mirim está bem registrada em inúmeros livros de autores diversos em todas as livrarias e bibliotecas da região. Porém os leitores é que andam escassos. Com o advento da tecnologia da internet de bolso, os livros passaram a ser considerados obsoletos e o hábito de leitura física está sendo deixado de lado, infelizmente.

As revistas em quadrinhos, por seu formato dinâmico de leitura



A Revista CARTUM publicou 341 revistas entre junho de 2001 e dezembro de 2021

* O autor é editor da revista CARTUM. E-mail: revistascartum@gmail.com

rápida acompanhada de ilustrações coloridas, acaba atingindo tanto o público apreciador da leitura como também uma parcela dos não-leitores, que abrem o gibi para se divertir e muitas vezes, com o tempo, acabam adquirindo o saudável gosto pela leitura em geral.

A Revista em quadrinhos CARTUM, que circula em Brusque e região, completa 21 anos de existência no mês de junho de 2022. Até dezembro de 2021, já havia editado e lançado 341 publicações diferentes. Somadas, as publicações possuem 7.998 páginas. Todas as tiragens resultam em 873.200 exemplares distribuídos gratuitamente. Nestas páginas, estão impressas 892 histórias em quadrinhos diferentes e 720 tirinhas.

Em 2010 a história local passou a ser contada de uma nova maneira, com histórias em quadrinhos divertidas, entretendo os leitores e transmitindo resumos de pesquisas sobre temas diversos. Surgiu de uma inspiração do Aldo Maes dos Anjos, autor das Revistas CARTUM, que em junho de 2022 completam 21 Anos de existência.

COMO TUDO COMEÇOU

SAIBA MAIS sobre Aldo Maes dos Anjos e a Revista CARTUM, acessando o QR Code ao lado:

A intuição de utilizar os quadrinhos como ferramenta para o fortalecimento da memória local ocorreu no início de 2010, quando a então Secretária Municipal de Educação de Brusque, Sra. Gleusa Fischer, fez um comentário desafiador ao autor da revista CARTUM: “Por que você não faz um CARTUM sobre Brusque, por ocasião dos seus 150 anos?”. Não precisou dizer duas vezes ... naquela mesma tarde já procurei o Professor Marlus Niebuhr, pedindo a indicação de alguém que pudesse me auxiliar na parte pedagógica do projeto e, no dia seguinte, me reuni com o professor Robson Gallassini (in memoriam), para expor a ideia da revista. Como ele já trabalhava neste assunto para outros projetos, definimos naquela mesma tarde todos os 25 temas que seriam incluídos na Revista do SESQUICENTENÁRIO, a qual foi

publicada em agosto daquele ano.

Robson foi um inesquecível parceiro e amigo, e lamento profundamente a sua ausência prematura. Tenho uma eterna gratidão pelo incentivo e alegria contagiante passada por ele a todos ao seu redor. Essa era a marca registrada na sua convivência.

Foi o encontro de um professor que costumava ENSINAR DIVERTINDO, com um desenhista que gostava de DIVERTIR ENSINANDO!

Robson Gallassini e o Barão de Schnéeburg

Este encontro rendeu oito publicações em quadrinhos sobre a história regional (entre 2010 e 2012), até o seu prematuro falecimento. Na sequência, o projeto continuou com a assistência pedagógica de duas pessoas que conviveram longo tempo com o Robson: Professor Carlos Michel, o qual era o seu grande amigo e colega de faculdade, e Marlus Niebuhr, que era o seu professor. Ambos captaram com perfeição o propósito deste projeto e contribuíram com ele por mais três anos, quando foi então encerrado.

SAIBA MAIS sobre Robson Gallassini e a Revista CARTUM, acessando o QR Code ao lado:

A FÓRMULA UTILIZADA

O imigrante Fritz é o protagonista dos quadrinhos

Já na primeira conversa com o Robson, foram definidos alguns detalhes:

1. Os personagens protagonistas seriam um casal de imigrantes alemães, o Fritz e a Frida, os quais não iriam envelhecer. Manteriam as suas características ao longo do tempo, estando presente na maioria dos acontecimentos relevantes ocorridos em nossa cidade.
2. Cada assunto abordado teria um parágrafo longo publicado, trazendo um resumo das pesquisas feitas sobre este tema, com a informação mais imprescindível possível. A bibliografia indicaria o nome dos livros pesquisados para quem quisesse se aprofundar neste assunto.
3. Ilustrando o parágrafo com o resumo, estaria uma história em quadrinhos de 1 ou 2 páginas, apresentando uma situação cômica relacionada ao tema, mas sem a necessidade de ser realista e acadêmica. O objetivo dos quadrinhos seria meramente de alegrar

o leitor com uma cena hipotética e divertida, incentivando a leitura completa da publicação e facilitando a assimilação das informações ali presentes, pois na leitura dos quadrinhos existe um foco e concentração suficientes para absorver e memorizar o assunto.

4. Os textos do Robson é que teriam a função de ensinar, contando como aconteceu o desenrolar da história real, fortalecendo na memória do leitor os fatos ocorridos no passado.

Lançamento da Revista "Gaspar Ontem", em 2011

ROMPENDO AS FRONTEIRAS

A "Revista do SESQUICENTENÁRIO" rendeu frutos: o então prefeito de Gaspar Celso Zuchi conheceu a publicação e solicitou um material semelhante sobre o município de Gaspar. Como o Robson também dava aulas em Gaspar, no Colégio Madre Francisca Lampel, facilitaram-se as pesquisas.

Em 2011 vieram ao mundo dois volumes da "Revista GASPAR ONTEM". Em seu interior, 20 capítulos da história deste município, que teve seu projeto de colonização iniciada já em 1835. Em Brusque, por exemplo, só iniciou em 1860. Hoje em dia a revista "Cartum Gaspar", apresenta novos temas sobre a cidade, bem como um histórico de municípios vizinhos. O primeiro foi Ilhota. Na sequência, virão os históricos de: Blumenau, Guabiruba, Itajaí, Massaranduba e Luis Alves.

Em 2014, na “Revista BRUSQUE ONTEM Volume XV”, foram apresentados os detalhes da emancipação política dos municípios de Guabiruba e Botuverá.

SAIBA MAIS sobre a Revista CARTUM GASPAR, acessando o QR Code ao lado:

A TRILOGIA SOBRE A HISTÓRIA DE BRUSQUE

Entre 2011 e 2015, a “Revista BRUSQUE ONTEM” apresentou, em 16 volumes, cerca de 160 temas sobre a história local. Os temas foram publicados de forma aleatória, misturando os diferentes períodos históricos, pois a cada ano atingia uma geração diferente.

A Revista Brusque Ontem era distribuída gratuitamente aos alunos das redes pública municipal, estadual e da rede privada, como ferramenta pedagógica

Com o final do projeto, em 2015 essa riqueza cultural ficou armazenada no meu computador até 2017, quando surgiu a ideia de organizar os 160 temas em ordem cronológica, formando assim uma novelinha do surgimento e desenvolvimento da cidade de Brusque, seguindo desde as informações mais remotas que se tem notícia, até os dias de hoje.

Novos temas foram incorporados aos que já existiam e resultou em três livros com 110 páginas cada, confeccionados em papel de boa qualidade, visando a sua perpetuação no tempo para poder atingir também as gerações futuras! O primeiro, “Colonização do Vale do Itajaí-Mirim – História de Brusque de 1840 a 1875”, foi lançado em

2017. O segundo, “Vila de São Luiz Gonzaga - História de Brusque de 1860 a 1930”, em 2019 e o terceiro, “Cidade de Brusque/SC” - História de Brusque de 1930 a 2020”, veio ao mundo em 2021.

As três obras foram patrocinadas pelo sistema de financiamento coletivo, onde os “apoiadores” receberam generosas recompensas, proporcionais ao valor que foi investido. O que estes apoiadores têm em comum é uma imensa vontade de contribuir com a causa cultural e um desejo misericordioso de que tal projeto se torne realidade, além de uma boa dose de confiança em seu autor.

Trata-se de uma demonstração de empatia ver mais de duzentos cidadãos brusquenses reconhecendo o esforço da realização deste material desde o seu planejamento, incansáveis pesquisas, primeiros esboços, muito desenho, coloração, arte final, edição, diagramação, uma persistente campanha de arrecadação financeira, impressão e distribuição dos três livros, e assim participar como um “apoiador”, dando um voto de confiança em nosso trabalho e tornando este sonho em uma realidade!

Para o futuro, a intenção é reeditar esta trilogia, com novos capítulos, mais páginas em cada livro, com a presença dos QR Codes de leitura

Livro “Colonização do Vale do Itajaí-Mirim”, lançado em 2017, dando início à trilogia

virtual (nos dois primeiros ainda não era utilizado), e talvez num formato A4, com desenhos maiores e a presença de mais texto, com letras maiores, para atingir também os leitores que enxergam mal.

OS LIVRETOS SOBRE A HISTÓRIA DE BRUSQUE

SAIBA MAIS sobre a Trilogia da História de Brusque, acessando o QR Code ao lado:

Durante as pesquisas para programar o conteúdo dos três livros, acumularam-se tantas informações sobre alguns assuntos que dariam para fazer um livreto individual sobre aquele tema. E assim foi feito. Reuniu-se as informações que havia sobre o tema escolhido, esta pesquisa foi aprofundada, historiadores foram consultados, foram criadas novas histórias em quadrinhos para serem acrescentadas e surgiram os (até então) quatro livretos da história de Brusque:

Em 2019 tivemos o primeiro livreto biográfico, **"Maestro Aldo Krieger"**. Apresentando quadrinhos sobre fatos pitorescos da sua vida, além de alguns causos contados pelo seu filho, Carmelo Krieger.

O Livreto "Manual do Brusquense" apresenta as informações que todo cidadão deve saber sobre o lugar aonde vive

Em 2020, foram lançados mais dois livretos: primeiro sobre o fundador da cidade de Brusque, o **"Barão de Schnéeburg"**, reunindo todo o pouco que se sabe sobre o nobre austríaco. Na sequência, veio o **"Manual do Brusquense"**, com as informações geográficas, turísticas, políticas, cívicas e mais o básico que todo cidadão deve saber a respeito da cidade onde vive.

Em 2021, foi a vez de homenagear o industrial que muito contribuiu com o progresso de Brusque, o "Cônsul Carlos Renaux". Não por acaso, o seu nome está registrado em diversos lugares da cidade até os dias de hoje.

Para 2022, está previsto o lançamento do quinto livreto, agora sobre a presença da família Buettner em Brusque.

TODAS AS PUBLICAÇÕES

SAIBA MAIS sobre os livretos com a História de Brusque, acessando o QR Code ao lado:

Seguindo essa fórmula de divertir e ensinar sobre a história regional, foram realizadas até aqui 33 obras literárias, um pouco com patrocínio do Poder Público, também do setor privado e até dos próprios leitores, no caso das campanhas de financiamento coletivo.

1 edição da "Revista do Sesquicentenário" (2010);

2 edições da "Revista GASPAR ONTEM" (2011);

16 edições da "Revista BRUSQUE ONTEM" (2011 A 2015);

1 Revista "Brincando e Aprendendo (faixa etária 5 anos)" (2015);

1 Livro "Colonização do Vale do Itajaí-Mirim – História de Brusque de 1840 a 1875" (2017);

1 Livro "Vila de São Luiz Gonzaga - História de Brusque de 1860 a 1930" (2019);

1 Livreto "Maestro Aldo Krieger" (2019);

5 Revistas "CARTUM GASPAR" (2019 A 2022);

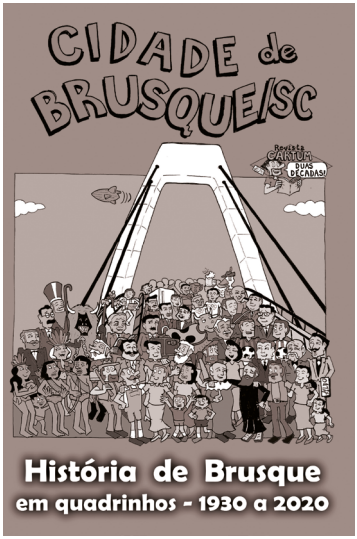
1 Livreto "Barão de Schnéeburg" (2020);

1 Livreto “Manual do Brusquense” (2020);

1 Livro “Cidade de Brusque/SC” - História de Brusque de 1930 a 2020” (2021);

1 Livreto “Cônsul Carlos Renaux” (2021);

1 Revista “História (em quadrinhos) do Colégio Cônsul Carlos Renaux” (2022).



Em 2021 foi publicado o terceiro livro sobre a História de Brusque, completando a trilogia

BENEFÍCIOS PEDAGÓGICOS E PSICOLÓGICOS

Leia oito histórias do primeiro livro “Colonização do Vale do Itajahy-Mirim” e suas respectivas pesquisas históricas, acessando o QR Code ao lado:

Nos dias atuais, é de extrema importância perceber e debater sobre a gravidade da situação que estamos vivendo onde as crianças e adolescentes estão expostos a telas do celular e computador o dia inteiro. Com certeza a tecnologia é uma ferramenta indispensável, que aproxima as pessoas e facilita a vida de todos, possibilitando o acesso ao conhecimento e contribuindo assim na educação. Porém nem sempre se faz um bom uso dela.

O ser humano que fica olhando para uma tela de celular por tempo prolongado está com a sua criatividade, imaginação e capacidade de raciocínio bloqueados. A infância é a fase mais criativa e inspirada do ser humano e as nossas crianças estão VICIADAS em telas, muitas vezes com influências horríveis.

O que eu pretendo com as revistas em quadrinhos não é apenas garantir a sobrevivência da minha família, mas proporcionar leitura física para estes jovens cidadãos que estão crescendo hipnotizados por uma tela que os aprisiona e muitas vezes os impede de pensar. A ÚNICA SAÍDA é proporcionar a LEITURA FÍSICA, para que se torne um hábito saudável, assim como a boa alimentação e a prática dos esportes.

A revista CARTUM estimula o hábito de leitura através da distribuição gratuita de gibis em quase todos os bairros da cidade, divertindo os leitores com as suas piadas, incentivando o gosto pela história regional e transmitindo uma mensagem de paz e esperança em tempos tão atribulados como estes em que nós vivemos!!

ELEIÇÕES EM BRUSQUE

Danilo Moritz*

"A história feita por sonhadores, visionários, idealistas, vencedores e vencidos com dois grandes vitoriosos: a democracia e Brusque."

Introdução: Antecendentes

As eleições realizadas nos municípios e consideradas verdadeiramente democráticas, começaram a partir de 1945. Até então os prefeitos, antes denominados administradores e depois intendentes, eram escolhidos e indicados por um pequeno grupo de pessoas influentes e nomeados oficialmente pelos governadores ou interventores.

No período colonial, 1860 a 1883, pessoas que ocuparam o cargo de Administrador da Colônia: Maximilian von Schneeburg, Frederico von Klitzing, Firmino Correa, Major Joao Detzi, Luiz Betim Paes Leme, Olimpio de Souza Pitanga, João Borges Junior, Benjamin Lima e Jacinto de Aguiar Pantoja.

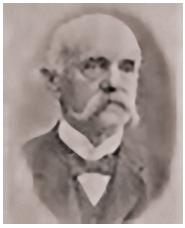
De 1883, agora como município de São Luiz Gonzaga, até o fim do Regime Monárquico em 1889 foram administradores: Germano Willerding, Pedro Jacob Heil, Guilherme Thieme e Guilherme Krieger (dois mandatos).

A Câmara de Vereadores foi instalada em 1883 e no dia 5 de maio foi realizada a primeira eleição para escolha dos vereadores, presidida pelo Juiz de Paz Germano Thieme. Os vereadores foram eleitos por um pequeno grupo de pessoas, escolhidos pela influência política e força econômica. Foram eleitos: Augusto Afonso Viana, Belmiro de Amorim Serva, Cristovan Staak, Guilherme Felipe Krieger, Fermino Willerding, João da Silva Mafra e Pedro Jacob Heil. Em dezembro de 1889, logo após a proclamação da República, as Câmaras foram dissolvidas e foram criados os Conselhos de Intendência.

---

*O autor é ex-prefeito do municipio de Brusque.

O Regime Republicano definiu novas regras para as eleições e, no dia 17 de janeiro de 1890, resolução assinada pelo governador Lauro Muller, modificou o nome do município para Brusque. De 1890 a 1928 o cargo do chefe do executivo foi denominado intendente e a partir deste ano a denominação passa a ser prefeito. Neste período ocuparam o cargo, nomeados pelo governador: Karl Renaux, Guilherme Krieger, Nicolau Gracher, Adriano Schaefer, João Renaux Bauer, Guilherme Kormann, Carlos Kuene, Vicente Schaefer, Otto Renaux, João Schaefer, Augusto Bauer, Humberto Mattiolli, Ernesto Bianchini, Rodolfo Victor Tietzmann, Vicente Gevaerd, Adolfo Walendowsky, Henrique Bosco, Arthur Risch, Germano Schaefer, Rodolfo Gerlach, Paulo Lourenço Bianchini e Mário Olinger.



Guilherme Krieger. O prefeito com o maior número de mandatos. Foi nomeado para o cargo para quatro mandatos: 1886, 1889, 1902 e 1907. Foi também nomeado Coronel Comandante da Guarda Nacional de Brusque, no período de 1890 a 1915.

Neste período houve uma exceção. Em 1936 a eleição foi direta e Adolfo Walendowsky se tornou a primeiro prefeito eleito pelo voto popular, mas permaneceu no cargo até novembro de 1937, quando foi exonerado em função do golpe impetrado por Getúlio Vargas.

As Eleições diretas

No dia 2 de dezembro de 1945 o eleitor brusquense foi às urnas para depositar seu voto naquela que foi considerada a primeira eleição verdadeiramente democrática realizada no país, para eleger o presidente da República, duas vagas para o Senado e nove vagas para a Câmara Federal. Dos 6.428 eleitores inscritos, houve 4.946 votantes. O presidente eleito foi Eurico Gaspar Dutra (PSD), o mais votado também em Brusque onde fez 3.357 votos.

O ano de 1945 também foi marcado pela fundação dos três partidos que dominaram a política brusquense até 1964: Partido Social

Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1965 os três partidos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 assinado pelo presidente Costa e Silva.

No dia 23 de novembro de 1947 acontece a primeira eleição municipal para a escolha do novo prefeito e dos vereadores que iriam fazer parte da Primeira Legislatura. Dois candidatos concorreram ao cargo de prefeito e Paulo Bianchini (PSD) foi o vencedor com 3.320 votos (71,26%). Bruno Moritz (UDN) fez 1.273 votos. Para a Câmara Municipal 11 vagas estavam em disputa e concorreram 22 candidatos, sendo eleitos: PSD: Guilherme Renaux, Carlos Boos, Evaldo Schaefer, José da Costa Miranda, Germano Schaefer, José Bolomini, João José Kormann e Euclides Silva. UDN: Oscar Krieger, Germano Quirino Barni e Dr. Carlos Moritz. O primeiro presidente da Câmara foi Guilherme Renaux.

Também em 1947, no dia 19 de janeiro, para a escolha de governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Três candidatos de Brusque concorreram para a Assembleia legislativa, sendo dois eleitos: Raul Schaefer (PSD) com 2.279 votos e Braz Joaquim Alves (PTB) com 1.848 votos.

Braz Joaquim Alves. O deputado estadual com o maior número de mandatos. Nascido em Brusque, Professor e Advogado, foi eleito deputado pelo PTB em 1947, 1950, 1954 e 1958. Foi presidente da Assembleia Legislativa por duas vezes.

De 1947 até 1965, ano em que os partidos foram extintos pela Ditadura Militar, foram realizadas mais quatro eleições para escolha dos novos prefeitos. Em 1950 concorreram dois candidatos, sendo eleito Mário Olinger (UDN) com 4.338 votos, 69,50%. Antônio Haendchen (PDS) fez 1.903 votos. O prefeito eleito Mário Olinger renunciou ao cargo em 1954 para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa. Foi substituído por Anibal Diegoli, eleito pela Câmara de Vereadores.

Em 1955 havia muita expectativa para a eleição do novo prefeito, que teria a missão de preparar os festejos do Centenário do Município. Houve grande mobilização política e na imprensa para que houvesse candidatura única e que o candidato fosse um nome da família Renaux, em função dos grandes feitos do Cônsul Carlos Renaux para o desenvolvimento do município e importância econômica e social das empresas Renaux. Como não houve acordo, dois candidatos foram para a disputa: Ingo Renaux pelo PSD e Dr. Carlos Moritz pela UDN. A disputa foi acirrada, com a imprensa, rádio e jornais, fazendo ataques violentos aos candidatos, e até com envolvimento de padres e bispos. Na bolsa de apostas era dada como certa a vitória de Ingo Renaux. A vitória coube ao Dr. Carlos Moritz com 4.834 votos, 165 a mais do que Ingo Renaux que fez 4.669 votos.

Na eleição de 1960 houve, pela primeira vez, uma união entre o PSD e o PTB e a decisão de lançar um candidato para acabar com a hegemonia da UDN. O candidato escolhido foi o Dr. Francisco Dall'Igna, médico muito conceituado e com grande apoio da classe operária. A UDN escolheu Cyro Gevaerd, que fora o coordenador dos festejos do Centenário. Nas enquetes, hoje pesquisas, feitas pelos jornais e no Café Pigalle, o candidato Dr. Chico aparecia como franco favorito. Então a UDN procurou o vereador Carlos Boos, do PSD, bairro Guabiruba, e propôs a sua candidatura a prefeito pelo PRP, com o compromisso de que Guabiruba se tornaria município caso Cyro Gevaerd fosse vencedor. E foi o que aconteceu. Carlos Boos foi candidato a prefeito e Cyro Gevaerd ganhou a eleição. Ele fez 4.889 votos, Dr. Chico fez 4.188 e Carlos Boos fez 2.481 votos. Em 1962 Guabiruba se tornou município.

Em 1965 finalmente o PSD conseguiu acabar com a hegemonia de três mandatos da UDN. Uma nova liderança política surgia, o empresário Antônio (Neco) Heil, que venceu o candidato da UDN, o professor e vereador Alexandre Merico, com uma diferença de apenas 20 votos. Neco fez 4.850 votos e Merico fez 4.830 votos. Também concorreu o sindicalista Hilário Bernardi (PTB) que fez 261 votos.

Entre 1947 até 1965, as eleições para a Câmara de Vereadores coincidiram com a eleição de prefeito apenas em 1950. As demais

foram realizadas em 1954, 1958 e 1962, juntamente com as eleições para a Assembleia Legislativa e Congresso Nacional.

Nas eleições para a Assembleia Legislativa o grande destaque ocorreu em 1962, quando Brusque elegeu três deputados, o apelidado trio FNM, em alusão ao caminhão da Fábrica Nacional de Motores, popularizado de FNM. Foram eleitos, Dr. Francisco Dall'Igna (F) com 4.463 votos, Nilo

Bianchini (N) com 6.700 votos e Mário Olinger (M) com 6.688 votos. Esta foi a única vez que Brusque elegeu três deputados. Outro destaque importante foi Braz Joaquim Alves (PTB) que se elegeu por quatro mandatos e foi presidente da Assembleia por duas vezes.

As fraudes eleitorais

Na época as fraudes, na apuração e contagem dos votos, eram frequentes. Nas urnas localizadas no interior as cédulas eram trocadas mesmo depois de a urna ter sido lacrada. Um caso bem conhecido ocorreu na urna localizada na comunidade de Itaquá, distrito de Vidal Ramos, nas eleições de 1954. Lá dois nomes disputavam os votos para o cargo de vereador: José da Costa Miranda (PSD) e Júlio Will (UDN). Depois de lacrada, a urna ficava guardada na casa do padre, para no outro dia ser levada para a Justiça Eleitoral. Quando a urna foi aberta na presença do Juiz, candidatos e fiscais veio a grande surpresa: mais de 90% dos votos foram para José da Costa Miranda. E Júlio Will, incrédulo afirmou: "Que meus parentes e eleitores tenham vendido o voto para o Miranda até posso aceitar, mas que até os meus fiscais me enganaram, aí já é demais". Como é muito difícil o segredo eterno, tempos depois alguém deu com a língua nos dentes e confessou que o Miranda fez uma bela doação financeira para o padre e a urna foi aberta na madrugada para os fantasmas retirarem as cédulas com votos para o Júlio Will e os anjos votarem para o Miranda. Também na contagem dos votos as fraudes ocorriam com muita frequência e o caso mais comentado em Brusque ocorreu na eleição para prefeito em 1965, quando Neco Heil venceu Alexandre Merico com uma diferença de apenas 20 votos. Tempos depois da eleição alguns membros das mesas apuradoras comentavam, depois da quinta dose de whisky, que

haviam colocado grafite na unha para poder colocar o X nas cédulas que apareciam em branco para voto ao seu candidato. Outra estratégia bem comum era a de fazer a contagem de um monte de cédulas, colocar a primeira com voto do seu candidato a vereador, e anotar no mapa de apuração todos os votos para o seu candidato

A revolução de 1964 e um novo tempo na política brusquense

Com a extinção dos partidos vigentes e a criação dos novos determinados pela Ditadura Militar, a ARENA e o MDB, houve novo reagrupamento das forças políticas do município. Os políticos até então adversários ferrenhos, UDN e PSD, tiveram que se abrigar na ARENA, pois ser do MDB significava ser contra a Revolução e correr o risco de ser perseguido e até preso.

Em 1966 houve a primeira eleição no Regime Militar, para a Câmara de Vereadores. As 11 vagas foram conquistadas pela ARENA, depois de uma renhida disputa entre os candidatos ex-udenistas e pedessistas. O MDB concorreu com apenas quatro corajosos candidatos, mas o partido não conseguiu legenda.

Em 1969 houve e nova eleição, desta vez para prefeito e vereador. O então prefeito Neco Heil se tornara a nova liderança política do município e trabalhava para escolha e eleição de um candidato vindo do PSD. O MDB ainda não estruturado no município não teve candidato e assim, o candidato da ARENA não teria adversário. A novidade da eleição foi o advento do cargo de vice- prefeito. Foi escolhido o vereador José Germano Schaefer (Pilolo), ex-PSD, tendo como vice Alexandre Merico, ex-UDN. Pilolo se elegeu com 8.886 votos. Houve 2.934 votos nulos e brancos. Para a Câmara de Vereadores apenas 11 candidatos concorreram, todos pela ARENA. Como este era o número de vagas, todos se elegeram.

No período do regime militar houve mais duas eleições municipais, em 1972 e 1976. Em 1972 houve a introdução das sublegendas, e cada partido poderia indicar até três candidatos a prefeito. A ARENA concorreu com apenas um candidato, o empresário Gentil Archer,

com o também empresário Chico Heil como vice. A vitória era tida como certa e até com grande margem de votos. O MDB formou três sublegendas e fez uma campanha aguerrida, de casa em casa, porta em porta, e venceu a eleição, elegendo a dupla César Moritz (prefeito) e Antônio Abelardo Bado (vice).

Na eleição de 1976 ambos os partidos concorreram com três sublegendas e a ARENA foi a vencedora elegendo a dupla Alexandre Merico (prefeito) e Dr. Antônio Mozer (vice), para um mandato de seis anos.

Neste período Brusque elegeu quatro deputados estaduais: Mário Olinger (1966), Neco Heil (1970), Walmir Wagner (1974) e César Moritz (1978).

Em novembro de 1979 o Congresso Nacional aprovou o fim do bipartidarismo e a ARENA se transformou em PDS e o MDB em PMDB. Foram também criados os partidos PT, PTB e PDT. Em 1982 houve nova eleição para prefeito e, com a manutenção da sublegenda, PDS e PMDB participaram com três chapas. Foi eleita a dupla Celso Bonatelli (prefeito) e Zeno Heinig (vice) do PMDB.

O ano de 1988 marca um novo tempo na política brusquense. O prefeito Celso Bonatelli, com mandato de seis anos, tinha excelente avaliação popular, e tudo indicava que seu vice, Zeno Heinig, seria seu substituto. No entanto, uma briga interna no PMDB mudou os rumos da eleição e o empresário Ciro Marcial Roza (PDT) venceu a eleição, com Heraldo dos Santos como vice. Ciro fez uma gestão arrojada e inovadora e o PDT se tornou o maior partido de Brusque. Em 1990 o Dr. Celso Bonatelli, agora no PDT, se elegeu para a Assembleia Legislativa. Em 1992 o partido elegeu a dupla Danilo Moritz (prefeito) e Serafim Venzon (vice) e sete vereadores. Em 1994 elegeu o primeiro deputado federal na história de Brusque, o Dr. Antônio Serafim Venzon.

Maria de Lurdes Fantini Benvenutti. A primeira mulher vereadora de Brusque. Nascida em Brusque, professora e líder comunitária, no bairro Santa Terezinha, filiou-se ao PDT em 1992, partido pelo qual concorreu a uma cadeira para a Câmara de Vereadores. Elegeu-se com 614 votos.

Na eleição de 1996 era aguardada a volta de Ciro Roza ao Paço Municipal. Ele era deputado estadual, mas queria mesmo voltar ao cargo de prefeito. As pesquisas mostravam que ele tinha em torno de 70% das intenções de voto a seis meses antes das eleições. Também de olho no cargo estava o empresário Hilário Zen, que acalentava o sonho por algum tempo. Contrariando todas as pesquisas, Hilário Zen ganhou a eleição com uma diferença de apenas 179 votos. Foi uma grande lição, ou seja, "em política ninguém é imbatível".

Na primeira eleição do novo século, ano 2000, o então deputado estadual Ciro Roza (PFL) se aliou ao seu antigo grupo e formou chapa com Dagomar Carneiro (PDT). O prefeito Hilário Zen indicou o empresário Chico Wehmuth como candidato a prefeito e Juca Vechi como vice. Desta vez uma nova lição da sabedoria política se fez presente. Hilário Zen fez uma administração correta, cuidou bem do dinheiro público, mas esqueceu de que, em política é preciso fazer propaganda. Nas urnas o cirismo prevaleceu e Ciro Roza ganhou a eleição com 51,58% dos votos válidos. E o segundo colocado não foi Chico Wehmuth. Foi o candidato do PT, Paulo Eccel, que fez 36,63% dos votos.

Em 2004 o deputado Serafim Venzon acreditava que havia chegado sua vez de sentar na cadeira de prefeito. Depois de três mandatos como deputado federal e um como deputado estadual, agora era a vez de ele coroar sua vitoriosa carreira política no cargo de prefeito. Nas urnas Ciro Roza confirmou sua popularidade e foi reeleito com 59,10% dos votos. Venzon fez 28,55% e Paulo Eccel 12,35%.

Dr. Antônio Serafim Venzon. O político brusquense com o maior número de mandatos. Natural de Botuverá, médico, começou sua carreira política como vereador em 1988, depois foi vice-prefeito, deputado federal por três mandatos, e deputado estadual também por três mandatos.

Na eleição de 2008 ocorreu um fato até então inédito na política brusquense. O Partido dos Trabalhadores se alia ao Partido Progressista, tradicionalmente partido da classe empresarial e conservadora, para

concorrer ao cargo de prefeito, com Paulo Eccel (PT) e Evandro de Farias (PP).

Outro fato importante foi Ciro Roza ter transferido o domicílio eleitoral para Balneário Camboriú, para ser candidato a prefeito naquele município. Seu candidato foi Dagomar Carneiro (PDT) tendo como vice Ivan Martins (PFL). A vitória coube a Paulo Eccel, que fez 55,78% dos votos válidos.

O ano de 2012 anuncia um novo e prolongado capítulo na história das eleições municipais.

O prefeito Paulo Eccel concorreu à reeleição e Ciro Roza se preparava para ser prefeito pela quarta vez. Nas urnas Paulo Eccel venceu Ciro Roza com 55,27% dos votos válidos. E Ciro teve seus votos cancelados pela Justiça Eleitoral. Foi o início da judicialização e da inelegibilidade de Ciro Roza. Já no dia 18 de dezembro, alguns dias antes do posse, o Tribunal Regional Eleitoral cassou o diploma do prefeito reeleito Paulo Eccel, sob a alegação de gastos excessivos em publicidade no último ano da sua primeira gestão. Mesmo assim ele entrou com recurso no TSE e foi empossado. Começava então uma longa batalha que terminou com a decisão do TSE de manter a cassação de Paulo Eccel e Evandro de Farias, com a perda dos cargos e direitos políticos por oito anos.

No dia 31 de março de 2015 o então presidente da Câmara de Vereadores, Roberto Prudêncio, assumiu o cargo de prefeito e começava uma nova batalha, com Paulo Eccel tentando reverter a decisão do TSE e por outro lado os conchavos entre os partidos para a eleição do novo prefeito, que teve lances dignos de uma tragicômica novela, que terminou no dia 12 de junho de 2016, com a eleição realizada pela Câmara, sendo vitorioso José Luiz Cunha (Bóca) para o cargo de prefeito tendo Rolf Kaestner como vice.

A eleição municipal de 2016 foi marcada pelo recorde de candidatos a prefeito, foram sete, e pela insistência de Ciro Roza, sempre afirmando que estava em dia com a Justiça Eleitoral, e que por isto sua candidatura estava legitimada. Desde o início da campanha Ciro Roza aparecia nas pesquisas como franco favorito com grande vantagem sobre os demais

candidatos. Sua candidatura foi mantida até o dia 13 setembro, quando renunciou e anunciou como seu substituto o Dr. Jonas Paegle com Ari Vequi como vice. Nas urnas Ciro comprovou que ainda mantinha um forte portfólio eleitoral e o Dr. Jonas venceu com 40,47% dos votos válidos.

Nas eleições nacionais o eleitor brusquense que deu vitória para Lula nas eleições de 1998 e 2002, disse não ao PT a partir das eleições de 2006, certamente motivado pelos escândalos de corrupção que atingiram em cheio o Partido dos Trabalhadores. Se em 2002 Lula fez 67,87% dos votos no segundo turno e, em 2006, embora tenha sido reeleito, em Brusque fez apenas 40,91% dos votos e Geraldo Alckmin fez 59,09% no segundo turno. A partir de então a rejeição aos candidatos do PT foi aumentando, culminando com a eleição de 2018, em que Jair Bolsonaro fez 86% dos votos em Brusque.

Na eleição de 2020, o ano começou com o anúncio de que, desta vez, finalmente, Ciro Roza teria recuperado sua elegibilidade e assim poderia vencer nas urnas o candidato do paço municipal, o Dr. Jonas ou o vice Ari Vequi, agora considerados seus inimigos em função do rompimento havido no início da gestão. O cenário prometia uma eleição muito acirrada, com a volta de Paulo Eccel, como candidato, pois havia recuperado, tardiamente, seus direitos políticos, com a confirmação de que o vice-prefeito Ari Vequi seria o candidato da situação, e com Ciro Roza confirmando sua candidatura e, novamente, aparecendo na liderança das pesquisas. Outros partidos anunciavam candidaturas, o que se confirmou com mais duas: Paulinho Sestrem (Patriota) e Coronel Gomes (PL).

Mesmo tendo a justiça confirmado a manutenção da inelegibilidade, Ciro Roza manteve sua candidatura e concorreu. Nas urnas o eleitor confirmou o que mostravam as pesquisas realizadas durante o período oficial da campanha e Ari Vequi (MDB) venceu a eleição com 40,54% dos votos válidos.

Referências

Conteúdo condensado do livro “Eleições em Brusque - Bastidores Personagens e Resultados” (2022) autoria de Danilo Moritz, Celso Westrupp e Ciro Francisco Imhof.

10 ANOS DO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO CULTURAL (2012-2022) Termo de Cooperação entre Brusque e o Landkreis Karlsruhe

Emilia Rosenbrock[1]

Resumo:

O objetivo deste ensaio é o registro, o resgate e a visibilidade de relatos de experiência do primeiro grupo de intercambistas à Alemanha no ano de 2013 dentro do Programa de Intercâmbio Cultural da cidade de Brusque com o Landkreis Karlsruhe. Este trabalho buscou identificar as principais motivações dos estudantes para a participação na primeira edição do programa, bem como, compreender a opinião deles sobre a experiência vivida na Alemanha, sobre o uso de línguas estrangeiras (alemão e inglês) e seu interesse em aprender ou dar continuidade ao aprendizado da língua alemã após a viagem. Os resultados apontam que a principal motivação está ligada em primeira linha à vontade dos jovens de viajar ao exterior. Aprender o idioma alemão antes ou depois da viagem não foi, em geral, relevante para os participantes. Contudo os relatos indicam que a experiência de intercâmbio contribuiu para o amadurecimento pessoal dos jovens e os motivou a refletir sobre sua realidade local.

Memórias: a história de um lugar é uma construção que traz em si as marcas dos sujeitos que dela fazem parte.

É de conhecimento público e os documentos oficiais nos comprovam

---

[1] A autora é professora de língua alemã e pesquisadora. Principais interesses de pesquisa concentram-se nos seguintes temas: língua alemã, políticas linguísticas, letramentos, escolarização em contextos de línguas de imigração. Contato: fraurosenbrock@gmail.com

a forte colonização europeia, em especial, a colonização alemã no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A cidade de Brusque, antiga colônia Itajaí-Brusque, foi fortemente colonizada no século XIX por alemães e italianos. Vamos partir do pressuposto que deve ser intrínseco à partida o desejo da manutenção do contato com a terra natal e com familiares que lá ficaram. Em tempos remotos esse contato transatlântico entre as famílias se baseava, com certeza, na troca de cartas. No entanto para poder escrever algumas linhas ou redigir uma carta é necessário ter recebido educação formal, ou seja, ter aprendido a ler e escrever. Porém como nos apresenta a literatura, foi proibido aos imigrantes através de duras ações restritivas do governo brasileiro durante as campanhas de Nacionalização do Ensino (1911 a 1920 e 1937 a 1945) o acesso à educação formal na língua de imigração (alemão, italiano, japonês, etc.). E o acesso à educação formal em língua portuguesa não existia ou era extremamente precário nas colônias. Unindo a precariedade do acesso à escola com as primeiras (1914-1918) e segundas (1939-1945) guerras mundiais a troca de correspondência entre as famílias nas colônias com parentes na Europa ficou sem dúvida restrita. Todavia algumas famílias conseguiram manter o contato por cartas com seus familiares na Alemanha, bem como preservar esta correspondência.

Ao preservar fotos, documentos, objetos, transcrever relatos orais e organizar o registro dos fatos resgatamos e preservamos a memória[2] local. Através dos erros e acertos do passado compreendemos melhor o presente e podemos planejar o futuro. Este ensaio, da mesma forma, busca dar sua contribuição à construção da história local através do resgate das memórias dos participantes da primeira edição do intercâmbio cultural do município de Brusque com o Landkreis Karlsruhe.

Um mar de ondas nos separa, mas as ondas do radioamadorismo nos (re)uniram

Na década de 1970, motivado pela correspondência familiar preservada, o brusquense Herbert José Schlindwein[3], por meio do Clube de Rádio Amadores de Brusque, estabelece contato com Manfred

[2] Conceitualmente memória e lembrança se distinguem. Contudo, neste ensaio o uso dos termos não requer uma distinção teórica.

Völker, um radioamador de Karlsdorf-Neuthard, na Alemanha. Desta forma, se inicia, após décadas, através das ondas do radioamadorismo um contato de caráter privado entre um morador de Brusque e a terra natal de muitos dos imigrantes alemães que colonizaram a cidade.

Manfred Völker - Fonte: Imagem da Internet

Clube de Radioamadores de Brusque - Fonte: Imagem da Internet

No ano de 1988, se estreitam os contatos oficiais entre as duas cidades e uma comitiva alemã veio a Brusque. Na ocasião, aconteceu a inauguração pela administração pública local da Praça Imigrantes de Karlsdorf/ Karlsdorfplatz (Lei Nº 1.400, de 30/03/1988) localizada na confluência do Largo 4 de Agosto com a Rua Hercílio Luz. Também é plantada na praça uma muda de carvalho alemão (Eiche) trazida pela comitiva alemã.

[3] Inspirado em correspondências do tio-avô Herbert José Schlindwein, inicia uma busca através do rádio amador por contato com parentes na Alemanha.

Quase duas décadas depois, no ano de 2007, é fundada, na cidade de Karlsdorf-Neuthard, na Alemanha, a BSG (Badisch-Südbrasilianische Gesellschaft e.V.[4]) tendo como presidente o senhor Egon Klefenz. O objetivo da associação é fomentar encontros culturais, intercâmbios, cursos de línguas e pesquisas genealógicas. Ainda em 2007, em Guabiruba, é criada a ACIC (Associação Catarinense de Intercâmbio e Cultura) que, de forma institucional, incentiva e promove contatos entre Santa Catarina e o estado de Baden-Württemberg no sudoeste da Alemanha.

O Contrato de Parceria assinado em 2010 entre Guabiruba e a municipalidade de Karlsdorf-Neuthard na Alemanha

A Lei Municipal Nº 1.217, de 08 de outubro de 2010, reconhece a cidade alemã de Karlsdorf-Neuthard como cidade coirmã do município de Guabiruba. Em 2014 a Lei Nº 1.456 dá nova redação ao Art. 2º da Lei Municipal Nº 1.217/2010, autorizando o município a firmar convênios de cooperação com a cidade de Karlsdorf-Neuthard, com a finalidade de resguardar a cooperação e o intercâmbio em todas as áreas do conhecimento.

Em novembro de 2010 os prefeitos do município brasileiro de Guabiruba, Orides Kormann e Sven Weigt, de Karlsdorf-Neuthard assinaram o documento oficial de parceria entre Karlsdorf-Neuthard e Guabiruba - Fonte: Imagem da internet/Hans-Joachim Of

[4] Para acompanhar as atividades da associação consulte: https://www.bsges.de

Em junho de 2013, o poder público municipal de Guabiruba é convidado a participar das solenidades de comemoração dos 200 anos da municipalidade de Karlsdorf, na Alemanha. Estima-se que por volta de 300 brusquenses e guabirubenses tenham viajado à Alemanha para os festejos. Uma comitiva oficial de Brusque também participou dos festejos de rua em Karlsdorf-Neuthard.

Em novembro de 2017, com a presença de uma delegação alemã, aconteceu em Guabiruba o primeiro Badnertreffen – encontro de famílias dos descendentes de Baden/Alemanha. Na ocasião, foi inaugurado na Praça Theodoro Debatin o obelisco, do escultor brusquense Karl Guenther Theichmann, em homenagem aos imigrantes badenses.

No ano de 2019, a cidade de Guabiruba firmou uma parceria climática com a municipalidade de Karlsdorf-Neuthard. Essa parceria se orienta nos parâmetros temáticos da já instituída parceria climática[5] do município de Brusque com o Landkreis Karlsruhe.

O Termo de Cooperação assinado em 2011 entre Brusque e o Landkreis Karlsruhe

Estreitando as ligações com a Alemanha, no ano de 2011, é oficializado pelo município de Brusque, através da Lei Nº 3.385, de 05 de abril, o Termo de Cooperação para a realização de acordos bilaterais e programas de ação, para fundamentar cooperação e intercâmbio em todas as áreas, principalmente de caráter social, educacional, cultural, turístico, esportivo, ambiental e econômico

[5] O projeto foi lançado em 2011 na Alemanha pelo Centro de Serviços para os Municípios em Um Só Mundo (SKEW) da Engagement Global, em cooperação com o Grupo de Trabalho Agenda 21 no estado da Renânia do Norte-Vestfália (LAG 21 NRW). Apoiado pelas seguintes associações: Deutscher Städtetag/Associação Alemã das Cidades, Deutscher Städte- und Gemeindebund/Confederação Alemã de Cidades e Municípios, e Deutscher Landkreistag/Associação Alemã dos Distritos e é executado em nome do Ministério da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da República Federal da Alemanha. A parceria municipal para o clima entre a Prefeitura de Brusque e o Landkreis Karlsruhe foi firmada no ano de 2015 e faz parte desse projeto climático maior.

com a Microrregião[6] de Karlsruhe, na Alemanha (PREFEITURA DE BRUSQUE, 2011). Entre maio de 2013 e maio de 2014, aconteceu, em território nacional, a "Temporada Alemanha + Brasil" sob o lema "Quando ideias se encontram". Inúmeros eventos foram realizados em todo o Brasil. O objetivo central da Temporada da Alemanha no Brasil foi apresentar uma autêntica e moderna imagem da Alemanha aliada à economia e à cultura, bem como ao desenvolvimento da ciência.

Em Brusque, foi introduzido um projeto-piloto no contraturno escolar que incluía aulas de alemão, dança, xadrez e tênis de mesa e que pretendia alcançar cerca de 130 alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Professora Georgina de Carvalho Ramos da Luz, no bairro São Pedro. As aulas de alemão aconteciam todas as quartas e sextas-feiras, tendo 45 minutos de duração cada aula. A participação dos alunos nas atividades no contraturno era opcional. O projeto-piloto que iniciou em março de 2013 foi extinto ao final do ano em referência.

Como extensão das comemorações do sesquicentenário da cidade de Brusque, comemorado em 2010, houve em 2012 o lançamento do livro intitulado "Brusque 150 anos: Tecendo uma história de coragem" de organização do historiador Marlus Niebuhr. A obra tem sua versão em língua alemã na tradução da senhora Ursula Paula Elisabeth Rombach.

Em outubro de 2012, a vinda do primeiro grupo de intercambistas alemães, formado por 15 jovens acompanhados da professora alemã, Sabine Sarochan, da Berufliche Schulen Bretten e pelo então chefe de Departamento de Escolas do Landkreis Karlsruhe, Bernhard Böser, deu início ao Programa de Intercâmbio Cultural. A contravisita do grupo brusquense aconteceu em junho de 2013. Os intercambistas

[6] Microrregião é a denominação utilizada no texto da lei municipal. Observamos variações na nomenclatura utilizada em outras publicações locais como: Microrregião de Karlsruhe, Distrito de Karlsruhe, Região Administrativa de Karlsruhe e sendo que também aparece a variante em alemão Landkreis Karlsruhe.

brusquenses[7] puderam participar, durante a estadia, das comemorações dos 200 anos da cidade de Karlsdorf. Acompanharam os estudantes na viagem, a então coordenadora de Comunicação da Secretaria de Educação de Brusque e responsável pelo Programa de Intercâmbio Rosana P. (cargo comissionado) e a professora de alemão Emilia R. (contratação ACT).

A partir do ano de 2014, as viagens do Programa de Intercâmbio passaram a realizar-se dentro do mesmo ano calendário. Em 2014, a Prefeitura de Guabiruba se junta ao Programa de Intercâmbio Cultural do município de Brusque com o Landkreis Karlsruhe (Lei Municipal nº 1.456, de 16 de abril de 2014) e passa a enviar adolescentes guabirubenses no programa. No mesmo ano, acadêmicos da UNIFEBE passaram a integrar o grupo de intercambistas. No ano de 2018, o Colégio Amplo se une ao Centro Universitário de Brusque/UNIFEBE e estudantes do Ensino Médio da instituição têm a oportunidade de participação no programa de intercâmbio da Prefeitura de Brusque com o Landkreis Karlsruhe. Após um processo de transição, no ano de 2019, o Colégio Amplo passa a chamar-se Colégio Universitário UNIFEBE. Desta forma, não são mais enviados acadêmicos, mas sim estudantes do Ensino Médio.

Objetivos do Programa de Intercâmbio Cultural

Alguns editais de edições passadas do intercâmbio ainda estão disponíveis na internet. Dessas escassas e ainda disponíveis publicações on-line, retiramos os excertos que apresentamos a seguir. O objetivo principal para o programa de intercâmbio cultural é mencionado nos

[7] José Victor S. (Colégio São Luiz), Matheus H. H. (Colégio São Luiz), Cristoffer K. (Colégio São Luiz), Julia B. (Escola de Educação Básica Monsenhor Gregório Locks), Ana Carolina B. B. (Escola de Educação Básica Monsenhor Gregório Locks/ Senac), Alexandre T. F. (Senai), Mariana V. (Escola de Educação Básica Francisco Carlos de Araújo Brusque), Thayrine L. B. (Escola de Educação Francisco Carlos de Araújo Brusque), Yuri L. F. (Escola Pública Municipal João Hassmann), Felipe K. (Escola Pública Municipal João Hassmann), Larissa B. (Colégio Cônsul Carlos Renaux), Carolina R. K. (Colégio Cônsul Carlos Renaux), Arthur W. W. (Colégio Cônsul Carlos Renaux), Débora V. , Gabriela R. M. (Escola de Educação Básica Monsenhor Gregório Locks).

editais de seleção das prefeituras como sendo: "... continuar a **troca de experiências** através de **extensa programação**, pensada na lógica de **vivência do modo de vida** dos alemães, e tomar **conhecimento de projetos por meio de visitas às escolas** locais. Além disto, a proposta de intercâmbio busca **fomentar e reforçar laços culturais**, por meio de elos que potencializarão ações conjuntas entre Brasil e Alemanha. **Essa troca de experiências representa o objetivo maior** deste intercâmbio" (PREFEITURA DE BRUSQUE, 2018; PREFEITURA DE GUABIRUBA, 2020, grifo nosso). No edital do Colégio UNIFEBE, não consta objetivo para a execução conjunta do intercâmbio cultural com as prefeituras de Brusque e Guabiruba. Segundo o site oficial do Landkreis Karlsruhe, o programa de intercâmbio cultural com Brusque e Guabiruba tem como objetivo "... aprofundar **raízes e tradições comuns**, bem como **promover a língua alemã**[8]" (LANDKREIS KARLSRUHE, 2022, grifo nosso). Não é possível incluir neste ensaio, por falta de acesso às programações de atividades das etapas do primeiro intercâmbio e das edições posteriores, uma análise comparativa do alcance ou não dos objetivos do programa dentro das atividades propostas nas programações. Uma solicitação de informações junto à Secretaria Municipal de Educação de Brusque via correio eletrônico não recebeu retorno.

Quando entrevistados pelos meios de comunicação locais, os professores brasileiros, que acompanham os estudantes, relatam que "**não é tanto pelo idioma**, mas pela **cultura**, e um incentivo para os jovens. As vagas são para alunos da rede pública que, talvez, não teriam condições de **fazer uma viagem para o exterior**. É uma **oportunidade de conhecer o mundo**, e um reconhecimento para o aluno que está estudando uma segunda língua", explica Thiago A. S., professor de inglês que coordenou em 2018 e 2019 o intercâmbio de Brusque. A professora de alemão Keity L. S., da cidade de Guabiruba, que acompanhou os grupos de 2014 a 2018, relata "[...] que o intercâmbio aproxima os brasileiros dos alemães, **por meio de sua cultura**, e é

[8] Tradução nossa: „Ziel des Austausches ist die Vertiefung der gemeinsamen Wurzeln und Traditionen, sowie Förderung der deutschen Sprache" (LANDKREIS KARLSRUHE, 2022, grifo nosso).

importante para a formação destes estudantes". A professora de inglês Veluma W. de Guabiruba, que acompanhou o grupo em 2019, conta que foi uma experiência rica na qual "[...] os alunos aprenderam **diversas coisas diferentes**. Eles **tiveram aulas, fizeram atividades físicas, conheceram diversos pontos turísticos** [...]".

As palavras "cultura", "cultural", "raízes e tradições", "laços culturais", "viagem ao exterior", "pontos turísticos", "conhecer o mundo" e "troca de experiências" são recorrentes nos objetivos do programa de intercâmbio e nas falas dos professores acompanhantes. Mas, afinal, o que é Cultura neste contexto? E como ela é entendida nas diretrizes do programa de intercâmbio? Vale destacar que, as cidades de Brusque e Guabiruba receberam ao longo das últimas quatro décadas grande fluxo de migrantes oriundos do Nordeste brasileiro, como também em menor número dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. O assunto é complexo e exige um aprofundamento em sua análise. Contudo fica a reflexão: os termos "raízes e tradições", "laços culturais" usados nos documentos oficiais e nas falas dos professores contemplam a realidade social, linguística e cultural da cidade? Faltam estudos e pesquisas acadêmicas que se proponham a conhecer a realidade e as mudanças sociolinguísticas e culturais da sociedade brusquense nas últimas décadas.

Pré-requisitos para a participação na primeira edição do intercâmbio

Na primeira edição da viagem de intercâmbio, o convite para participação era aberto a todos os estudantes do Ensino Médio das escolas de Brusque, indiferentemente de serem alunos de escolas públicas ou privadas. Do grupo de 15 estudantes, cinco eram de escolas particulares da cidade e os demais de escolas públicas municipais, estaduais e do Senai/Senac.

Quanto às despesas de viagem, na primeira edição do intercâmbio, as famílias arcaram com o pagamento da passagem aérea, seguro viagem e documentação de viagem (passaporte) de seus filhos. A Prefeitura de Brusque custeou a passagem da professora de alemão, da coordenadora do programa e de dois alunos da rede pública municipal, alunos do

Ensino Médio da Escola João Hassmann, que foram selecionados após participarem de um concurso de escrita de redação.

Para inscrever-se a uma vaga no intercâmbio, o estudante brusquense e/ou guabirubense deve ter disponibilidade para hospedar, em sua casa, o seu parceiro intercambista alemão e oferecer três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), bem como participar da programação de atividades planejadas para todo o grupo. As demais edições do Programa de Intercâmbio que ocorreram nos anos 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 sofreram ajustes em seus pré-requisitos de participação. Por exemplo, as duas prefeituras restringem a participação a alunos matriculados no Ensino Médio da rede pública de ensino. A prefeitura de Brusque custeia totalmente as passagens aéreas de seus participantes, a prefeitura de Guabiruba paga 50% do valor da passagem dos alunos aceitos que residam no município e o Colégio UNIFEBE não arca com as despesas aéreas de seus estudantes. Compete às famílias arcar com as despesas de emissão de seguro de viagem (obrigatório), com a expedição de passaporte e com os gastos oriundos da programação de final de semana em família. As despesas com o deslocamento terrestre de todo o grupo de ida e volta ao aeroporto de Florianópolis ou Navegantes fica a cargo da Prefeitura de Brusque. Devido à pandemia de Covid-19, não houve as edições de intercâmbio nos anos de 2020 e 2021.

Requisitos linguísticos para participação no intercâmbio: língua alemã ou inglesa

Exames de Proficiência e/ou Suficiência em Língua Estrangeira são utilizados para diversas finalidades, como para comprovação de proficiência/suficiência para realização de intercâmbio acadêmico, ingresso em programas de graduação e pós-graduação em território nacional e no exterior, imigração, preenchimento de vaga de emprego ou para avaliação objetiva do progresso de aprendizado da língua-objeto de estudo de interesse do estudante.

Para participação no processo seletivo do programa de intercâmbio, os estudantes devem apresentar, caso já possuam, comprovante de

proficiência e/ou suficiência ou prestar uma prova escrita e oral elaborada pelos professores de língua estrangeira (inglês e alemão). O processo seletivo tem duas etapas sendo a primeira fase a prova escrita, que habilitará ou não, o estudante para a segunda etapa que compreende a prova oral.

O primeiro grupo de intercambistas brusquenses teve dez encontros noturnos (de abril a junho) com a professora Emilia R. nas dependências da Escola João Hassmann, no bairro Guarani, para aprender noções básicas da língua alemã e serem orientados quanto aos hábitos e costumes das famílias alemãs. Segundo relatou a professora Keity L. S., que acompanhou os grupos de 2014 a 2018, em algumas edições foi ainda ofertada aula de alemão, "mas não foi algo muito produtivo, pois as aulas eram no período noturno e a maioria dos alunos estudava à noite". Esses exemplos indicam que há um certo empenho da gestão pública pelo fomento da língua alemã dentro do programa de intercâmbio. Mas, infelizmente parece que as ações ainda são parcas ou improdutivas.

Contrapartida social a ser dada pelos estudantes selecionados para o intercâmbio

O edital do ano de 2018 da prefeitura de Brusque estabelecia para seus alunos participantes a realização, quando solicitado e sob supervisão, de algumas horas de atividades extracurriculares. A prefeitura de Guabiruba, no edital do ano de 2020, exigia como contrapartida a elaboração e aplicação de um projeto de disseminação do conhecimento adquirido durante o intercâmbio. Sem essa contrapartida, a Secretaria de Educação e Fundação Cultural de Guabiruba devem ser ressarcidas pela família do participante com os custos da viagem. O Colégio Universitário UNIFEBE, em seu edital Nº 01/2020, não solicitava contrapartida de seus estudantes.

Relato de experiência dos estudantes brusquenses da primeira edição do intercâmbio

A coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário aos participantes brasileiros do intercâmbio dos anos 2012-2013 promovido

entre a prefeitura de Brusque e o Landkreis Karlsruhe, e teve o objetivo de investigar as contribuições em âmbito pessoal e educacional para os estudantes na participação do programa. As questões propostas buscaram identificar as opiniões dos participantes sobre a primeira edição do intercâmbio. Para tanto, foi utilizado um questionário contendo oito questões abertas simples. A aplicação foi realizada em sua totalidade via correio eletrônico (e-mail) entre julho e setembro de 2020. Dos 15 participantes da edição 2012-2013, foi possível contatar oito e recebemos resposta ao questionário de seis ex-intercambistas.

Quando indagados sobre o "**Por que você decidiu participar do intercâmbio em 2012-2013**"? As principais razões citadas para a participação foram:

Variáveis	Número de citações
Convite para participação divulgado na escola	3
Oportunidade de viajar/de fazer uma viagem de intercâmbio	1
Ascendência alemã	1
Incentivo dos pais	1

Quadro 1: Fatores que influenciaram a decisão para participar do intercâmbio
Fonte: Quadro elaborado pela autora com os dados obtidos dos questionários.

Quando questionados sobre "**O que você mais gostou da Alemanha? Alguma curiosidade e/ou momento engraçado de lá**"? as respostas mais recorrentes foram: a convivência com a família hospedeira, lugares como o Europa Park e o Museu da Mercedes- Benz, a gastronomia, a organização e a preservação de monumentos históricos como castelos, participação em eventos públicos (neste caso referência ao desfile de comemoração dos 200 anos da cidade de Karlsdorf).

Para apresentar os dados sobre o uso da língua alemã ou da língua inglesa, optamos por transcrever a informação assim como foi dada pelo informante. A pergunta feita foi "**Como foi lidar com uma língua estrangeira (língua alemã ou língua inglesa) no dia a dia durante o intercâmbio**"?

1) Foi bem difícil. A língua inglesa nunca foi uma língua em que eu realmente me aprofundasse para estudar. E a alemã a não ser pelos meus avós, eu entendia um pouco.

2) Foi bem complicado, aprender inglês no curso é mais simples, lidar e se expressar no dia a dia, em um país estrangeiro, no começo foi bem assustador. Mas depois fui acostumando, com a ajuda de tradutores para encontrar as palavras que sumiam da mente, com mímicas e exemplificações deu tudo certo.

3) Na maior parte do tempo, usávamos o inglês para comunicação. Entretanto, pude perceber que minha família anfitriã tinha um pouco de dificuldade.

4) Não foi difícil, todos da família do meu anfitrião falavam inglês. Eu falo um pouco de alemão, mas, o inglês foi a língua principal de comunicação.

5) Foi um desafio.

6) Na época eu sabia falar pouquinhas coisas em alemão, então utilizei o inglês.

Para participação no Programa de Intercâmbio, o domínio da língua alemã ou inglesa é um dos pré-requisitos do edital de seleção de candidatos. Tal proficiência nas línguas é avaliada através de prova escrita e oral. Entretanto, pelos relatos dos estudantes, a maioria deles não tinha conhecimento suficiente da língua alemã para uma conversação cotidiana. O inglês foi a língua de comunicação usada durante a viagem, mas seu uso mostrou limitações de domínio por parte dos estudantes.

As respostas dadas pelos participantes à pergunta "**O que você achou dessa experiência e o que ela contribuiu na sua formação pessoal, estudantil e profissional**"? foram:

1) Foi uma experiência única e sensacional.

2) Expandiu meu olhar a novos horizontes e me ajudou a visualizar e definir objetivos pessoais,

3) A experiência foi ótima, principalmente pra ter o conhecimento de que existe um mundo diferente lá fora.

4) A experiência de visitar outro país não em forma de turismo, mas sim de intercâmbio é engrandecedora. Ao mesmo tempo em que você literalmente vive uma cultura completamente diferente da sua, você tem que ser independente e responsável. Essa experiência contribuiu muito na minha formação pessoal.

5) Conhecer outra cultura, outros lugares, ver como é a realidade. A pontualidade, sem dúvidas, foi o que eu trouxe para minha vida. Além, claro, do respeito por culturas diferentes, e pesquisar mais sobre coisas que não sei.

6) Foi uma experiência única, de grande valia. Talvez tenha sido a minha única oportunidade de conhecer outros países, outras línguas e sua cultura.

As citações mais recorrentes à segunda parte da pergunta "**Qual a contribuição dela** (da experiência de intercâmbio) **na sua formação pessoal, estudantil e profissional**"? foram mencionadas: a pontualidade, a tomada de decisões (autonomia e responsabilidade), o cumprimento de horários e ser uma pessoa mais organizada.

Como se trata de um intercâmbio com a Alemanha, nos interessa saber qual a ligação dos ex-intercambistas com a língua e cultura alemã. A pergunta "**Houve interesse na época e posteriormente em aprender a língua alemã**"? foi respondida da seguinte maneira:

1) Confesso que tive e até comecei. Mais depois de algum tempo acabei desistindo.

2) Com a rotina de trabalho e faculdade, conclui meu estudo da língua inglesa e acabei não focando mais no aprendizado de novos idiomas.

3) Sim obtive meu certificado de proficiência em língua alemã B1.

4) Eu já estudava alemão na época, é uma língua bem difícil. Mas como toda a língua é só uma questão de prática. (Não especificou se continuou os estudos da língua ou não)

5) Sim me interessei, pois me encantei com tudo que havia conhecido. Mas então logo iniciei a universidade e tive outras prioridades, e isso foi algo que acabei por deixar de lado. Também ao pensar em

meus objetivos percebi que gostaria de focar em melhorar o meu inglês e aprender o espanhol.

6) Sim comecei a aprender alemão três anos após a viagem e agora (2020) concluí o curso de alemão em uma escola franqueada de idiomas.

A língua não é só parte da cultura, nem tampouco comunica apenas. A língua é o arquivo do acervo cultural de um povo carregando em si, portanto, a cultura. Sendo assim, qual o papel da língua alemã, do seu ensino nas escolas locais e da sua manutenção para as futuras gerações?

Para a pergunta "**Que conselhos você daria aos interessados em fazer intercâmbio**"? os participantes responderam: 1) Aprender a língua, 2) Se prepare, você estará em uma casa, com uma família, às vezes pode ser difícil se comunicar se você não tiver muita prática com o idioma, seja inglês ou alemão. Meu maior arrependimento foi não ter me preparado muito bem para a viagem, 3) Levar a sério o programa e a oportunidade, 4) Não tenha receio de ir, prepare-se.

Não fatos concretos, mas percepções

Alguém pode, a essa altura, pelo que foi até aqui apresentado, já ter feito sua leitura da estrutura e finalidade do programa de intercâmbio. É comum observar que percepções dos fatos divergem dos fatos em si. Tal percepção é entendida aqui como o ato de acessar mentalmente o passado e as lembranças sendo influenciado pelo contexto e instante atual do sujeito. E muitas vezes, como os fatos são percebidos pelos sujeitos, é mais relevante do que como eles realmente são. Abaixo uma das muitas percepções possíveis acerca do programa de intercâmbio.

A) **Do objetivo**: o uso da palavra e noção de "Cultura" empregada nos editais de seleção do intercâmbio e pelos professores acompanhantes, em suas entrevistas, carece de revisão conceitual por sua indiscriminada utilização. O cidadão comum se questionado na rua sobre o que é "Cultura", certamente responderá que é música, dança, pintura ou teatro. Esse entendimento não está totalmente errado, pois Cultura também se expressa, em sua dimensão estético-simbólica (Artes). No entanto, entender a Cultura reduzindo-a a um evento de lazer, caracterizado mais pelo entretenimento passageiro

do que pela formação pedagógico-cultural é errôneo, principalmente se tratando de gestão pública.

B) **Dos conhecimentos linguísticos**: evidentemente, a língua inglesa é a primeira opção na contemporaneidade para comunicação internacional. Mesmo porque é a língua estrangeira mais lecionada nas escolas municipais, estaduais e privadas locais. Contudo, há de se considerar que, sendo a parceria com a Alemanha, a língua alemã deveria receber um olhar diferenciado dentro do programa de intercâmbio. Da mesma forma, o ensino e aprendizado do português brasileiro pode ser fomentado pelo Landkreis Karlsruhe na Alemanha. A língua integra, articula e transporta todo o conjunto de valores, crenças e comportamentos dos grupos sociais que dela se servem, ou seja, a língua é o marcador cultural por excelência. Sendo língua e cultura intrinsicamente ligadas é possível tratar a questão cultural independentemente da questão linguística?

C) **Do prazo para recrutamento dos candidatos**: a seleção dos intercambistas é feita, em geral, entre oito a doze semanas que antecedem a viagem. E se o processo seletivo fosse iniciado com um ano de antecedência oferecendo curso de língua alemã aos estudantes interessados numa candidatura ao intercâmbio?

D) **Dos custos**: as três entidades envolvidas no programa de intercâmbio lidam diferentemente com a questão dos custos (passagem aérea). Atualmente a viagem de intercâmbio é financiada em quase toda sua totalidade com recursos públicos.

E) **Da contrapartida**: não foi possível acessar nenhum material produzido pelos intercambistas a título de contrapartida social. Nos documentos consultados, não encontramos menção a uma exigência de contrapartida para os professores de inglês acompanhantes do grupo.

F) **Da responsabilidade da organização do programa**: a constituição de uma comissão permanente de organização, acompanhamento e avaliação da estrutura e execução do intercâmbio, assim como a contratação de um profissional habilitado em língua alemã para assessorar nos assuntos

educacionais relativos à língua e à cultura se configura como uma necessidade imperativa dentro do programa.

À guisa de conclusão uma síntese provisória

Os depoimentos fornecidos pelos intercambistas ratificam as observações e colocações de especialistas em educação sobre a importância e o valor da educação intercultural e mostram como a experiência do intercâmbio repercutiu no processo de construção/desconstrução de sua identidade. A maioria deles expressou quão significativa foi a oportunidade de entrar em contato com outra cultura, outros idiomas e como essa experiência, em suas próprias palavras, foi "transformadora e única", "abriu-lhes a mente", gerando "nova visão de mundo", ajudando-os no desenvolvimento de sua autonomia e autoestima e a tornarem-se mais críticos e reflexivos.

Os resultados obtidos sugerem que os intercambistas retornaram diferentes de quando partiram e plenamente conscientes dessas mudanças. Esses jovens intercambistas podem ser considerados embaixadores de sua própria cultura e agentes de futuras transformações sociais locais no sentido de uma sociedade mais aberta ao diálogo intercultural e crítica.

Por outro lado, a análise dos relatos dos alunos aponta que conhecimentos linguísticos em língua alemã, praticamente, não tiveram relevância no programa e que a maioria utilizou o inglês em suas interações ainda que o domínio da respectiva língua não era, na maioria dos casos, satisfatório. Os editais do programa de intercâmbio apresentam em sua redação um objetivo vago e genérico apropriando-se indiscriminadamente do termo "Cultura" e apontando um certo apelo turístico velado. Não foi possível, por falta de publicação e acesso aos relatórios de avaliação oficiais, apresentar e comparar as distintas edições do programa.

Além de dar visibilidade às memórias dos participantes da primeira edição do intercâmbio, no ano de 2012-2013, este ensaio buscou convidar o leitor a uma reflexão crítica sobre a estrutura, em vigor, do programa de intercâmbio e instigar a revisão e a adequação das diretrizes do intercâmbio para um processo de melhoria contínua.

Ao recordar experiências individuais e/ou coletivas visitamos nossas lembranças. Cerzimos os pontos roídos e, ao mesmo tempo, tecemos laços entre o passado (memória) e o presente (novas vivências). Permitimos que nossos viveres passados sejam presentificados e assim (re)-existam no tempo. São nossas memórias que constroem e ressignificam a história da nossa, da minha amada Brusque.

Bibliografia e outras fontes de pesquisa

Sites consultados

https://www. landkreis-karlsruhe.de

https://www.bsges.de

https://www.unifebe.edu.br/site/noticia/estudantes-do-colegio-amplounifebe-participam-de-intercambio-cultural-na-alemanha/ (Entrevista da professora Keity L. S. à Assessoria de Imprensa da UNIFEBE, 2018)

https://educacao.brusque.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/edital-interc%C3%A2mbio-brasil-alemanha.pdf (PREFEITURA DE BRUSQUE, 2018)

https://static.fecam.net.br/uploads/248/arquivos/1726551_EDITAL_INTERCAMBIO_2020.pdf (PREFEITURA DE GUABIRUBA, 2020)
https://www.guabiruba.sc.gov.br/noticias/ver/2019/07/intercambistas-de-guabiruba-relatam-experiencia-na-alemanha (Entrevista da professora Veluma W., 2019)

LEIS

Lei Municipal Nº 3.385, de 05 de abril de 2011
https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/brusque/lei-ordinaria/2011/339/3385/lei-ordinaria-n-3385-2011-institui-parceria-oficial-entre-a-cidade-de-brusque-e-a-micro-regiao-de-karlsruhe-na-alemanha-e-da-outras-providencias

Lei Municipal Nº 1.217, de 08 de outubro de 2010
https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guabiruba/lei-ordinaria/2010/121/1217/lei-ordinaria-n-1217-2010-reconhece-

a-comunidade-de-karlsdorf-neuthard-como-cidade-co-irma-de-guabiruba

Lei Municipal Nº 1.456, de 16 de abril de 2014
https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guabiruba/lei-ordinaria/2014/145/1456/lei-ordinaria-n-1456-2014-altera-o-art-2-da-lei-1217-2010-e-inclui-artigos-na-mesma-lei

Matérias em jornais online

https://omunicipio.com.br/estudantes-de-brusque-e-guabiruba-participam-de-intercambio-na-alemanha/ (Entrevista ao jornal do professor Thiago A. S., 2018)

ERRATA: Na edição da revista NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ, Ano XIX - N° 68, 2021, na página 64, no artigo desta autora intitulado **"Hajo, wir schwätzen patenser": O gradativo apagamento do dialeto badense em Brusque e Guabiruba**, deve-se acrescentar na quinta linha após Brusque (ENGEL, p. 259, 2010), o seguinte texto: A imagem 5 mostra uma vista interna da capelinha publicada em Piazza no ano de 1960, de autoria do estúdio fotográfico Foto Brasil/Scharf de Brusque que foi possivelmente feita no Natal de 1959, visto que está adornada com galhos de pinheiro. O oratório sempre foi mantido e preservado pelas famílias moradoras das imediações. No ano de 2013 a cruz e a capelinha foram revitalizadas, mantendo suas características originais.

O Legado de Frieda Germer

Jaqueline da Silva*

Introdução:

O dia 17 de março de 2022 marca os 114 anos do nascimento de Frieda Pfützenreuter Germer, que é destaque na história das artes visuais no Vale do Itajaí. Para homenagear esta importante artista, a Fundação Cultural de Brusque realizou entre 12 e 31 de março de 2022 a exposição "O Legado de Frieda Germer" no Espaço Cultural da Livraria Graf, e em virtude dos preparativos para este evento foi possível reunir suas obras e muitos apreciadores dos trabalhos de Frieda Germer. A partir de relatos de pessoas que conviveram com a famosa Frau Germer, pudemos levantar dados biográficos, conhecer melhor suas diferentes habilidades, sua visão empreendedora e sua dedicação à comunidade.

Divulgação da Exposição
"O Legado de Frieda Germer"
Fonte: Secretaria Municipal de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Brusque

Unidos pelo sentimento de admiração por esta importante artista, muitos colaboraram de forma direta e indireta para que o legado de Frieda Germer pudesse alcançar os espectadores, desde a exibição na sala de exposições até chegarmos a este artigo.

---

*A autora é arte-educadora, artista e mediadora cultural desde 2005, graduada em Teatro e especialista em Metodologia do Ensino da Arte. É arte-educadora na Fundação Cultural de Brusque e atua no Núcleo de Formação de Plateia da Instituição. Foi curadora da exposição "O Legado de Frieda Germer" juntamente com Andréia Dirschnabel.

Conhecendo Frieda Germer

Antes da montagem da exposição foi preciso fazer um detalhado levantamento de dados sobre a artista, que serviu de base para a definição da expografia e para ações de arte-educação que foram desenvolvidas durante o período da exposição.

Embora Frieda Germer seja um ícone da história das artes visuais na região do Vale do Itajaí, as informações sobre a artista são escassas. A primeira biografia da artista foi publicada em 1997 pelo professor e pesquisador Aloisius Carlos Lauth, que teve a oportunidade de entrevistar a artista um ano antes de seu falecimento. Aloisius não mediu esforços em compartilhar com a curadoria todo o seu conhecimento, participando inclusive da abertura da exposição com relatos sobre Frieda Germer e conduzindo uma importante conversa com os espectadores presentes. Outros materiais publicados, que temos conhecimento até o momento, são matérias publicadas por Vania Gevaerd em sua coluna Cultural Mente no Jornal MS Vanguarda e materiais publicados pela Fundação Cultural de Blumenau, entidade que também possui obras da artista em seu acervo.

A artista, ceramista e especialista em Fundamentos Estéticos e Metodológicos da Arte, Vania Gevaerd, é pesquisadora do trabalho de Frieda Germer e já realizou exposições com trabalhos da artista. Sua colaboração foi indispensável na produção da exposição "O Legado de Frieda Germer", sendo a articuladora entre a curadoria, familiares, historiadores e admiradores da artista. Com este envolvimento foi possível reunir informações valiosas, materiais históricos e obras oriundas de acervos pessoais. Foi através de Vania Gevaerd que tivemos o privilégio de conhecer pessoalmente três filhas de Frieda Germer, as senhoras Edla Germer Theichmann, Eva Germer e Erica Germer Holzinger, que abrilhantaram a abertura da exposição com sua presença e participação, além do fundamental apoio em toda a produção da exposição. Em especial, a Sr.ª Edla Germer Theichmann, (que é mãe do renomado e talentoso escultor Karl Theichmann), que nos forneceu materiais históricos, como fotografias, objetos e recortes de jornais, e uma belíssima obra para compor a coleção.

História de Frieda Germer

Vamos voltar no tempo e entender a trajetória de Frieda Germer, que inicia com seu nascimento em 17 de março de 1908 na Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul, Santa Catarina. Após o seu nascimento, seus pais, Johanes e Mina Pfüetzenreuter, mudaram-se para a região de Encano, em Indaial, um lugar onde o tempo parece passar mais devagar, tendo até hoje preservadas suas belezas naturais e paisagens bucólicas. Frieda vinha de uma família com espírito empreendedor. Além da atividade no magistério, seu pai construiu um comércio de secos e molhados, (denominada popularmente de "venda"), um açougue, uma queijaria e um salão de bailes, que se tornou o centro cultural da comunidade local. A proximidade de Frieda com a arte já havia começado cedo, pois seu próprio pai regia um coral neste mesmo salão.

A vida no interior tinha desafios. Frieda aos 14 anos já era responsável por transportar os produtos da queijaria e do açougue para o comércio de Blumenau, dirigindo uma carroça puxada por quatro cavalos, acompanhada pelo seu irmão mais novo. A jornada iniciava às 4 horas da madrugada e percorria cerca de 17km em uma árdua viagem sobre estradas em péssimas condições, principalmente em épocas de chuva. Aos 17 anos, ficou responsável pela contabilidade dos negócios da família e pelas relações comerciais com importantes estabelecimentos de Blumenau, o que revela que a jovem Frieda já se mostrava uma mulher forte e com espírito de liderança.

Retrato de Frieda Germer
Fonte: Sala Brusque Virtual

Entre tantas responsabilidades, como as atividades domésticas e o trabalho no comércio da família, Frieda também deveria dedicar-se aos estudos. No início do século XX, as jovens moças tinham sua formação voltada para os cuidados com o lar, e, por este motivo, seus pais consideraram a melhor opção

matricular Frieda no Colégio de Freiras de Blumenau (conhecido hoje como Sagrada Família) para que ela aprendesse Artes Domésticas. Seu deslocamento ocorria duas vezes por semana, partindo de trem de Encano e desembarcando na estação da Prefeitura de Blumenau. Frieda pôde testemunhar ao longo deste trajeto várias cenas que se tornaram inspiração para os quadros que viria a pintar. Posteriormente, aos 16 anos, hospedou-se no Clube Germânia de Blumenau onde aprendeu as técnicas da pintura em tela e de desenho a lápis crayon, encontrando aí sua forma de expressão. Graças ao seu trabalho, hoje temos um registro genuíno de cenas que retratam o início das cidades do Vale do Itajaí.

Em 12 de agosto de 1929, Frieda casou-se com Leopoldo Germer, fixando residência em Brusque, onde dedicou-se à criação de seus nove filhos.

Foi pioneira no ensino da pintura, abrindo a porta de seu ateliê para receber interessados em aprender a técnica. Frau Germer, como era chamada, tinha muitas habilidades e além do ateliê de pintura, possuía também um ateliê de corte e costura que direcionava também para ensino, fazia remédios com ervas medicinais e ainda podia encontrar o local ideal para se construir um poço d'água, munida de um anel de cristal e um galho de goiabeira.

Frieda Germer faleceu no dia 15 de setembro de 1998 com 90 anos.

Este levantamento biográfico foi baseado no artigo "Frieda Germer" de Aloisius Carlos Lauth, publicado em 1997 em Blumenau em Cadernos Edição n.º 3 e também em relatos de Edla Germer Theichmann, Vania Gevaerd, Celso Dorvalino Deucher e Lourdes Schumacher Beber.

Registros de exposições de obras de Frieda Germer ao longo da história:

1997 – "Resgate Histórico-Social" da Artista Frieda Pfützenreuter Germer. Local: Fundação Cultural de Blumenau, Blumenau – Santa Catarina.

1998 – Exposição alusiva ao aniversário de Brusque. Local: Núcleo de Difusão Cultural de Brusque, Brusque – Santa Catarina.

2015 – Exposição coletiva “A casa é delas”. Local: Casa de Brusque, Brusque – Santa Catarina.

2021: Frieda Germer: Vida e Arte. Local: Fundação Cultural de Blumenau, Blumenau – Santa Catarina.

2022: O legado de Frieda Germer. Local: Livraria Graf, Brusque – Santa Catarina.

Expografia

A expografia foi desenvolvida pelas arte-educadoras da Fundação Cultural de Brusque, Jaqueline da Silva e Andréia Dirschnabel. Foi inicialmente pensada de forma a reunir o acervo existente na Fundação Cultural de Brusque, que contava na ocasião com nove obras da artista, cujos temas estavam relacionados à chegada dos primeiros imigrantes e ao início da Colônia Itajahy-Brusque.

O estilo de pintura de Frieda Germer é instintivo e autêntico (o que denominamos no mundo da arte de Arte Naïf), e, por esta razão, suas obras não possuem o compromisso com o realismo, com a proporção ou perspectiva. Sua intenção é usar sua experiência pessoal, ou seja, sua relação com o meio, para nos contar histórias e narrar cenas ricas em detalhes que ficaram eternizadas em suas obras, nos deixando como legado representações de cenas vividas pelos nossos antepassados. Existem várias facetas da artista Frieda Germer, e as obras que participaram da exposição “O Legado de Frieda Germer” revelam apenas uma delas. Frieda dedicou-se a retratar cenas do início das cidades do Vale do Itajaí, e por isso é regionalmente reconhecida. No entanto, sob encomenda pintou outros temas: paisagens, personagens, temas florais, entre outros.

Conforme a exposição foi sendo divulgada, muitas pessoas nos procuraram e para nossa satisfação, constatou-se que existem muitas obras de Frieda Germer adornando escritórios, ambientes institucionais e casas de famílias da região. Amigos, vizinhos, familiares e personalidades importantes possuem obras da artista em seus acervos pessoais, cada qual com características únicas.

Assim, a exposição cresceu e passou a contar com dezessete obras. Além do acervo da Fundação Cultural de Brusque, pudemos conhecer obras do acervo de Margarida (Maida) Schumacher Dalcegio, Lourdes Schumacher Beber, Rubens Kormann, Regiane Moresco, Edla Germer Theichmann, Museu Casa de Brusque e da Sociedade Esportiva Bandeirante. Este último conta com uma belíssima obra que retrata a chegada dos primeiros imigrantes da Colônia Itajahy-Brusque, que está alocada em seu restaurante.

Obra: Chegada dos primeiros imigrantes da Colônia Itajahy-Brusque (Acrílico sobre eucatex). Acervo: Sociedade Esportiva Bandeirante. Foto: Luis Teixeira.

Obra: Pedro Werner (Acrílico sobre eucatex).
Acervo: Museu Casa de Brusque. Foto: Luis Teixeira.

A ausência de etiquetas e maiores informações sobre as obras nos deixam sem uma noção clara de títulos e datas. Por este motivo, decidimos seguir o caminho da artista e buscar referências na história para criar as legendas para as obras em exposição. Alisson Castro, historiador da Fundação Cultural de Brusque, nos auxiliou na escolha destes materiais, que serviram de apoio para que os espectadores pudessem contextualizar as cenas propostas pela artista.

Ações de arte-educação

Desde 2019 a Fundação Cultural de Brusque possui o Núcleo de Formação de Plateia, que é formado pelos profissionais Andréia Dirschnabel, Isaque Bizerra Lacerda, Jaqueline da Silva, Matheus Teixeira, Thiago Luiz da Costa Martins e Paraguaçu Fernandes Marinho. Este grupo de profissionais tem desenvolvido ao longo deste período diversos projetos e ações com foco em estratégias de valorização da arte e da cultura que facilitem a aproximação da obra e do espectador.

Por este motivo, a equipe formulou uma série de ações educativas que foram aplicadas na exposição, a fim de estreitar o contato dos espectadores com os bens simbólicos inerentes de uma obra de arte.

As ações desenvolvidas consistiram em visitas mediadas para grupos, aulas especializadas in loco, recriações das obras desenvolvidas por alunos, interações em redes sociais através do instragram @ arteeapreciaao, até a apresentação musical do Projeto Os Bachianos, que se deu no momento da abertura da exposição para a celebração do Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922.

Desdobramentos da Exposição

A partir da realização da exposição “O Legado de Frieda Germer” foi dado um importante passo para o reconhecimento da importância das obras de Frieda Germer.

A Enciclopédia Sala Brusque Virtual colocará à disposição da comunidade para fins didáticos e de pesquisa todo o acervo de Frieda Germer pertencente à Fundação Cultural, acompanhado de materiais

históricos, (como o belo retrato da jovem Frieda Germer, até então desconhecido) que foram cedidos pelas filhas da artista, já citadas neste artigo.

As fotos do acervo em alta resolução, que podem também ser apreciadas neste artigo, são de autoria do artista Luis Teixeira e foram gentilmente concedidas à Fundação Cultural de Brusque por Eleutério Graf, proprietário da Livraria Graf.

Além disso, duas importantes obras passaram a fazer parte do acervo da Fundação Cultural de Brusque, através de doações realizadas pelo Rotary Club de Brusque e pela Sr.ª Edla Germer Theichmann:

Obra: Paisagem (Óleo sobre tela).
Acervo: Fundação Cultural de Brusque. Foto: Luis Teixeira

Obra: Casamento na roça (Acrílico sobre eucatex).
Acervo: Fundação Cultural de Brusque. Foto: Luis Teixeira.

A obra que retrata o Palacete Renaux foi restaurada pela artista e arte-educadora da Fundação Cultural de Brusque, Denise Dubiella, para compor a exposição.

Obra: Palacete Renaux (Acrílico sobre eucatex).
Acervo: Fundação Cultural de Brusque. Foto: Luis Teixeira.

Referências:

BLUMENAU EM CADERNOS. Frieda Germer. Tomo XXXVII, n.º 03, março de 1997. http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1997/BLU1997003.pdf

BRUSQUE. Fundação Cultural de Brusque. Sala Brusque Virtual. Disponível em: https://enciclopedia.brusque.sc.gov.br/. Acesso em: 09 maio 2022.

Colônia Itajahy-Brusque: Imigração e Evolução da População no Período 1860-1877

João José Leal*

Introdução - Objetivo e Delimitação do Tema:

Neste artigo, com base na pesquisa feita em documentos originais guardados no Museu Histórico Casa de Brusque e, secundariamente, na bibliografia de historiadores, examinaremos alguns aspectos relacionados à evolução da população durante o período (1860 a 1877) da Colônia Brusque[1].

Cabe esclarecer que não é nosso objetivo realizar um estudo aprofundado da composição demográfica vigente no período colonial brusquense. Pretendemos apenas destacar algumas informações estatísticas constantes de documentos oficiais sobre o número de habitantes da Colônia, no período pesquisado. O objetivo, portanto, é de levantar, em termos quantitativos, como ocorreu o processo de povoamento e o consequente aumento da população assentada nos territórios, inicialmente, da Colônia Brusque[2] e, posteriormente, também da Colônia Príncipe Dom Pedro[3].

---

* O autor é membro da Academia Catarinense de Letras.

[1] Oficialmente denominada Colônia Itajahy, seu fundador, no entanto, sempre insistiu em chamá-la de Colônia Brusque em homenagem ao então presidente da Província de Santa Catarina, Carlos de Araújo Brusque. Dessa forma, usaremos neste artigo a denominação preferida pelo Barão de Schnéeburg e que consta da grande maioria dos documentos pesquisados.

[2] A Colônia Itajahy-Brusque foi criada pelo decreto imperial de dezembro de 1860 e instalada em 4 de agosto de 1860, para ocupar terras da margem esquerda do Rio Itajaí-Mirim.

[3] A Colônia Príncipe Dom Pedro foi criada pelo decreto imperial de 16 de janeiro de 1866 e instalada em 15 de fevereiro do mesmo ano e ocupou as terras da margem direita do rio Itajaí-Mirim, poucos quilômetros acima da sede da Colônia. Em 1869, a Colônia Príncipe Dom Pedro e seu território passaram ao controle administrativo da diretoria da Colônia Brusque.

Povoamento das Terras Litorâneas de Santa Catarina

A exemplo do que ocorreu no Brasil, o povoamento de Santa Catarina não foi resultado de uma política de ocupação organizada das terras litorâneas. Até o final do século 18, a sua população estava quase que toda assentada em três núcleos urbanos, São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna e em povoações próximas. Isso significa que as póvoas, os vilarejos e cidades foram surgindo ao acaso, naturalmente, de forma imprevista, com a chegada e permanência dos ocupantes pioneiros. Em muitos casos, a data inicial da póvoa e seus primeiros ocupantes permanecem desconhecidos.

De um modo geral, isso significa que as terras litorâneas da Província de Santa Catarina foram sendo ocupadas aos poucos, numa ação improvisada de povoamento, sem que tivessem ocorrido atos formais ou oficiais de fundação do núcleo urbano de convivência coletiva. Dessa forma, o processo de povoamento da Província teria começado em 1637, com a chegada dos bandeirantes que iniciaram a ocupação da Ilha de Santa Catarina e o povoamento da futura vila de Nossa Senhora do Desterro.

No entanto, desde o século 16, a Ilha de Santa Catarina, então conhecida como Ilha ou Porto dos Patos, se tornara uma parada estratégica para navegadores espanhóis, portugueses e franceses que tinham como destino a região do Rio da Prata. Os navios precisavam fazer as suas aguadas para abastecimento e eventuais reparos e as duas baías próximas ao continente eram um abrigo tranquilo para as embarcações lançarem suas âncoras. Segundo Roberto Lourenço, em 15l6, o navegador espanhol Juan Diaz de Solis desembarcou na Ilha[4].

---

[4] Segundo este autor, Juan Diaz de Solis teria estabelecido "vínculos que se prolongaram a ponto de criar uma comunidade de índios e estrangeiros, poucos anos após o feito de Pedro Álvares Cabral". Depois dele, Aleixo Garcia, Sebastião Caboto, Álvar Núñez Cabeza de Vaca e outros navegadores ibéricos também aportaram na então Ilha dos Patos. A denominação de Ilha de Santa Catarina teria sido dada por Sebastião Caboto, em 1526. Sobre este tema, consultar: LOURENÇO, Roberto. 1516 – 500 Anos da Chegada dos Espanhóis a Santa Catarina. Florianópolis: Rastros, 2016. Consultar também o artigo de Evandro André de Souza: Sebastião Caboto: Aspectos Da Trajetória Do Navegador Veneziano Responsável Pelo Topônimo Santa Catarina. Disponível em: https://www.academia.edu/12605990/Sebastiao_Caboto_Aspectos_Da_Trajet%C3%93ria_Do_Navegador_Veneziano_Respons%C3%81vel_Pelo_Top%C3%94nimo_Santa_Catarina.

Em algumas dessas ocasiões algum tripulante ou desterrado acabava por permanecer na Ilha. E assim, as póvoas iam surgindo com a chegada ocasional de novos ocupantes.

Dessa forma continuou o povoamento das terras litorâneas até 1660, foi fundada a vila de Nossa Senhora da Graça, hoje São Francisco do Sul. Em 1714, era criado o segundo município de Santa Catarina, então chamado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna[5].

No entanto, essa prática de povoamento iria mudar com a política do governo imperial de colonizar as terras interioranas do Sul do Brasil com imigrantes europeus.

Projeto Imperial de Povoamento das Terras Interioranas do Sul do Brasil com Imigrantes Europeus

O plano teve início em 1824, com a chegada da primeira turma de colonos alemães para ocupar as terras do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. A ideia era colonizar e, consequentemente, ocupar o interior do território brasileiro, a partir do litoral, aproveitando os portos do sul para o desembarque dos imigrantes, inicialmente somente oriundos da Alemanha.[6]

---

[5] Para se ter uma ideia do modo improvisado de povoamento das primeiras vilas catarinenses, basta lembrar que há divergência entre os historiadores quanto à data de fundação da póvoa de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Para alguns, a fundação teria ocorrido no ano de 1662. Para outros, teria sido em 1675, ano em que o seu fundador Francisco Dias Velho retornou à ilha. No entanto, a versão oficial considera que a cidade foi fundada em 23 de março de 1726, quando a vila se tornou município. Sobre a história do povoamento do litoral catarinense, consultar: https://www.sc.gov.br/conhecasc/historia.

[6] Em 25 de julho de 1824, chegaram os primeiros 39 imigrantes oriundos de diversas regiões da Alemanha para ocupar e colonizar terras situadas no atual município de São Leopoldo. Nos primeiros 50 anos de imigração, vieram para o Rio Grande do Sul em torno de 28 mil alemães, que se dedicaram quase em sua totalidade à colonização agrícola. TRESPACH, Rodrigo. 1824-2020: 196 Anos de Colonização Alemã no Brasil. Disponível em: http://www.rodrigotrespach.com/imigracao-alema-no-brasil/. Segundo este historiador, antes da Colônia de São Leopoldo, houve duas tentativas de colonização alemã, na Bahia, nos anos de 1816 e 1818. Mas, segundo o autor, não tiveram sucesso.

Quatro anos depois, foi a vez Santa Catarina receber os primeiros 523 colonos imigrantes alemães, originários da Renânia, que se instalaram em São Pedro de Alcântara, próximo à capital. Fundaram a primeira colônia de imigrantes alemães em território catarinense e a segunda colônia alemã da Região Sul do Brasil.[7]

Passaram-se mais de 20 anos. Só então ocorreu a segunda ação colonizadora em Santa Catarina, com a fundação da Colônia Blumenau, no ano de 1850. Situada no vale do Itajaí-Açu e sendo um projeto colonial de iniciativa e de administração particular, os colonos precisavam comprar os seus lotes de terra. Isso pode ter dificultado o processo de implantação dessa colônia. Nos dois primeiros anos, chegaram apenas 25 imigrantes à Colônia, que em 1860 acabou sendo entregue ao governo imperial.[8]

Fundação da Colônia Brusque às Margens do Itajaí-Mirim, um Projeto Bem-Sucedido

Uma década depois de Blumenau, o projeto colonizador governamental teve prosseguimento em 4 de agosto de 1860,

---

[7] Os primeiros imigrantes alemães, num total de 635 pessoas, chegaram a Desterro, então capital da Província de Santa Catarina, na primeira quinzena de novembro de 1828. Seja por falta de recursos ou por descaso do governo provincial, os imigrantes ficaram relegados à própria sorte até o ano seguinte. Somente em março de 1829, é que um grupo desses imigrantes deixou a capital para fundar a Colônia São Pedro de Alcântara. A falta de assistência do governo continuou por meses, causando sérios problemas aos imigrantes, fazendo com que muitos deles permanecessem na capital. Na verdade, uma série de problemas impediu que esse projeto colonizador fosse bem-sucedido. Sobre esta questão, consultar: JOCHEM, Toni Vidal. São Pedro de Alcântara: Primeira Colônia Alemã em Santa Catarina. Disponível em: http://www.tonijochem.com.br/col_saopedro.htm.

[8] No final de 1854, eram 246 colonos ali estabelecidos, o que evidencia a enorme dificuldade ou o fracasso inicial do projeto colonial de Hermann Blumenau. A partir do ano seguinte, novos imigrantes chegaram para dar continuidade e consolidar a proposta de colonizar as terras loteadas da região do Itajaí-Açu Para um estudo mais aprofundado da história da Colônia Dr. Blumenau, consultar a dissertação de Mestrado de Vanessa NICOCELI: Hermann Blumenau: Uma Experiência de Colonização em Santa Catarina (1846-1884). Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35869/R%20-%20D%20-%20VANESSA%20NICOCELI.pdf?seq

com a fundação da Colônia Brusque, oficialmente denominada de Colônia Itajahy, por Maximiliano von Schneéburg e pelos primeiros 55 colonos alemães. Provavelmente, a experiência adquirida nas administrações anteriores deve ter contribuído para o êxito inicial do plano colonizador desse núcleo colonial. O fato de ter sido uma Colônia oficial, aliado à competência e extrema dedicação do seu fundador e diretor por sete anos, deve ter contribuído também para a consolidação da proposta colonizadora.

Em consequência, desde a sua fundação, a Colônia Brusque recebeu contínuos contingentes de imigrantes, cumprindo um projeto oficial do governo imperial interessado em povoar as terras não litorâneas do Sul do Brasil.[9] Fundar a Colônia Itajahy, como assim foi chamada oficialmente.

Implantada à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, na Colônia Brusque o processo migratório se intensificou para receber nos primeiros anos, inúmeras levas de imigrantes vindos de países europeus. Inicialmente, foram apenas imigrantes oriundos da Alemanha, ainda não havia sido unificada como nação independente.

Conflitos com os Xoklengues

Como em todo o Brasil, não podemos esquecer que esta terra, hoje chamada de Brusque, já era ocupada por nativos, antes da chegada dos primeiros migrantes europeus. Havia séculos que a região do Itajaí-Mirim era habitada pelos índios Xokleng, povo nômade que vivia em constante deslocamento por uma vasta região de terras à procura do alimento e da proteção das adversidades do clima.

Donos históricos dessas terras, os xoklengues, no entanto, assim não foram considerados, muito menos respeitados em sua cultura

---

[9] A política imperial colonizadora pretendia povoar as terras devolutas com agricultores europeus, a fim de aumentar a produção agropecuária brasileira. No entanto, o sistema de pequena propriedade rural em terras de relevo bastante acentuado, limitou a produção a uma agricultura apenas de subsistência. Em consequência, três décadas depois e já elevada à condição de município, surge em Brusque a sua primeira indústria têxtil, iniciando um ciclo econômico que iria se intensificar e se consolidar para transformá-la numa cidade essencialmente industrial.

e em direito de primazia à terra. Ao contrário disso, a política governamental do Império e, posteriormente, a republicana, era a de povoar a qualquer custo as terras não litorâneas por europeus ou seus descendentes aqui radicados. Dessa forma, a transformação das terras nativas em territórios coloniais iria criar um inevitável e sangrento confronto entre os indígenas e os primeiros imigrantes europeus ou brasileiros vindos de outra região.[10]

Tristemente, essa contínua corrente migratória vinda da Europa iniciou uma sinistra escalada de eventos de violência. Vistos como selvagens perigosos, considerados como obstáculo ao projeto oficial de povoamento e ao progresso, os xoklengues foram vítimas do preconceito, da intolerância e violência dos colonizadores de origem europeia.[11]

Apesar dos conflitos com os xoklengues, o projeto de ocupação das terras situadas às margens do Itajaí-Mirim se consolidou desde o primeiro ano, alimentado que foi por um fluxo migratório contínuo de imigrantes europeus. Nos primeiros anos, foram apenas colonos alemães, seguidos anos depois por imigrantes de outras nações europeias.

É o que veremos a seguir.

---

[10] "Até os primeiros anos do século XX, os Xoklengues foram alvos de caçadas e de massacres perpetrados pelos chamados bugreiros", que quase culminou com o extermínio total dessa etnia indígena. Conheça a História do Povo Xokleng. Disponível em: https://cimi.org.br/2020/10/conheca-historia-povo-xokleng-centro-debate-direitos-indigenas-stf/

[11] Hoje, a história registra que, infelizmente, os indígenas foram impiedosamente caçados e submetidos a um violento massacre por bugreiros pagos pelo poder público, por colonos, fazendeiros e madeireiros que, a partir da segunda metade do século 19, aqui chegaram para ocupar as terras do Vale do Itajaí-Mirim. Sobre as ações de combate e violência oficial ou particular contra o povo Xokleng, que milenarmente ocuparam as terras da região do Itajaí-Mirim. Disponível em: Diário Catarinense- http://www.clicrbs.com.br - 25/06/2016. In https://terrasindigenas.org.br/noticia/166748/. Consultar também e, principalmente: SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng (Edeme Editora, Fpolis., 1973; Os Índios Xokleng: memória visual. Editora UFSC/Univali, 1997.

Fluxo Migratório da Colônia Brusque nos Primeiros Anos: Predomínio Inicial da Imigração Alemã

Como já mencionado, a história de Brusque começa com a chegada dos primeiros 55 colonos alemães, em 4 de agosto de 1860. No dia 19, ingressaram na Colônia mais 139 imigrantes germânicos.[12] No final desse mesmo ano, segundo a nota Oswaldo Cabral, o núcleo colonial já contava com 406 pessoas, que haviam deixado a sua terra natal para trabalhar como agricultores nas terras situadas na margem esquerda do Itajaí-Mirim. Entre eles, havia imigrantes que exerciam profissões ou atividades urbanas.[13]

Um ano depois, no final de 1861, o diretor interino João André Cogoy Júnior informou ao governo provincial que a população da Colônia Brusque havia alcançado 727 colonos.[14]

Durante o segundo ano, mais uma centena de imigrantes alemães ingressou na Colônia Brusque, para ocupar os melhores lotes coloniais. Para prestar contas sobre o número de colonos, no dia 31 de dezembro de 1862, o diretor Schneéburg elaborou um mapa detalhado da população, no qual anotava que 833 pessoas residiam na Colônia Brusque. Neste total, estavam incluídas 84 pessoas classificadas como "nacionais" e um escravo.[15]

---

[12] Primeiro relatório da administração colonial, assinado pelo Barão de Schnéeburg, em 31 de agosto de 1860. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitar. Ano 1860, v. 1, p. 01.

[13] Conforme escreveu o autor, a Colônia já contava com três pedreiros, um marceneiro, um pedreiro, três sapateiros e outros artesãos. CABRAL, Oswaldo. Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Sociedade Amigos de Brusque. Edição Comemorativa do 1º Centenário da Colônia, 1958-1960, p. 260.

[14] CABRAL, Oswaldo. Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Sociedade Amigos de Brusque. Edição Comemorativa do 1º Centenário da Colônia, 1958-1960, p. 259. O número de habitantes confere com informação constante do relatório assinado pelo Diretor interino João André Cogoy Júnior, no final de 1861, a população da Colônia Brusque havia alçado 727 colonos. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar. V. 1, ano 1862, p. 01 a 07.

[15] Trata-se de um importante documento, com anotações detalhadas sobre a composição populacional da Colônia: nacionais, 29; naturalizados, 84; estrangeiros (quase todos alemães), 719; e um escravo. O documento informa sobre a existência de 182 casas e ranchos e 190 fogos. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1862, V. 1, p. 140.

A corrente migratória prosseguiu e, no final do ano de 1863, o Diretor informou que viviam na Colônia 938 colonos, sendo 659 católicos e 279 evangélicos. Como se vê, nos primeiros anos, a Colônia Brusque recebia quase que somente imigrantes alemães, a grande maioria, católicos. Essa tendência se manteve ao longo de todo o fluxo migratório colonial, com a população composta de 70% de católicos e 30% de evangélicos, aproximadamente.[16]

No ano seguinte, eram 1.121 habitantes, 811 católicos e 310 evangélicos, sendo 619 homens e 502 mulheres.[17] É interessante notar que, no primeiro ano de fundação, em menos de um semestre, de agosto a dezembro, ingressaram na Colônia Brusque 406 imigrantes. No entanto, a partir daí foram precisos quatro anos para que a Colônia ultrapassasse a marca do primeiro milhar de habitantes. Mesmo assim e embora não fosse em grande número, os imigrantes continuaram chegando continuamente à Colônia, a cada ano.

Passados cinco anos de fundação, a sede da Colônia contava com 28 casas e a população somava 1.333 habitantes, sendo 1.280 pessoas na margem esquerda e 53 na margem direita. O maior número de homens é explicável porque era mais fácil aos solteiros deixar o seu país de origem e enfrentar a longa de penosa travessia atlântica para viver na América. Como se vê, a população da Colônia era ainda essencialmente de origem germânica e poucas eram as casas e estabelecimentos comerciais existentes na sede do núcleo colonial.[18]

No ano de 1867, o então diretor interino Barsyllai Cottle relatou ao presidente da Província que a Colônia contava com uma "população

---

[16] O Diretor Schneéburg informa, ainda, que residiam 12 pessoas naturalizadas não-colonos que, possivelmente, não estão computados no total de 938 colonos. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1863, v. 3. p. 03.

[17] Relatório assinado pelo Barão de Schnéeburg, referente ao ano de 1864, assinado em 02.01.1865. Revista Vicente Só, n. 29, p. 231 e segs.

[18] CABRAL, Oswaldo Ob. cit., p. 263 e p. segs. Consultar também: Acervo Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Relatório de 1866, do Diretor Barão de Schnéeburg, referente ao ano 1865. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1866, V. 2., p. 5.

quase na totalidade alemã de 1.448 almas".[19] No documento, o administrador deixou consignada sua preferência pelos colonos de origem germânica que emigravam com a firme disposição de se estabelecer para sempre em terras brasileiras. Escreveu que esses imigrantes "aqui chegam com o intento de fundar um futuro feliz para os seus descendentes".[20]

Assim também entenderam, conforme veremos adiante os demais diretores da Colônia. O projeto imperial de colonização não vedava a imigração de colonos de outras nacionalidades, mas parece que os diretores pretendiam que a Colônia Brusque só acolhesse imigrantes alemães, que falassem a mesma língua e observassem os mesmos costumes. Essa uniformidade étnica e cultural evitaria conflitos entre os colonos, além de facilitar o trabalho de administração e de manutenção da ordem colonial. Para os administradores, imigrantes de outras nacionalidades deveriam ser encaminhados para o território de novas colônias.

Conforme informação de von Borowski, até 1867 e com pequena exceção, a população continuou quase toda de origem alemã. Essa composição demográfica continuaria preservada por mais oito anos, porque imigrantes de outras nacionalidades começaram a chegar, mas poucos permaneciam nas terras de Vicente Só. No entanto, esse ano marcaria o início de um novo projeto de povoamento das terras do Vale do Itajaí-Mirim com imigrantes de outras nacionalidades.

É o que veremos a seguir.

---

[19] Relatório referente ao ano de 1867, assinado pelo diretor-interino Barsyllai Cottle da Colônia Brusque-Príncipe Dom Pedro. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1867, v. 2, p. 110.

[20] Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1867, v. 3. p. 109 e segs.

Colônia Príncipe Dom Pedro: O Fracasso do Projeto Migratório para Colonizar as Terras da Margem Direita do Itajaí-Mirim com Ingleses, Irlandeses, Poloneses e Franceses

Imigrantes Ingleses e Irlandeses Vindos dos Estados Unidos da América do Norte

A fim de intensificar ação povoadora das terras do Vale do Itajaí-Mirim, o governo imperial criou a Colônia Príncipe Dom Pedro, em 19 de janeiro de 1866, cujo nome foi uma homenagem ao príncipe Pedro Augusto, neto mais velho do imperador Pedro II.[21] No entanto, a nova Colônia somente foi fundada no ano seguinte, com a chegada dos primeiros imigrantes de origem anglo-saxônica para ocupar as terras da margem direita, pois as terras da margem esquerda do rio já se encontravam ocupadas pela Colônia Brusque.

Em 19 de janeiro de 1867, o Decreto nº 3.784 aprovou o Regulamento para as Colônias do Estado e a Colônia Príncipe Dom Pedro foi efetivamente fundada em março, com a chegada da primeira leva de norte-americanos. Segundo escreveu o historiador Paulo Kons, "no dia 10 de março do ano de 1867, o bacharel inglês Dr. Barzyllai Cottle, "liderando 98 imigrantes de língua inglesa, vindos, em sua maioria, dos Estados Unidos, instalou a Colônia Imperial Príncipe Dom Pedro", na margem direita de Brusque.[22]

Esses imigrantes anglo-saxões foram instalados próximo à confluência do ribeirão de Águas Claras com o Itajaí-Mirim e a localidade logo passou a ser conhecida como "Rodgers Road". Tinham deixado a cidade de Nova Iorque, que já se destacava mundialmente como uma cidade que primava pela liberdade das ideias políticas e filosóficas e que oferecia aos seus habitantes todas as vantagens e conforto da vida urbana.

---

[21] LAUTH, Aluisius Carlos. Brusque foi uma Colônia de Ingleses? Blumenau em Cadernos, out. 1996, nº 10, p. 311.

[22] Disponível em: https://araguaiabrusque.com.br/noticia/colonia-imperial-principe-dom-pedro-completa-154-anos-hoje/74578. Ver também LAUTH, Aluisius Carlos. Ob. cit. p. 311 e segs.

Assim, não lhes seria fácil adaptar-se às duras penas de uma vida colonial onde tudo estava por construir, a começar pela derrubada da mata virgem que cobria as terras das suas colônias e ali desenvolver a atividade agropecuária. Na verdade, não estavam devidamente preparados para enfrentar as condições e circunstâncias de uma vida rural que exigia sacrifício, disciplina e, principalmente, muito trabalho.

Ao contrário disso, documentos oficiais assinados pela direção da Colônia relatam que esses imigrantes, além de não terem vocação para o trabalho agrícola, eram desordeiros, ébrios e violentos. E assim, causaram sérios problemas de disciplina para administração e, com frequência praticavam atos de perturbação da ordem colonial.

Para o historiador brusquense Ayres Gevaerd, por falta de um plano devidamente organizado, a Colônia Príncipe Dom Pedro acabou sendo "desgraçadamente, uma experiência infeliz". Quase todos os imigrantes haviam sido recrutados em Nova York e, segundo o historiador, "não possuíam as mínimas condições para a vida colonial e trabalhar na agricultura, apesar do auxílio que lhes dispensava o Governo: dinheiro, alimentação, ferramentas agrícolas, além de assistência médica e religiosa". [23]

Oswaldo Cabral confirma essa informação. Com base em documentos oficiais da época, escreveu que esses imigrantes, todos vindos dos Estados Unidos "sem dinheiro, maltrapilhos e descontes, passaram a constituir uma nova preocupação" para a administração colonial.[24]

Mesmo com a chegada de imigrantes ingleses e irlandeses, a população da Colônia pouco cresceu, chegando a 1.517 habitantes, no final do ano de 1868.[25] Esse pequeno aumento se deve ao fato de que grande parte desses imigrantes tenha voltado para os Estados Unidos.

---

[23] Assim, esse improvisado projeto colônia, só poderia se constituir numa experiência desastrosa. GEVAERD, Ayres. Os Difíceis Dias da Colônia Príncipe Dom Pedro. Brusque: Notícias de "Vicente Só", jan-mar 1979, n º 9, publicação da Sociedade Amigos de Brusque – SAB, p. 2 e segs.

[24] Ob. cit., p. 124.

[25] CABRAL, Oswaldo. Ob. cit., 268. A população tinha a seguinte composição: 802 do sexo masculino e 715 do sexo feminino. Os católicos somavam 1.015 e os evangélicos 502. A informação consta do Relatório assinado pelo engenheiro Luiz Alberto Galvão.

E o projeto colonial apelidado "Road Rodgers" não passou de uma caminhada perdida no tempo e no espaço da Colônia Brusque.[26]

Brusque, Berço da Imigração Polonesa no Brasil

Como foi dito, poucos imigrantes de origem anglo-saxônica permaneceram na Colônia Príncipe Dom Pedro e as suas terras precisavam ser ocupadas. Dessa forma, dois anos depois, ocorreu uma nova tentativa de colonização. No final do mês de agosto de 1969, chegaram os primeiros 94 imigrantes poloneses para dar a Brusque o título de berço da imigração polonesa no Brasil.[27]

O grupo pioneiro era constituído de 94 poloneses oriundos de Siolkowice, uma aldeia perdida no interior da rica região da Silésia. Uma segunda leva chegou no ano seguinte, perfazendo um total de 164 poloneses.

Aos poloneses foram oferecidos lotes abandonados pelos ingleses e irlandeses. O projeto acabou fracassando e os colonos poloneses deixaram Brusque para se estabelecer na região de Pilarzinho, próxima a Curitiba.[28] Apesar da posição contrária dos diretores,

---

[26] LAUTH, Aluisius Carlos. Brusque foi uma Colônia de Ingleses? Blumenau em Cadernos, out. 1996, nº 10, p. 311 e segs.

[27] Há divergências quanto a essa questão, pois no Bosque João Paulo II, em Curitiba, há uma placa nomeando a capital paranaense como a cidade onde teriam nascido os primeiros filhos de imigrantes poloneses no Brasil. No entanto, segundo a historiadora Grazina Jadwiszczak, "os primeiros emigrantes econômicos poloneses, na sua maioria súditos do Estado Prussiano, apareceram no Brasil misturados com a emigração alemã, a partir de meados do século XIX". GRAZINA Jadwiszczak. Movimento Migratório Polônia-Brasil: a versão polonesa sobre a terra prometida além-mar. In: Da 'Polska' à Terra Prometida. Florianópolis: Insular, 2009, p. 18. Ver também: GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. POLONESES: a epopeia de uma imigração. Notícias de Vicente Só. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, nº 21, jan-mar 1982, p.1 e segs.

[28] Ofício do Diretor da Colônia, Frederico von Klitzing, datado de 31.08.1869. Acervo Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque (cópia digitalizada). Uma segunda corrente emigratória polonesa aqui chegou, no final dos anos de 1880. Já não eram apenas colonos destinados à agricultura em terras de difícil cultivo, mas com qualificados para as atividades da vida urbana. Muitos tinham formação para o desempenho de atividades comerciais, industriais e de manufatura. CABRAL, Oswaldo, ob. cit., p.266.

alguns dos primeiros colonos poloneses permaneceram e outras poucas famílias continuaram chegando à Colônia Brusque, como se fossem imigrantes germânicos.

Em diversas oportunidades os dirigentes da Colônia Brusque haviam se manifestado contra a vinda de imigrantes não-alemães. Achavam que a convivência entre colonos de nacionalidades distintas criava problemas para a ordem colonial. Tinham na memória os sérios problemas causados à administração colonial pelos imigrantes irlandeses e ingleses. Em ofício enviado ao presidente da Província, o diretor Luís Betim Paes Leme escreveu que a "colonização alemã tem sido tão satisfatória como desanimadora e triste a dos que o governo para aqui tem mandado, vindos das Repúblicas do Rio da Prata, da França e da Polônia".[29]

Por diversos motivos, o plano dos governos imperial e provincial para intensificar o povoamento das terras da margem direita do Itajaí-Mirim havia fracassado. Dois anos depois de ter sido criada, pelo Aviso do Ministério da Agricultura, de 6 de dezembro de 1869, a administração da Colônia Príncipe Dom Pedro foi transferida e seu território anexado à Diretoria da Colônia Brusque.[30]

Faltam informações idôneas sobre o número da população brusquense referente aos anos de 1870 a 1873. No entanto, os imigrantes continuaram chegando de forma gradativa, sem que tenha havido registro de turmas com grande número de imigrantes.

Mas, no final de 1874, documento oficial da época informava que a Colônia Brusque-Dom Pedro contava com uma população aproximada de 3.500 habitantes, "sendo que 2.891 estavam sujeitos ao regime

---

[29] Ver: GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. POLONESES: a epopeia de uma imigração. Notícias de Vicente Só. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, nº 24, jan-mar 1982, p. 88-9. Quanto à aos poloneses que chegaram à Colônia Brusque, após 1869, ver também: DEUCHER, Celso. Brusque Polonesa. Brusque: S&T Editores, 2009, p. 12 e segs.

[30] Para um estudo mais detalhado sobre a Colônia Príncipe Dom Pedro e o fracasso do seu plano colonizador, ver também: LAUTH, Aloisius Carlos. Brusque foi uma Colônia de Ingleses? Blumenau em Cadernos, out. 1996, nº 10, p. 311 e segs. Ver também, CABRAL, Oswaldo. Ob. cit., p. 117 e 137.

colonial", segundo anotou o diretor.[31] A grande maioria, 2.417, era de origem germânica; 417 eram nacionais e somente 57 eram de outras nacionalidades. Como se vê, a população da Colônia Brusque continuava sendo predominantemente alemã, o que demonstra que muito poucos ingleses, irlandeses e poloneses haviam permanecido na Colônia Brusque.[32]

Com exceção de alguns poucos poloneses e ingleses que haviam permanecido, até aquele ano, a Colônia Brusque-Príncipe Dom Pedro continuava sendo ocupada exclusivamente por colonos alemães.

Imigrantes Franceses: Outro Projeto Colonizador Sem Êxito

Até o ano de 1874, a Colônia Brusque-Príncipe Dom Pedro recebia uma média de 200 imigrantes a cada ano. Essa é a conclusão a que se chega pelas informações relatadas sobre o número de habitantes ao longo desse período. Foi um fluxo migratório constante, mas não se pode dizer que houve um movimento colonizador de grandes proporções, principalmente, se levarmos em conta que os números relatados incluem os nascidos na Colônia.

Até então, os dirigentes entendiam que os problemas causados à ordem e disciplina pelos irlandeses e ingleses haviam demonstrado que as terras da Colônia deveriam ser ocupadas somente com imigrantes alemães. A experiência deixou claro que a diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural dificultavam a convivência social, causavam conflitos e violência entre os colonos e criavam sérios problemas para a boa administração colonial.

---

[31] Não há explicação sobre quem eram 609 brusquenses "não sujeitos ao regime colonial". Mas, deve-se entender que seriam os moradores que tinham ingressado na Colônia sem a condição imigrante beneficiário do projeto colonizador oficial. Eram os comerciantes, funcionários do governo e os prestadores de serviço em geral, além de outros moradores da zona rural. Ver: Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1875, v. 4, p. 10. Ver também: CABRAL, Oswaldo. Ob. cit., p. 267.

[32] Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1875, v. 4, p. 10.

No ano de 1875, Betim Paes Leme dirigia a Colônia Brusque-Dom Pedro e não pensava diferentemente. Era preciso manter a uniformidade étnica, linguística e, se possível, também religiosa. Isto lhes parecia fundamental para que a ordem pudesse ser mantida. Afinal, naqueles tempos iniciais de ocupação das terras e de acomodação social — quando tudo estava ainda por construir — o trabalho árduo exigia um ambiente de ordem e de disciplina severa.

Para ele a única forma de colonização que, em nosso país, poderia apresentar resultado positivo era "a germânica, sobretudo a que procede das regiões agrícolas da Alemanha", pois o colono sem vocação para o trabalho agrícola não tinha como se adaptar à vida dura do labor rural. Inflexível, Paes Leme escreveu que "colonização alemã tem sido tão satisfatória como desanimadora e triste a dos que o governo para aqui tem mandado, vindos das Repúblicas do Rio da Prata, da França e da Polônia".[33]

Ao presidente da Província — a quem devia prestar contas de seu trabalho — Paes Leme ressaltou que os imigrantes franceses não possuíam "nenhum préstimo para o trabalho agrícola". Exagerou nas tintas e escreveu textualmente: "todos eles são os piores elementos colonizadores de que o Governo possa lançar mão para povoar as Colônias do Estado. A maior parte são comunistas e condenados que o Governo francês tem sido obrigado a expulsar". Disse mais, que por não serem agricultores, esses imigrantes aqui tinham aportado "sem outra razão além do nenhum préstimo para o trabalho agrícola".[34]

No entanto, o governo imperial não atendeu aos reclamos de Paes Leme. Já no mês de janeiro, chegaram à Colônia Brusque os 92 imigrantes franceses pioneiros. Eram os Roux, Tardot, Desjardins, Durand, Aubry, Demarche e outros vindos de uma nação derrotada na guerra franco-prussiana. Para desagrado do diretor Paes Leme, outras turmas com maior ou menor número de franceses continuaram chegando, durante o primeiro semestre.

---

[33] Relatório do ano de 1875. Acervo Museu Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar, ano 1875, v. 4, p. 10.

[34] Idem, Projeto Digitalizar. Ver também: CABRAL, Oswaldo, ob. cit., p. 267-8.

O resultado do projeto de colonização com imigrantes franceses não poderia ser outro senão o seu fracasso. Tendo sido recrutados nas cidades, não estavam preparados para enfrentar a dura vida rural. As melhores terras já estavam ocupadas e uma convivência pacífica entre franceses e alemães tornava-se difícil. Poucos desses franceses ficaram na Colônia Brusque.

Imigrantes Italianos para Colonizar as Terras da Margem Direita do Itajaí-Mirim

Se os franceses não permaneceram, no mesmo ano de 1875 teve início o processo migratório responsável pela vinda de alguns milhares de colonos italianos. A chegada dos imigrantes itálicos foi anunciada por um telegrama do Ministro da Agricultura. Dizia a autoridade imperial — de forma lacônica — que estava encaminhando "200 imigrantes lombardos" e recomendava ao diretor que preparasse uma recepção condizente e dispensasse um "bom tratamento para que fiquem satisfeitos, pois são colonos que merecem ser animados".[35]

Outras levas de colonos italianos, grande parte oriunda do Norte da Itália, continuaram chegando em grande número. Eram registrados como austríacos e a eles foram destinadas as terras da Colônia Príncipe Dom Pedro, que haviam sobrado na localidade de Porto Franco, hoje, Botuverá. Eram lotes distantes da sede da Colônia, as terras topograficamente acidentadas e inadequadas para a agricultura.

O historiador Oswaldo Cabral escreve que, no ano de 1875, a população da Colônia "deu um salto extraordinário, passando dos 3.500 do ano anterior para 4.568."[36]

---

[35] Acervo Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar.

[36] A ausência de um polonês sequer, mesmo que poucos devido à saída desses imigrantes para a região de Curitiba, causa estranheza e contraria a opinião dos historiadores Maria do Carmo Ramos Goulart e Celso Deucher, acima referidos. É possível que os poucos poloneses aqui existentes tenham sido arrolados como alemães. Conforme ficou assinalado acima, ao pequeno número de colonos italianos, apenas 18, devem ser acrescentados, senão todos, a maior parte dos 1.114 austríacos. Ver: CABRAL, Oswaldo, ob. cit., p. 268.

Realmente, naquele ano, a direção da Colônia foi solicitada a preencher um formulário oficial com informações detalhadas sobre a composição da população colonial. Além do total de habitantes, que indicou aumento de mais de um mil imigrantes, informações davam conta de que a população estava assim distribuída quanto à procedência dos imigrantes: "alemães, 2.310; austríacos, 1.114; franceses, 68; ingleses, 36; espanhóis, 25; italianos, 18; portugueses, 18; belgas e holandeses, 13 imigrantes".[37]

Como se vê, alguns poucos franceses e ingleses ou irlandeses ainda permaneciam na Colônia. Mas, a estatística não identificou a presença de nenhum polonês, naquele ano, em Brusque. É um indicador de que os poloneses realmente deixaram a Colônia Brusque-Príncipe Dom Pedro para se estabelecer na região do Pilarzinho, nos arredores de Curitiba. No entanto, alguns deles devem ter permanecido com a nacionalidade alemã.

Para completar o total acima, havia ainda 966 brasileiros. A significativa presença destes e de italianos registrados como austríacos, mostra que a composição da população da Colônia já caminhava para consolidar um inevitável processo de diversidade étnica e de nacionalidades.

A corrente migratória continuou intensa, reforçada pelo ingresso constante de imigrantes italianos para ocupar as terras da antiga Colônia Príncipe Dom Pedro, situadas na margem direita Itajaí-Mirim. Inicialmente, os italianos se estabeleceram em lotes situados no território do atual município de Botuverá. Em seguida, foram direcionados para ocupar terras do Vale do Rio Tijucas, principalmente, no território do atual município de Nova Trento.

Com a chegada constante de centenas de colonos itálicos, no ano de 1876, a população da Colônia contabilizou um total de 8.110 habitantes,

---

[37] O documento não possui data, mas tudo indica que o formulário tenha sido preenchido no dia 21 de janeiro de 1876. Portanto, se refere à situação da Colônia no ano anterior. Acervo Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar. Ano 1876, v. 4, p. 133-136.

o que representa um enorme aumento de mais de três mil imigrantes em relação ao ano anterior.[38]

Apesar da oposição do seu dirigente, o governo imperial não parou de mandar novos imigrantes, alemães e italianos, para a Colônia Brusque-Dom Pedro. Dessa forma, o ano de 1877 iria registrar um novo salto na taxa de crescimento da sua população. Isso é comprovado pelo ofício datado de 24 de setembro, no qual o diretor Olímpio de Sousa Pitanga informava ao presidente da Província que desde a fundação, a Colônia Brusque havia recebido 11.089 imigrantes. Informou, ainda, que naquela data aqui permaneciam 9.476 habitantes, entre agricultores e pessoas com outras atividades.[39]

Depois de 1877, não há mais informação baseada em documento oficial sobre a população da Colônia Brusque-Príncipe Dom Pedro. O projeto colonizador do governo imperial para as terras situadas nas duas margens do Itajaí-Mirim estava se esgotando. Em 1873, a Lei provincial nº. 693, de 31 de julho de 1873, já havia criado a Freguesia de São Luiz Gonzaga, um passo importante para a sua emancipação política e administrativa.

Talvez, seus dirigentes já estivessem prevendo que, em pouco tempo, a Colônia iria conquistar a sua emancipação política, o que realmente aconteceu três anos depois. Em 23 de março de 1881, a Lei 920 do governo provincial elevou a então Freguesia São Luiz Gonzaga à categoria de município, que somente seria efetivamente instalado em 8 de julho de 1888.[40]

Já emancipado politicamente, Brusque continuou recebendo imigrantes alemães e italianos, em busca de uma nova vida. Não foram somente europeus. Com a industrialização de sua economia, a cidade passou a receber migrantes de cidades próximas, em busca de trabalho.

O fluxo migratório continuou intenso. A partir do final do século passado, Brusque tem recebido milhares de migrantes vindos do Nordeste brasileiro, principalmente, da Bahia e do Pará, da região Norte.

---

[38] CABRAL, Oswaldo, ob. cit., p. 269.

[39] Idem.

[40] Acervo Casa de Brusque. Sociedade Amigos de Brusque. Projeto Digitalizar. Ano 1881, v. 4, p. 48 e 48v.

150 Anos do Colégio Cônsul Carlos Renaux

Nathan Krieger*

"A maior força de uma cidade é ter muitos cidadãos instruídos".
(Martim Lutero)

Introdução:

Não é possível falar da história do Colégio Cônsul Carlos Renaux sem nos remetermos à Reforma Luterana ocorrida no século XVI. O pensamento de Martim Lutero sobre a educação provocou profundas mudanças no sistema educacional europeu e resultou num modelo de igreja que vinha acompanhado de uma escola ao lado.

A herança da Reforma, de fato, chegou a nossas terras com a vinda dos primeiros imigrantes alemães, luteranos, em 4 de agosto de 1860.

Em 17 de abril de 1863, foi aprovada a primeira "Ordem da Comunidade Evangélica de Brusque". Na época a comunidade era atendida pelo Pastor Oswaldo Hesse, que vinha de Blumenau poucas vezes ao ano.

Todavia, com o número de fiéis crescendo e a chegada de novos imigrantes, fez-se necessário a presença exclusiva de um pastor na localidade.

Pastor Sandreczki

Depois de muitos pedidos, em fevereiro de 1865, chegou o Pastor Johann Anton Heinrich Sandreczki, o primeiro pastor residente da comunidade.

Diante da necessidade de educar os jovens com os valores e princípios da fé evangélica, o Pastor Sandreczki resolve com a ajuda de parceiros, da Sociedade Gustavo Adolfo na Alemanha e do governo, estabelecer uma escola junto à sua moradia.

* O autor é ex-aluno e professor de Ensino Religioso do Colégio Cônsul Carlos Renaux

Finalmente em 20 de abril de 1872, com quatro alunos, o Pastor Sandreczki dá início à "*Deutsche Evangelische Schule*", isto é, a Escola Evangélica Alemã. Por muitos anos a escola e a igreja dividiram o mesmo espaço.

Edificação que servia como escola e igreja a partir de 1878.
Acervo: Paróquia Bom Pastor / CCR.

Deutsche Evangelische Schule (1872 – 1938)

Nos anos iniciais da *Deutsche Evangelische Schule*, visando assegurar a continuidade do estabelecimento de ensino, lideranças da Comunidade Luterana criaram, em 1886, a Sociedade Escolar Evangélica, que passou a ser responsável pela manutenção da escola. Salienta-se a forte ligação entre escola e igreja nestes anos.

O período foi marcado também pelo desafio de encontrar professores capacitados. Muitos professores vieram das terras europeias e havia dificuldade, sobretudo, no ensino da língua nacional. No entanto, não faltou empenho por parte dos gestores, que, na falta de docentes com formação, convidaram autoridades locais para ensinar a língua portuguesa.

Destacamos aqui o trabalho de dois professores em especial: Reinhard Heinrich Graupner e Moritz Lehmann. Ambos desempenharam com exemplar maestria seus ofícios, de modo que muito contribuíram para elevar o nível da escola.

Dr. Arno Ristow, ex-diretor do Colégio Cônsul, em seu livro "Educação e Instrução em Brusque – SC", páginas 18 e 19, apresenta uma síntese cronológica da escola da sua fundação até 1938:

Crônica da Escola, desde sua fundação até 1938,

1872 - Fundação da escola primária pelo Pastor Sandreczki.

1872 a 1879 - Período de administração da Escola pelo fundador.

1879 - Transferência do P. Sandreczki para Blumenau.

1879 a 1886 - Gestão do Professor E. Franz Geithner

1886 - Criação da Sociedade Escolar.

1886 a 1888 - Falta de professores habilitados.

1888 - Contratação do competente e habilitado professor Reinhold Graupner.

1888 a 1896 - Aumento do número de alunos para 98, durante a gestão do professor Graupner.

1896 - Contratação do segundo professor: o hábil educador Moritz Lehmann.

Início séc. XX: Cooperação importante de autoridades locais.

1901 - Licenciamento do professor Graupner e contratação do Pastor Lange como professor efetivo.

1912 - Construção de novo prédio escolar, com três salas de aula.

1918 - Falecimento do professor Lehmann.

1918 a 1925 - Declínio da Escola.

1926 a 1934 – Gestão do Diretor Heinrich Barkmann:

- Expansão e extraordinário desenvolvimento da Escola;

- Aumento do número de alunos de 47 para 176;

- Ampliação do currículo, de três séries básicas para cinco séries primárias e três complementares;

- Criação de Jardim de Infância, anexo à Escola;

- Aperfeiçoamento e expansão do corpo docente;

Construção de acréscimo com quatro novas salas de aula.

1935 a 1938 - Gestão do culto Diretor Dr. Gerhard Harguth:

- Prosseguimento das melhorias na Escola;

- Aumento da matrícula para cerca de 250 alunos;

- Contratação de mais professores habilitados, uns brasileiros natos, outros, alemães;

- Construção de nova ala, contígua à edificada por seu antecessor, também de quatro salas de aula e arcadas voltadas para o pátio interno.

- Elevação da Escola a grande estabelecimento particular de ensino catarinense, mas adaptado à escola fundamental alemã (Volksschule), de oito séries.

Registro da Deutsche Evangelische Schule (Escola Evangélica Alemã) em 1932. Acervo: Erna Jönk Weingärtner.

Escola Evangélica Alberto Torres (1938 – 1942)

Em março de 1938, adequado às políticas do Estado Novo, o interventor federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, através do Decreto-Lei nº 88, passou a estabelecer novas e rígidas normas relativas ao ensino primário em escolas particulares no estado.

A escola, mantida pela então Sociedade Escolar Evangélica de Brusque, corria o risco de fechar. Foi um período de extrema vulnerabilidade.

Diante das circunstâncias, a diretoria da Sociedade convidou o ex-aluno e, naquela ocasião, professor na cidade de Pelotas, RS, o Sr. Arno Ristow para assumir a direção da escola e impedir a sua extinção.

Na época, o jovem competente e bem relacionado diretor buscou apoio junto aos industriais e patrocinadores da escola para uma consultoria jurídica a fim de atender às exigências do novo decreto-lei. O então diretor contou com o apoio do brilhante advogado Dr. João José de Souza Cabral, consultor jurídico da Fábrica Renaux.

Assim, fez-se uma solicitação de registro ao Departamento e Educação do Estado de acordo com as novas exigências. Na solicitação, sugeriu-se que a *Deutsche Evangelische Schule* passasse a se chamar Escola da Comunidade Evangélica de Brusque.

Na data da inspeção verificou-se o cumprimento das novas exigências, porém o registro só poderia ser efetivado com outra denominação para a escola. Desta forma, adotou-se o nome de Escola Evangélica Alberto Torres, homenageando o sociólogo, jurista e político brasileiro que viveu entre 1865 e 1917.

Diretor Arno, professores e alunos no início da década de 1940.
Acervo: CCR.

Em 14 de outubro de 1938, o Diário Oficial publicou o despacho concedendo o registro solicitado pelo Sr. Arno Ristow. Importante destacar que, infelizmente, muitas outras instituições de ensino no estado não tiveram o mesmo sucesso.

Grupo Escolar (Particular) Alberto Torres (1942)

Em 1942, por conta da fervorosa campanha de nacionalização, o Departamento de Educação do Estado propôs a mudança do nome Escola Evangélica Alberto Torres para Grupo Escolar Alberto Torres e, anos depois, para Grupo Escolar Particular Alberto Torres.

Deste período ainda destacamos a transformação das classes superiores do currículo antigo em Curso Complementar. Tal mudança permitia a formação de professores de ensino básico, ajudando a suprir uma carência.

Para tanto, o Grupo Escolar precisava de um campo de Educação Física. O diretor buscou o grande benemérito do município, o ilustre Cônsul Carlos Renaux que prontamente aquiesceu. O Campo de Educação Física foi concluído em 1944 e, assim, validou o Curso Complementar com efeito retroativo até 1939.

Nos anos de 1938 até 1960 a escola foi incessantemente inspecionada pelas autoridades escolares estaduais, porém, sempre atendendo as exigências legais.

Ginásio Cônsul Carlos Renaux (1947)

No final de 1946, uma inesperada reforma no sistema educacional promovida pela Secretaria de Educação do Estado extinguia os cursos complementares existentes no Estado. Muitas escolas retrocederam apenas ao nível básico, das séries primárias.

O diretor Arno Ristow, no entanto, percebeu que aquela poderia ser a oportunidade para a implantação do curso ginasial. O Ginásio era um curso necessário para o ingresso no 2º ciclo de educação (Científico, Clássico, Técnico de Contabilidade e outros). Em Brusque não havia o curso ginasial e poucas famílias podiam mandar seus filhos para estudar em outros municípios.

Assim, com o apoio financeiro do industrial Otto Renaux, filho do Cônsul, para as reformas necessárias e com o auxílio do inspetor federal do ensino secundário no Estado, o Dr. Rafael G. Cruz Lima, o pedido de criação do curso ginasial foi encaminhado ao Ministério de Educação e Cultura ainda no final de 1946. Em fevereiro de 1947, o diretor Arno Ristow recebeu, via telegrama, a portaria reconhecendo e autorizando o funcionamento do curso ginasial sob o nome Ginásio Cônsul Carlos Renaux, homenageando o filantropo e apoiador.

Escola Normal Cônsul Carlos Renaux (1954)

No início de 1954, a Sociedade Escolar Evangélica obteve a autorização para ministrar o ensino normal de segundo ciclo, com a adoção do nome Escola Normal Cônsul Carlos Renaux. Foi o primeiro do gênero em Brusque.

Escola na década de 1950 - Acervo: Museu Casa de Brusque

Curso Científico (1963)

Após o ensino normal, a demanda cresceu por níveis mais altos de instrução. Assim, em 1963 o diretor Arno Ristow iniciou um projeto para implementar o Curso Científico. Apesar da dificuldade em formar um corpo docente legalmente habilitado e das necessidades materiais,

construção de salas e laboratórios, o projeto foi aprovado em dezembro do mesmo ano. A abertura oficial ocorreu em 5 de março de 1964.

A unificação: "COLÉGIO CÔNSUL CARLOS RENAUX" (1964)

Cônsul Carlos Renaux

Com a implantação do Curso Científico, a Fundação Educacional Evangélica, antiga Sociedade Escolar Evangélica, passava a manter quatro instituições com nomes diferentes. Fazia-se necessário unificar estas entidades.

Desta forma, em 1964, decidiu-se reunir tudo num só conjunto educacional, com o nome "COLÉGIO CÔNSUL CARLOS RENAUX", em homenagem ao seu maior e ilustre benfeitor.

Nas palavras do ex-diretor Arno Ristow: "*O Cônsul Carlos Renaux foi sempre um incansável batalhador pelas causas brusquenses. Incentivava e patrocinava os empreendimentos educacionais em todos os níveis*" (RISTOW, Arno. Educação e Instrução em Brusque – SC, página 77).

De 1964 até os dias de hoje

Na década de 1960, inaugurou-se a imponente área central de frente para a Avenida Monte Castelo e o museu de animais taxidermizados "Ernesto Guilherme Hoffmann".

A área central, com as alas "Otto Renaux" e "Hugo Schlösser", foi fruto de generosas doações dos respectivos industriais. Os animais do museu, espécimes exóticos e raros, foram doados pelo empresário Sr. "Willy" (Ernesto Guilherme) Hoffmann.

Em 1975, com importante ajuda do industrial Roland Renaux, foi inaugurado o Ginásio de Esportes com o nome de seu pai, Otto Renaux.

Cabe destacar e elogiar a brilhante atuação do Sr. Arno Ristow como diretor desta instituição. De 1938 até 1980, o diretor Arno atuou como um profissional e pessoa de maior integridade, ética e compromisso

com a educação. Graças à sua atuação, o Colégio pôde se manter em posição de destaque durante tantas transições e momentos difíceis.

Na década de 1980, uma nova ala foi construída para prover mais salas de aula, foi realizada a ampliação da biblioteca e dos laboratórios.

Nos anos 90, o Colégio contou com mais reformas, em especial na área dos esportes, com destaque para a construção da pista de atletismo.

Vista da imponente área central do Colégio de frente para
a Avenida Monte Castelo na década de 1980 - Acervo: CCR.

Nos anos 2000, com a reformulação do antigo Departamento de Educação da IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), agora Rede Sinodal de Educação, a participação do Colégio Cônsul em eventos com outras escolas confessionais se intensificou.

A Rede Sinodal ampliou o número de eventos, formações e atividades entre as suas escolas, vindo a contribuir de forma mais efetiva e também a estreitar ainda mais os laços confessionais e de amizade entre as escolas que compartilham dos mesmos valores e confissão religiosa.

Nos anos seguintes, muitas novas reformas e atividades surgiriam com a finalidade de melhor atender a formação dos alunos com destaque para a inauguração do Anfiteatro "Horst Schlösser", com capacidade para 290 pessoas, e novos espaços nas dependências da antiga quadra

de esportes e centro de artes industriais em 2007, e para a ampliação do bloco “Alberto Torres” em 2016.

Vista aérea da “Colina Evangélica” em 2015: Igreja, Colégio, quadras e pista de atletismo - Acervo: Produmax/Delamar Ramos - CCR.

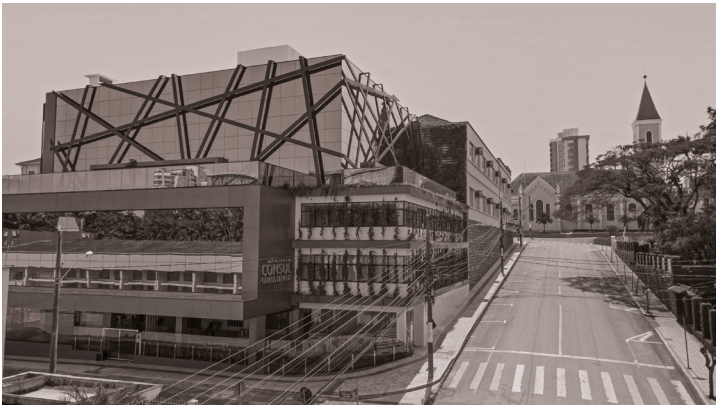
Pátio interno em 2020 - Acervo: Produmax/Delamar Ramos - CCR.

Destaca-se a boa colocação do Colégio nos exames do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), alcançando o 1º lugar no município por vários anos e chegando a alcançar o 4º lugar no estado.

A atual gestão é responsável por significativa ampliação, com a construção de um prédio novo de quatro andares para acomodar o setor administrativo, atendimento de pais, setores de tecnologia (robótica e

mídias digitais), nova e ampliada biblioteca e modernos laboratórios de química, física e biologia.

O prédio recebeu um projeto de perspectiva sustentável, com aproveitamento da água da chuva e energia fotovoltaica.



Vista aérea do prédio novo que traduz modernidade e inovação ao lado da tradição. Foto de Denise Kühn em Setembro de 2020 – Acervo: CCR.

O Colégio Cônsul Carlos Renaux é a escola particular mais antiga do Estado Santa Catarina e atende atualmente próximo de 1.300 estudantes, da educação infantil ao ensino médio. Além de uma rica grade curricular o Colégio oferece uma variedade de atividades extraclasse voltadas ao esporte, música, cultura e projetos sociais.

Desde 2001 o Colégio conta com uma parceria com o Sistema ANGLO de Ensino, referência em educação no Brasil.

Foi a primeira escola do município a aderir e implementar Novo Ensino Médio, oferecendo uma grade curricular inovadora.

Em 2021 o Colégio lançou o Projeto ONU, que se transformou em um programa de formação de futuros líderes e cidadãos jovens globais por meio do modelo das Nações Unidas. Desde então, o Colégio já coleciona prêmios e distinções por suas participações nas simulações das Nações Unidas. Considerações finais

Os valores educacionais que brotaram da Reforma Luterana aqui deixaram a sua marca e continuam presentes. Nestes 150 anos o Colégio Cônsul vem reafirmando seu compromisso com uma educação de excelência, com valores humanos, éticos e cristãos.

A semente plantada pelo Pastor Sandreczki germinou e tem dado muitos frutos, graças às bênçãos de Deus e à contribuição inestimável de tantos que viveram e vivem o sonho do Colégio Cônsul.

Nosso agradecimento especial a Deus pelas bênçãos derramadas; à Comunidade que não abriu mão da educação formal de qualidade de seus filhos; aos pastores e pastoras que serviram neste Colégio, trazendo a Palavra Deus como guia; à Fundação Educacional Luterana, que deu continuidade aos esforços, ideais e valores da primeira Sociedade Escolar Evangélica; aos diretores que aqui passaram e deixaram sua marca; aos benfeitores que foram tantos e que têm uma participação especial nesta brilhante história; e, por fim, a toda comunidade escolar do passado e do presente – estudantes, professores e colaboradores – que foram e são a razão da existência deste Colégio e que sempre deram e dão o seu melhor para enfrentar os desafios educacionais de cada tempo.

Brusque, 31/05/2022.

Referências:

1) Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Escolas Centenárias de Santa Catarina. Florianópolis (SC). ALESC, 2020.

2) RISTOW, Arno; Educação e Instrução em Brusque – SC. Edição comemorativa do sesquicentenário da cidade.

3) Subsídio histórico da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Brusque anexo ao Livro de Canto da Comunidade.

A Grandiosa e "nova" Igreja Matriz de Guabiruba

Pe. Eder Cláudio Celva[1]

Preâmbulo:

Ao iniciar falando de um templo católico específico, que é a Igreja Matriz da paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Guabiruba, faz com que iniciemos por refletir sobre a importância das templos para os povos, não só para seu frequentadores, mas para a cultura, história e composição humanística. Toda a arquitetura de uma igreja é por si comunicativa: de forma muda prega eloquências. Os templos são uma catequese permanente, por isso as suas construções deveriam ser cansativamente exigentes. Deveriam mais: demorar para serem erguidas – caso contrário não se tem condições para que seja uma obra de distinção.

Todos os componentes de um templo católico deveriam ter forte vocação comunicativa. Comunicam-se por eles os mistérios de Deus, não só aos que nele ingressam, inclusive aos que sabem de sua existência mesmo sem conhecê-lo: lá existe uma igreja... são uma porta aberta para a transcendência. Porta que dá passagem, que marca o limiar unindo e separando o sagrado do profano. O próprio Cristo disse: Eu sou a porta. Entramos num templo e noutra dimensão.

Belos para a construção de Igrejas são os outeiros naturais, porque parece que para ir a alguma igreja se deva naturalmente subir. Quando subimos os degraus de uma escadaria, não é apenas o pé que sobe, mas todo o nosso corpo e mesmo a nossa alma. E se prestarmos atenção, pressentimos outra ascensão... rumo àquele patamar superior onde se encontra tudo o que é grande e perfeito: rumo ao Céu, onde Deus habita.[2]

---

[1] O autor é presbítero da Arquidiocese de Florianópolis e pároco da paróquia Santíssimo Sacramento de Itajaí.

[2] GUARDINI, Romano. **Os Sinais Sagrados**. São Paulo: Quadrante, 1995, p. 20.

A cada passo dado com nossas pernas, uma constituição humana é formada, é transmitida, gerada, ordenada. Por isso existem uns degraus que nos dizem: "*Tu sobes para a casa de oração, para junto de Deus*".[3] Como é idílico o outeiro da igreja Matriz de minha terra...

E é sobre esta igreja, a Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que estas elocubrações serão feitas. Diga-se primeiramente que existe uma riqueza ainda a ser reconhecida, descoberta, valorizada e posta em prática, inclusive naquilo que implica a sua finalização.

Os templos são plasmados não por caprichos, mas pela liturgia. É por causa da IGREJA que existem igrejas, ou seja, templos. A liturgia é a diretriz principal da sua construção e utilização. O grande manual é o missal romano e o amor pela participação das celebrações litúrgicas conforme a Tradição da Igreja, levando em conta os materiais, profissionais e recursos financeiros dos fiéis onde se ergue a igreja. Ela também expressam a arte de seu tempo, do que de melhor se tem no momento, com possibilidade de se deixar inconclusas certas partes para tempos que melhor servirão à obra. Contudo para uma igreja não basta o mais simples, o mais prático, o mais fácil para se terminar o quanto antes possível. É preciso beleza. Os templos que erguemos são a prova – ou deveriam sê-lo – de que a beleza é necessária! Assim, serão comunicativos e evangelizadores naturalmente. A beleza tem sua fonte no Cristo. A beleza deixa de ser boniteza, ou lindeza, quando encontra a verdade, a grande verdade que há em nós e provém de Deus. É na Igreja que nos são transmitidas as verdades da salvação, é também nela que são vivenciadas. E isso o templo precisa com suas características próprias, mostrar.

É a beleza que nasce da fé e para ela caminha. A arquitetura, a imagem, a pintura, a escultura, a arquitetura, os sinais sagrados, os objetos de culto, litúrgicos, paramentos, alfaias, tudo vem a ser pregação, sem que para isso não se precise ficar saturando com explicações. O símbolo fala por si; serve à oração. O símbolo educa, forma, remete, envia, realiza. Por mais elevadas que sejam as nossas ideias, elas precisam de símbolos para fazer sentido. A construção

---

[3] GUARDINI, **Os Sinais Sagrados**, p. 20-21

de um templo belo nos diz o que estamos sendo em Deus; vai ser a pregação, que vai perdurar.

A evangelização que o edifício naturalmente faz, geralmente não contamos nos planos pastorais. Não temos nos empenhado muito com esta prioridade; temos outras, muitas desnecessárias inclusive... É por isso que temos também construído templos feios, mantendo-os com as portas fechadas, e ainda mais: quase nada sabemos de sua história e significado.

A questão dos estilos

Em noites insones eu sonho acordado. Penso e repenso e sem querer o sono é afastado. Comparações, contrapontos... Na minha estimada matriz de Itajaí, e minha outra estimada matriz, a de minha terra, Guabiruba. Estilos bem diferentes. O de Itajaí pronto, o de Guabiruba, no meu entender precisando ser concluído. Trata-se não de reformas, mas de conclusão com aquilo que compõe o original e que por muito motivos, não se fez naquela época; uma época de típica iconoclastia, aquele fim da década de 1960. Concebeu-se um "tempo de vazio", de despojamento excessivo de elementos. Mas como na Igreja não se vive o vazio, mas o transbordante, carecem diversos templos de elementos de boa arte sacra, que os plenifique.

A matriz de Guabiruba é construção que acolheu totalmente esses novos ares eclesiológicos, litúrgicos e arquitetônicos da década dinâmica de 1960. O projeto era arrojado, mas que poucos entenderam. À medida que a construção subia, parecia que se estaria construindo um galpão e não uma igreja. Popularmente faltava à obra as características mais peculiares de um templo tradicional. Todavia apesar de ser diferente, é nossa igreja de Guabiruba dotada de um estilo legítimo, pois as construções, na sua forma e fisionomia, refletem o jeito de ser da Igreja em um determinado lugar e tempo. Ao longo da história, as comunidades cristãs encontraram diferentes maneiras de celebrar a sua fé e organizar os seus espaços. A diversidade das formas e modelos arquitetônicos não é arbitrariedade, mas expressão das legítimas diferenças das Igrejas particulares. Por essa razão, a Igreja sempre incentivou, assumiu e integrou nos seus

espaços expressões arquitetônicas e artísticas de todos os povos e de todas as épocas.[4]

A efervescente década de 1960, do novel município, da paróquia recém-criada, onde estavam no ar uma espécie de angústias por obras novas, um pouco fora dos padrões convencionais. Blumenau e Brusque já tinham suas matrizes de arquitetura considerada avançada. Guabiruba também lhe foi ao encalço. É então, símbolo de uma época e do início de mudança de época com que por meio de seu fomentador, padre Matias Engel, soube-se captar. Apesar de ser ele um homem que se poderia chamar de tradicional e conservador, num sentido inteligente, sabendo que nem tudo o que é antigo é bom e nem tudo o que é moderno é ruim. O primeiro ar que soprou, promovendo mudanças, foi a aprovação e execução de um projeto moderno para ser a igreja matriz, em 1964. A igreja velha, em estilo neogótico, foi demolida em 1962, quando da abertura do Concílio Vaticano II. No ano seguinte, o empenho está na discussão sobre a planta e o início da compra de materiais. Em Guabiruba – mesmo sem consciência explícita – a nova forma de pensar e conceber o mundo e a obra humana está toda sintetizada na obra arquitetônica da igreja matriz. A construção da nova Matriz iniciou-se em 1964, com o Concílio em avançado andamento. O fato é que o Concílio era realizado no Vaticano e os documentos ainda não haviam tido grande repercussão – alguns nem existiam ainda –, e o novo templo já se mostrava todo influenciado por esse novo modelo de ser Igreja. Era, sem dúvida, um tempo de incertezas. O projeto da nova igreja parecia exagerado para o pequeno e novel município, sem falar do problema do estilo arquitetônico, considerado estranho pela maioria. O fato é que a atual igreja matriz é o marco mais simbólico de uma nova época que se inaugurava no recém-emancipado município.[5]

Inaugurada em 7 de setembro de 1966, a matriz hoje caminha para seus 60 anos de serviços, e eis que agora se tem melhores elementos para uma verdadeira valorização, e ter sua construção concluída com um plano arrojado. De quanta reforma esdrúxula esta igreja foi preservada

---

[4] CNBB. **Orientações para projeto e Construção de Igrejas e disposição do Espaço Celebrativo**. Brasília: CNBB, 2015, n. 106.

[5] CELVA, Eder Claudio. **Cultura e Religiosidade de um Povo**. Edição do autor, 2016.

neste mais de meio século!!! Quase por milagre não foram executadas. Seriam dispersões de recursos numa concepção materialista, visando comodidades e enfeites, por falta de uma educação simbólica.

Igreja Matriz em construção, 1965

Há de se continuar a enfatizar, que a Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ainda não foi "terminada". Isso é positivo. Uma geração começa e a outra termina.

Propostas

Aqui chegamos à pedra de toque: Pensar, contemplar, amar. Ninguém tem o direito de assistir tranquila e passivamente à invasão do vulgar, do feio, do falso, permitindo usurpar o lugar que pertence à arte e à verdade espiritual.[6] Exteriormente ela precisa de um acréscimo, em conformidade com a arquitetura original. Nas hastes da cruz do belo **torreão** – para que não pareça um local para caixa d'água – o seu alongamento simétrico, vertical e horizontalmente. A torre tem que caracterizar mais a cruz que representa.

E as **portas**, se fossem portas de bronze, dariam um simbolismo especial. Porta de igreja não é simples tapa-buraco de parede. A porta como elemento simbólico fala-nos de modo natural tanto da ideia de inacessibilidade quanto de comunicação (porta fechada – porta aberta). Sua localização como limiar, símbolo da passagem do profano para

[6] MERTON, Thomas. **Questões Abertas**. Rio de Janeiro: Agir, 1963, p. 179.

o sagrado, significa a comunicação do mundo celeste e dos favores divinos aos homens. No Antigo Testamento, "porta" é utilizada também para identificar, através da sinédoque, todo o conjunto do espaço sagrado: "O Senhor ama as portas de Sião mais que todas as tendas de Jacó" (Sl 87,2). No Novo Testamento, desenvolve-se todo o significado da porta como meio para acessar a bem-aventurança eterna. Conhecemos o conteúdo simbólico da porta do edifício cristão através da teologia bíblica, dos testemunhos arqueológicos e dos próprios exemplos arquitetônicos antigos que nos têm chegado até hoje. Esse símbolo cristão possui dois significados principais: cristológico, relacionado com a paisagem do evangelho de João (10, 7.9) em que Cristo se identifica como a porta pela qual entram as ovelhas (ostium ovium) e soteriológico, como símbolo da passagem a um estado de salvação. Como Mediador da salvação, "por meio" ou "através" de Cristo, entramos em comunhão com Deus na Igreja, "cuja única e obrigatória porta é Cristo" (LG, n.6).[7]

Exteriormente, somente duas intervenções. Entremos por seus batentes. Ao entrar, temos de ver o que celebramos na missa: o mistério de nossa fé, anunciamos a morte do Senhor, proclamamos sua ressurreição e sua nova vinda. Celebramos a santidade de Deus. É o lugar do sacrifício, e nele a oferta da vida. Precisamos celebrar a liturgia que conduz ao Mistério. As igrejas devem ser belas porque traduzem o que Deus em nós celebra, por meio dos ritos que possibilitam esta ação inefável da Igreja. Ação que salva e santifica, ação que imortaliza os mortais. Isto é o verdadeiro amor. Isto é vivê-lo e celebrá-lo, recebê-lo e ofertá-lo. É o que por natureza define a missão da Igreja: a santificação de seus filhos, transformados por isso, em templos vivos.

Suas **paredes** retilíneas e despojadas são um valor. Nada de estrutural deve ser mexido. O sinal da limpeza física dos elementos materiais expressa a limpeza da alma que cada membro da comunidade deve aspirar. Essa limpeza realiza-se na ordem sacramental através do

---

[7] ARIAS, Fernando López. **Projetar o Espaço Sagrado. O que é e como se constrói uma igreja**. Brasília: CNBB, 2019, p. 112.

[8] ARIAS, **Projetar o Espaço Sagrado**, 2019, p. 136.

Batismo e da Penitência, cuja recepção terá lugar habitualmente na igreja. A menção explícita na eucologia durante a bênção da água às paredes do templo e às sucessivas ações que ao longo do rito de dedicação terão lugar sobre elas indicam que as paredes se encontram entre os elementos significativos destacados do espaço litúrgico.[8]

O **forro**: este precisa ser todo substituído. O plástico, além de feio, dá a impressão de fajuto. O mercado oferece forros sóbrios, belos e resistentes. Estudos prévios podem inclusive dar noção de detalhes, etc.

A **fonte batismal** deverá ser instalada junto à porta principal, no local originalmente a ela predisposto. A igreja precisará receber **vitrais**. Com suas altas janelas se pode compor uma harmonia de rara beleza, já que existe luz em profusão. Verificar estudos prévios de arte sacra, com critérios de viabilidade. Pode-se exagerar nas cores vibrantes, pois não concorrem com outros elementos; ao contrário: as cores em profusão ajudam a preencher o vasto espaço disponível. Também se colocará vitrais nas grandes aberturas acima do coro, na parte frontal. Aquelas grandes aberturas poderão inclusive receber estruturas visando colocação dos vitrais, o que à noite dará inclusive um senso de beleza aos que a olham de fora.

Agora o mais delicado: o **presbitério**. Primeiramente ali está o **altar**. Ele nos ensina que o que há de mais profundo na nossa alma é justamente essa capacidade para o sacrifício. Existe no mais íntimo de nosso ser um santuário cheio de silêncio e de uma translúcida clareza, do qual sobe para Deus o odor do sacrifício. O altar material é justamente a imagem visível desse santuário mais íntimo e mais silencioso de onde nasce toda a força do homem. Está colocado no local central da igreja, elevado e separado da nave, que por sua vez se encontra separada desse mundo onde se exerce toda a atividade humana. Está segregado de tudo o que é exterior, à semelhança do santuário da alma.[9]

Se poderá fazer o altar, a sédia e o ambão de pedra viva. Retirar-se-iam os três nichos quadrados de concreto que estão no presbitério. Destoam da liberdade do templo. A **cruz** ficaria plantada atrás do altar da celebração no limiar da parte mais fechada do presbitério.

---

[9] GUARDINI, **Os Sinais Sagrados**, p. 46.

Simplesmente no chão, sem alçamentos! A cruz é passagem para a vida, então não fica nem à frente nem colada junto à parede. As **imagens** de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e do Sagrado Coração de Jesus, nas laterais do presbitério de frente para o povo, ostentados por um pedestal de 60 centímetros no chão do presbitério, próximo das paredes laterais. A altura do presbitério já serve de nicho natural. E nas grandes paredes: central e nas laterais, acolheriam **Mosaicos**! O Centro Aletti, em Roma, é um exemplo de produção de mosaicos autênticos que combinam com este tipo de arquitetura que temos à disposição. O mosaico principal é destaque, os dois laterais convergem para ele. Nele estaria o Mistério Pascal, possivelmente com cenas evangélicas de parábolas, da vida de Jesus, das bem-aventuranças. A Sagrada Escritura é o coração da inspiração, conjugando a Patrística, doutrina, e até alguns elementos de história local, na periferia do mosaico. O Centro Aletti, por exemplo, promove estudos in loco, e não atende simplesmente a encomenda dos que pagam. Neste tempo estão/estavam compondo os mosaicos exteriores para o santuário Nacional de Aparecida. (Em Roma, em novembro de 2019, tive a alegria de ver estes mosaicos sendo confeccionados e destinados ao Brasil em primeira mão!)

Quanto isso vai custar? Não se sabe! Pode-se fazer tudo isso num plano harmônico e definido sendo executados pelas décadas, conforme se tiver dinheiro à disposição. Comece-se pelo presbitério, para onde todo os olhares naturalmente convergem; com os mosaicos, que serão a joia principal. Pois é o que de mais importante se fará.

O término da matriz - não prevendo inaugurações - se bem feito, lhe dará rara beleza e não será como modificações que são feitas a cada par de administrações; mas obedecerá um plano contínuo, e será incorporado à arquitetura original e lhe dará nítida plenitude. Vale lembrar tratar-se não de reformas ou mudanças. Trata-se, outrossim, de concluí-la com originalidade, o que não foi possível quando de sua conclusão e nem nos anos posteriores, por diversos motivos.

Uma igreja cheia de simbolismo

Falo pelas experiências que com ela tive. Ali vivi muito de minha fé. Eu a valorizei e sobre ela pesquisei e escrevi. Que inspirou esta

construção? Um sepulcro! Uma sepultura despojada e vultosa, com cruz à cabeceira. A igreja de Guabiruba é bonita, pois sua simbologia está num sepulcro, e não só num, mas no de Jesus. A Igreja vive o Senhor ressuscitado pela realidade do sepulcro vazio.

Nós que vamos à Igreja somos as discípulas e os discípulos que junto com os apóstolos correm para a sepultura e a encontram vazia de qualquer resto mortal e cheia de páscoa. É a experiência viva da ressurreição do Senhor feita diante do túmulo vazio. A Igreja professa sua fé diante da pedra rolada, do lugar onde havia estado o corpo de Jesus. A comunidade dos fiéis é convidada a nele entrar para saber que não se está procurando mais dentre os mortos aquele que vive! Dentro desta grande tumba entramos pelo batismo. Entramos incessantemente como no domingo de Páscoa até o lugar onde o Senhor foi colocado, o altar. O que o catecismo diz do altar pode se aplicar a todo o templo: O altar é também o símbolo do sepulcro (Cristo morreu de verdade e ressuscitou de verdade).[10] O Senhor esteve no sepulcro e ressuscitou a partir dele!

Os católicos guabirubenses fizeram para o seu Senhor esta morada para receber seu Corpo, e neste, os nossos. A igreja de Guabiruba é a igreja do Sábado Santo. "A igreja tem um significado escatológico. Para entrar na casa de Deus, é preciso atravessar um limiar, símbolo da passagem do mundo ferido pelo pecado para o mundo da vida nova ao qual os homens são chamados. A igreja visível simboliza a casa paterna para a qual o povo de Deus está a caminho e na qual o pai enxugará toda lágrima de seus olhos" (Ap 21,4).[11]

Certa vez, um padre de nossa arquidiocese ao saber que sou de Guabiruba, afirmou: – Lá onde está a Igreja do juízo final? Ele se referia à única vez que a visitara, impressionado por seu tamanho e altura, local que faria caber todas "as gentes." Ser ao mesmo tempo Sepultura e Jerusalém do alto, servindo de abrigo para nós a Igreja Militante a espera da nova vinda de Cristo que já reina pela Igreja![12]

---

[10] Catecismo da Igreja Católica, n. 1.182.

[11] Catecismo da Igreja Católica, n. 1.186.

[12] Catecismo da Igreja Católica, n. 668.

Esta é a vocação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Guabiruba.

Nossa igreja mostrará com clareza a dimensão escatológica dos que adentram por seus umbrais: Se morremos em Cristo, também com ele vamos ressuscitar! E esta mensagem é-nos dada ao olharmos para aquele suave outeiro de meu torrão natal.

Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Acervo Arqueológico do Museu Casa de Brusque

Darlan Pereira Cordeiro[1]
Luciana Pasa Tomasi[2]
Alessandra Hodecker-Dietrich[3]
Juarês José Aumond[4]
Vandreza Amante Gabriel[5]

Resumo:

Durante o ano de 2021, o Museu Casa de Brusque desenvolveu diferentes projetos e trabalhos internos para melhorias estruturais e reorganização das peças do acervo a partir de sua reestruturação. Dentre as atividades que estão sendo desenvolvidas apresentamos os resultados do projeto "Patrimônio Cultural Material Arqueológico do Museu Casa de Brusque", contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, edição 2020, na categoria Patrimônio e Paisagem Cultural, eixo Gestão/Acervo.

Palavras-Chaves:

Patrimônio Material, Acervo, Arqueologia, Cultura, Museu.

---

[1] Bacharel em Arqueologia, Pós-Graduado em Ciência e Tecnoloia Ambiental, Pós-Graduado em Arqueologia, Mestrando em Antropologia e Arquelogia, Arqueólogo da Fundação Genésio Miranda Lins, com experiência nas áreas de Arqueologia, Museologia e Patrimônio Cultural.

[2] Bacharel em História; historiadora e professora na Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - SAB/Casa de Brusque.

[3] Bacharel e Licenciada em Ciências Biológicas; Tem experiência na área de ensino de Ciências e Biologia, diagnóstico geoambiental com ênfase em restauração de áreas degradadas e susceptíveis a risco de desastres.

[4] Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1969); professor titular da Universidade Regional de Blumenau (FURB) nos cursos de graduação de Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Arquitetura e Urbanismo e Química, além de outros cursos e programas.

[5] Pós graduada em História; jornalista e pesquisadora colaboradora do Museu Casa de Brusque, Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, Sociedade Amigos de Brusque (SAB).

INTRODUÇÃO

Há na memória da população local muitas histórias que se assemelham por toda a região do Vale do Itajaí (SC) de imigrantes europeus e seus descendentes que encontraram pontas de flechas feitas de rochas naturais. Esse material arqueológico revela a existência de povos antigos que habitaram o território muito antes da colonização europeia, seus modos de vida e suas tradições culturais.

O acervo arqueológico do Museu Casa de Brusque, entidade mantida pela Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim - SAB/Casa de Brusque, formado por 149 peças, é parte de um bem cultural de toda a sociedade, sendo um dos acervos mais antigos da região. A coleção foi doada ao historiador Ayres Gevaerd na década de 1970 pelos professores Adelardo Fink e José Maria T. de Miranda, com indicativo de que as peças foram recolhidas no Morro da Piava. Segundo informações apuradas, a localidade pode estar localizada em Vidal Ramos. Na região muitas pontas de projétil foram encontradas pela população e alguns moradores colecionam essas peças em suas casas.

O objetivo principal do projeto foi organizar diferentes materiais didáticos para serem utilizados no processo permanente de educação patrimonial pelo Museu Casa de Brusque e promover novos olhares culturais. Como resultados do projeto foi montada uma exposição no espaço físico do museu, com banners explicativos e a formulação de uma cartilha educativa para auxiliar no desenvolvimento do trabalho. A possibilidade de parceria com instituições de ensino, museus e fundações culturais faz com que esse projeto colaborativo estabeleça relações com as comunidades em seu entorno, pois os temas estão relacionados com a identidade cultural e a memória da população local. Pretende-se conscientizar a sociedade sobre o valor cultural das peças arqueológicas por meio da democratização do conhecimento.

É necessário compreendermos os processos sociais e as dinâmicas culturais que conformam a existência de agrupamentos humanos para podermos compreender as questões que envolvem a sociedade atual. Os

vestígios da presença humana no território revelam as transformações ocorridas pelo processo sócio-histórico-ambiental e o contato entre esses diferentes grupos. Buscamos revelar as adaptações dessa população pré-colonial ao meio ambiente e a criatividade tecnológica com que foram desenvolvidas as peças arqueológicas. Em uma equipe multidisciplinar apresentamos a partir de uma revisão bibliográfica os resultados do projeto "Patrimônio Cultural Material Arqueológico do Museu Casa de Brusque", contemplado pelo Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, edição 2020, na categoria Patrimônio e Paisagem Cultural, eixo Gestão/Acervo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Por todo o Brasil podem ser encontradas rochas altamente cortantes como o sílex e o quartzo, e mais rígidas e duradouras como o basalto e o diabásio como identificou o Prof. Dr. Juarês Aumond, geólogo, em análise das peças arqueológicas como as pontas de flechas do acervo da Casa de Brusque em janeiro de 2020, em visita ao Museu. Segundo o arqueólogo Darlan Cordeiro (2006, p. 103) a rocha é uma das matérias-primas mais utilizadas pelo ser humano e que contribuiu de inúmeras maneiras em sua sobrevivência. "No caso da pré-história brasileira, as rochas foram utilizadas das formas mais diversas, para a fabricação de objetos decorativos, utilitários, construções, armas, adornos, e outros, conforme sua composição mineralógica" (CORDEIRO, 2006, p. 103).

Sobre a ocupação humana no território, segundo Bueno & Dias (2015, p. 118) "o povoamento inicial da América do Sul não foi um processo homogêneo. Em termos cronológicos as evidências apontam para a ocupação de diversas regiões da América do Sul já em fins do Pleistoceno e início do Holoceno, cerca de 12 mil anos antes do presente (AP). Os autores citam a identificação de três rotas de migração: a rota da bacia do São Francisco, a rota da bacia amazônica e a rota da bacia do rio da Prata. Segundo eles "Para o Holoceno Inicial uma terceira rota de colonização do interior voltada para a região sul está representada pela Tradição Umbu. Possivelmente esteve associada ao sistema fluvial dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai" (BUENO & DIAS, 2015, p. 136).

Figura 1 – Principais rotas de interiorização da colonização do território entre o Pleistoceno e o Holoceno inicial - **Fonte**: BUENO; DIAS (2015, p. 134)

Fazendo referência aos grupos humanos e suas culturas, o Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz divide o Brasil em duas grandes áreas: o Litoral e o Planalto, e a disperção da tradição Umbu na região dos campos subtropicais, com as suas fases mais antigas [...]. Essa tradição era formada porgrupos de caçadores coletores, que habitavam os campos limpos e utilizavam instrumental próprio, como lascas, lâminas de pedra, flechas, lanças e dardos feitos de pedra. Também produziam pontas de projétil pedunculada (SCHMITZ apud in CORDEIRO, 2006, p. 52-53).

Segundo o jesuíta e arqueólogo João Alfredo Rohr (1973, p. 49-58) em Santa Catarina os vestígios mais antigos foram localizados no município de Itapiranga, extremo oeste, e foram elacionados à tradição

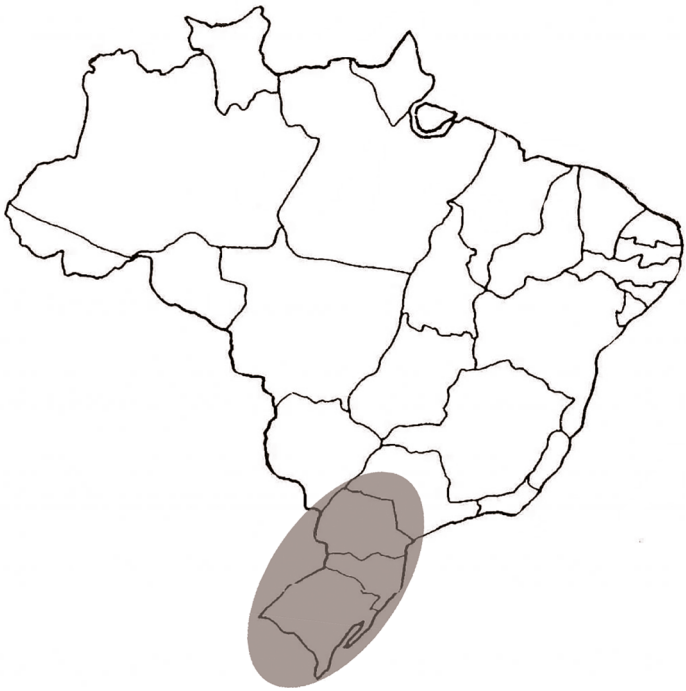


Figura 2 – Localização aproximada Umbu - **Fonte**: CORDEIRO et. al., 2022

Umbu datando de 12.000 anos AP (Antes do Presente). Esse grupo é considerado atualmente como possível ascendente dos grupos indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ.

A Tradição Umbu, em termos geográficos, está associada a regiões de clima subtropical entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, abrangendo outros países como Uruguai, Paraguai e uma parte da Argentina. Sob outra perspectiva, Dias (2007, p. 35) aponta que "a partir de 2.000 anos AP, as sequências culturais da Tradição Umbu passam a indicar contato com as Tradições ceramistas Taquara e Guarani". Para a pesquisadora "pela perspectiva histórico-cultural, a Tradição Umbu pressupõe uma atividade tecnológica relacionada a sítios líticos que apresentam em seus conjuntos pontas de projétil elaboradas a partir de lascas retocadas de forma bifacial". Ela ressalta que numa escala macrorregional pode ser encontrado o padrão de organização tecnológica relacionado à alta mobilidade na ocupação de diferentes áreas para moradias temporárias. Em pesquisa

realizada no Rio Grande do Sul, Dias (2007, p. 61) observou que havia uma estrutura social fluida entre diferentes grupos.

O projeto também revelou artefatos associados à Tradição Humaitá, por ter habitado a mesma regio em sincronia com a população de Tradição Umbu. Segundo Hoeltz (2007, p. 211) entre os caçadores coletores, foram identificadas quatro tradições tecnológicas líticas: os coletores litorâneos de moluscos construtores de concheiros ou sambaquis; os que produziam talhadores bifaciais que ocuparam as florestas, sendo associado à Tradução Humaitá; e um grupo que produziu as pontas de projéteis e que viveu em área mais aberta, identificados como sendo da Tradição Umbu; e os formadores de montículos ou cerritos que viveram nas áreas de banhado e bordas de lagoas litorâneas. A pesquisadora cita que entre os grupos ceramistas estão os Taquara do planalto, os Vieira nas áreas de campo e os Tupi-guarani que viveram por todo o amplo território.

Figura 3 – Localização aproximada Tradição Humaitá - **Fonte**: CORDEIRO et. al., 2022

Segundo Noelli (2000, p. 227) "as populações que começaram a conquistar o Sul do Brasil há cerca de 2.500 - 2.000 AP tinham estrutura, tecnologia, adaptabilidade e densidade demográfica distintas dos

caçadores-coletores que viviam ali há cerca de 10.000 anos ou mais". A autora explica que essas populações implementaram e reproduziram os próprios sistemas adaptativos com base na agricultura, incorporando novas espécies vegetais e animais na alimentação, nas práticas de saúde e na elaboração de sua cultura material.

> Esses povos conquistadores formavam unidades politicamente aliadas em nível regional, com dimensões variáveis conforme o número de unidades locais e suas densidades demográficas. Eles trocavam sistematicamente informações e pessoas, contribuindo para a manutenção e reprodução constante da sua cultura material, da língua, etc. Assimilavam pessoas de outras etnias, impondo-lhes seus comportamentos, língua e sistemas tecnológicos, o que também contribuía para a reprodução de aspectos culturais (NOELLI, 2000, p. 227).

Os dados revelados pelas peças arqueológicas são classificados e interpretados. Outros aspectos como a vegetação e alguns hábitos alimentares puderam ser identificados, assim como parte do contexto cultural vivido na época (PRIPRÁ, 2021, DEMATHÉ, 2014, FARIAS, 2005). Para Lima (2011) espaço, tempo e forma estão relacionados na arqueologia. Essas dimensões estruturam a vida social e permitem explorar fenômenos de mudança cultural por meio da cultura material produzida nos sistemas socioculturais. Apoiados na arqueologia e na história foi possível levantarmos dados sobre as peças dando suporte aos resultados pelo cruzamento de metodologias e de estudos anteriores nessas áreas do conhecimento a partir desse estudo específico, revelando os dados sobre esse patrimônio (ANDRADE, 2019, NIEBUHR, 2012).

Para a análise das peças foi necessário executar um processo de curadoria a fim e obter informações sobre a constituição das rochas, a tipologia do objeto e sua função de contexto. A descrição de cada peça foi feita observando-se todas essas características para compor um catálogo geral e fichas catalográficas individuais com informações que irão compor o acervo arqueológico. A partir dessas análises cada peça foi classificada quanto à sua morfologia, estrutura e função

para embasar as interpretações sobre a população que a produziu. A partir desses resultados foi possível reconhecer, por associação analógica, elementos necessários para o entendimento da estrutura social, econômica e política do grupo estudado (CORDEIRO, 2006, p. 152-153).

Segundo Cordeiro (2006), p. 157) a arqueologia pode proporcionar uma viagem no tempo e por isso "o reconhecimento do passado humano distante têm despertado nosso interesse, principalmente, por se tratar de algo que não pudemos presenciar ou ver" . Para o arqueólogo "a amplitude e complexidade de conhecimentos, gerados pelas pesquisas arqueológicas, sobre as ações e comportamentos humanos, têm demonstrado o quanto somos capazes de nos adaptar a novas condições e realidade" (CORDEIRO, 2006, p. 158).

METODOLOGIA

As atividades de pesquisa foram adaptadas em razão das regras de isolamento social exigidas pela pandemia de coronavírus. Os trabalhos foram desenvolvidos em laboratório e no museu, mas a maior parte foi em home office. O projeto foi integrado por uma equipe interdisciplinar composta pelo arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro, a historiadora e coordenadora do Museu Casa de Brusque Luciana Pasa Tomasi, a bióloga Alessandra Hodecker-Dietrich, o geólogo Juarês José Aumond e a jornalista Vandreza Amante Gabriel. As reuniões ocorreram de maneira remota, através da internet, e, após o início da vacinação, aconteceu um encontro de trabalho presencial para a montagem da exposição referente a 15ª Primavera dos Museus.

Para o processo de curadoria e análise do acervo arqueológico foram desenvolvidas algumas etapas de trabalho no museu e em laboratório, incluindo a preparação do acervo para transporte ao laboratório, o registro fotográfico das ações e do material arqueológico, higienização, classificação, identificação, catalogação, acondicionamento das peças, além da elaboração de Fichas de Catalogação e de um banco de imagens produzidas a partir de máquina fotográfica e microscópio digital.

---

[6] Acesse a cartilha digital no site do Museu Casa de Brusque.
Disponível em: https://www.casadebrusque.com/download/

RESULTADOS

Com o resultado da pesquisa sobre o acervo arqueológico foi produzida uma cartilha informativa em formato digital[1] (PDF) e impressa que será doada às bibliotecas das instituições de ensino, museus e fundações culturais das cidades de Brusque, Botuverá, Guabiruba e Itajaí.

Foram confeccionados e impressos banners no tamanho 0,90 x 1,20 em lona para exposição, além de duas vitrines expositoras para apresentar algumas peças do acervo após o processo de curadoria. Também foram produzidos materiais para as redes sociais do Museu Casa de Brusque como textos, fotografias, cards e stories. A exposição montada com o projeto integrou a 15ª Primavera dos Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com o tema "Museus: perdas e recomeços". Intitulada "Recontando a história do acervo museológico do Museu Casa de Brusque", a mostra ocorreu de 20/09 a 22/10 das 13h às 17h. Uma versão on-line da exposição foi disponibilizada em um perfil próprio no Instagram criado especificamente para a divulgação (@acervo.sab).

As ferramentas digitais foram aliadas em meio à pandemia de coronavírus. Por este motivo, optou-se por fazer uma live de encerramento para apresentar os resultados da pesquisa ao público que está disponível no canal do museu pela plataforma YouTube[2]. O projeto também foi divulgado em uma matéria no jornal da cidade "O Município" e "Rádio Diplomata Brusque" (FM 105,3).

É dever social e legal dar proteção aos bens culturais de interesse histórico e arqueológico. Este projeto se coloca como uma ferramenta de preservação do acervo que não tinha a devida identificação. Em contrapartida justifica-se a proposta com a divulgação dos resultados em instituições de ensino e instituições culturais da região para que o conhecimento seja ampliado e que traga, no futuro, outros cidadãos interessados em contribuir com a preservação do patrimônio cultural.

---

[7] Acesse a live pelo canal do Museu Casa de Brusque no Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=SYsYEzuOvkk

As ações de educação e conscientização serão voltadas à promoção da diversidade cultural e educação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Patrimônio Cultural Material Arqueológico do Museu Casa de Brusque revelou, por meio da análise de peças arqueológicas pertencentes ao acervo, as adaptações tecnológicas desenvolvidas pelas populações que viveram no território do Sul do Brasil em um período pré-colonial. O acervo arqueológico é parte de um bem cultural de toda a sociedade, sendo uma ferramenta educativa do Museu Casa de Brusque.

Projeto selecionado pelo Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura - Edição 2020, executado com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura.

João Baptista Rudolf: Uma história de vida que merece ser resgatada

Maria Teresinha Debatim*

INTRODUÇÃO

O imigrante João Baptista Rudolf, meu trisavô, é uma aula de civilidade para os tempos atuais. Além de ter sido político de convicções firmes durante toda a vida e vereador por dois mandatos, foi um visionário, investidor que garantiu à 4ª e 5ª gerações terras por ele adquiridas e que se mantém até hoje na família.

Busto de João Baptista Rudolf localizado no bairro Águas Claras - Brusque, em frente à igreja São Judas Tadeu

É sabido que quem conta um conto, aumenta um ponto, mas também é verdade que, na passagem do tempo, muitos pontos e registros vão se perdendo. Eu, claro, não tive o privilégio de conhecer meu trisavô, que nasceu 116 anos antes de mim, mas tenho profunda admiração e respeito pela sua história de vida, de modo que meu relato será fiel ao que me foi contado. Dando apenas forma à oralidade, uso a escrita para perpetuar estas histórias.

Numa cumplicidade de almas, confidencio ao pé da sua memória: Que felicidade é ter uma vida, que valha a pena, mesmo depois de um século ainda ser revista! Que honra o tempo ter me escolhido como narradora!

---

* A autora é escritora poetisa, presidente da Academia de Letras do Brasil (ALB), seccional de Brusque.

Sobre este trisavô, Lauro Demarchi, idealizador do "Salão 1020" e seu proprietário por décadas, me contou duas histórias que lhe teriam sido confidenciadas por Henrique Gelatti, o famoso "tio Rico", genro de João Baptista e a quem ele se referia como um pai.

Lauro tinha tamanha admiração pela história deste homem, bisavô da sua esposa Elsa Bodenmuller, que encomendou um busto para perpetuar a passagem desse homem de valor. Seu desejo era que a vida de João Baptista fosse estudada, que sua memória não se perdesse ou fosse esquecida, já que este não teria sido um homem qualquer e sete palmos de terra não poderiam pôr fim à sua vida.

As histórias que trago aqui têm a ver com a escravidão no Brasil.

Preocupado com a falta de estrutura na nova colônia, João Baptista trouxe da Alemanha Louis, um professor bilíngue que falava fluentemente alemão e francês — sua língua-mãe —, com o objetivo de instruir seus filhos, já que ele não acreditava no futuro de quem não estudasse. O professor, nas horas vagas, passou a ser seu homem de confiança, morando com a família e sendo considerado mais um de seus membros.

Meu trisavô não admitia que as mulheres não estudassem e, ignorantes, se dedicassem apenas às lidas do lar, aguardando um casamento, totalmente despreparadas para educar os filhos e discutir assuntos mais interessantes do que bordado e costura.

As precárias escolas ofertadas pelo governo, dizia ele — "ensinavam o suficiente para não ser analfabeto"; mas ofertavam menos do que ele considerava básico e uma criança precisa saber interpretar o que lê, formar opinião sobre a escrita. Ele costumava reunir os filhos após o jantar para ler a sua coleção de livros escritos em alemão e debater a leitura.

Assim, as filhas mulheres tiveram a mesma educação dada aos filhos homens e, além das aulas de línguas, ainda se dedicavam a aprender costura, bordado, culinária (em exaustivas viagens a Blumenau) e tiro ao alvo. Como os homens se afastavam do lar para trabalhar, eram elas que garantiam a segurança da família e da propriedade.

Lembro que meu avô João sempre dizia: — "o sujeito que não quisesse perder a cabeça que não ficasse na mira da espingarda da Muther"; Magdalena, filha de João Baptista. Sua mãe tinha a fama de atirar tão bem quanto ou ainda melhor que muito homem. Elas treinavam tiro em casa e, aos finais de semana, praticavam o esporte no "Clube de Caça e Tiro", onde eram sócios e habituais frequentadores.

Festa de Noivado de Maria Magdalena Rudolph, filha de João Baptista, com Frederico Debatin

Vive-se o tempo da escravidão. Não sou historiadora e meu conhecimento sobre o assunto não me permite discorrer sobre o tema, especialmente porque as aulas de história sobre o tráfico de humano me reviravam o estômago. Todavia, saber que um dos meus teve um gesto humano e grandioso contra este mercado de horror, me traz alívio para a alma.

Como João Baptista era um homem de posses e gostava de receber, para o noivado da filha quis reunir familiares, amigos e correligionários em uma festa sem economias.

Foi servido um jantar abundante, contratado músicos, tudo com muita dança e alegria, correndo bem até o momento em que uma de suas filhas chama o pai e relata que Louis tinha sido insultado enquanto, gentilmente, oferecia bebida a um dos convidados.

João Baptista chamou Louis para se inteirar do ocorrido, tendo este minimizado a situação, justificando que o convidado teria recusado o vinho ofertado porque já estava satisfeito. A filha, todavia, insiste ter havido uma atitude desrespeitosa, repetindo que o convidado não só teria recusado o vinho, como afirmado que não beberia do vinho servido por um negro e que Louis deveria saber que seu lugar era junto ao gado, já que a casa não possuía senzala.

Apesar da insistente tentativa de Louis de minimizar o ocorrido, persistindo que o dia era especial para Magdalena e que não deveriam fazer nada para atrapalhar a alegria da moça, João Baptista não concorda. Ele se dirige à banda pedindo que parem a música, chamando a atenção de todos os convidados, que acreditam se tratar de alguma surpresa do pai da noiva aos noivos.

João então vai à mesa do convidado em questão e comunica:

— Senhor, eu peço que reúna sua família, sua esposa, suas filhas, que convivem com as minhas filhas e sempre foram respeitosamente tratadas em minha casa, e se retire.

Aponta para Louis e prossegue:

— Este homem íntegro, honesto, respeitado, amigo dos meus amigos e mestre dos meus filhos vai acompanhá-los até a porta, como é de praxe nesta casa. Esta casa não tem senzala porque aqui não temos escravos e se tivesse, seria um lugar para homens que pensam como você, independente da cor da pele. Louis ocupa um quarto ao lado do quarto dos meus filhos, é membro da nossa família, insultá-lo significa insultar-me, o que em minha casa é inaceitável.

O convidado quis argumentar, mas o dono da casa emendou:

— A partir de hoje, ao passar pelas minhas terras, use, por favor, o lado esquerdo da rua. Aos demais, peço desculpas pela interrupção e peço que não tenham pressa em ir embora. Temos comida, música e alegria para usufruir da companhia de todos até o café da manhã.

A imigração de colonos entre 1860 e 1880 foi intensificada com a clara intenção de substituir o trabalho escravo que já dava sinais de estar com os dias contados. Ainda assim, a carta de alforria libertou os negros da escravidão, mas não os livrou da ignorância de certo tipo de gente.

Um vendedor de escravos, mal informado, bateu à casa do meu Trisavô

O cochilo habitual que João Baptista fazia depois do almoço foi interrompido num certo dia por um mercador que lhe oferece "mercadoria de primeira" para seu engenho e lavoura. A mercadoria vendida era nada menos que oito escravos, duas mulheres e seis homens, todos suados, maltrapilhos, visivelmente cansados, famintos, e acorrentados. Seus olhos expressavam todo o desespero, desânimo e desesperança daquela situação.

João Baptista se move devagar, chama Louis e pede que abram a porteira, dando permissão para que o mercador e os escravos se

aproximem. Passa então a negociar o preço para a compra de um, dois… quatro escravos. Quer que o mercador relaxe e acredite se tratar de um comprador comum e experiente. Para isso, tem que vender paciência, firmeza e certo desinteresse pelo "lote", como se referia o mercador.

Ele e Louis trocam olhares de cumplicidade. O objetivo é pagar o mínimo possível para o pilantra e, para isso, vai estendendo a negociação até o ofertante se cansar. Mesmo impaciente, o mercador sabe que não pode simplesmente recusar o jogo de cena, especialmente porque a região é íngreme e não há muitas pessoas com posses suficientes para a compra de escravos. Ele crava:

— Por mais 5 mil réis, você terá oito cabeças a partir de amanhã para ajudar na lavoura.

Para desespero do mercador, meu trisavô não esboçou reação e continuou saboreando o café. Limpa a boca com um guardanapo de linho branco que tinha bordado suas iniciais, vira a cadeira de frente para o mercador e diz:

— 8 mil réis por todos! Fechamos negócio ou não fico com nenhum e você pode seguir seu caminho.

O mercador até tenta argumentar e entregar parte dos escravos pelo preço ofertado, mas João Baptista deixa claro que ou ele entrega todos, ou não há compra. Faminto e exausto, o traficante concorda com a pechincha.

João Baptista então sentencia ao mercador:

— Agora que eles me pertencem, tire as correntes. Eles são agora pessoas livres, precisam de banho, água e comida. Que se banhem e se alimentem, porque é notório que não fazem uma refeição decente há dias.

O mercador se recusa a soltá-los sem receber o dinheiro, alegando que, se os soltassem, fugiriam no mesmo momento.

— A fuga deles não é mais problema seu; retrucou meu trisavô, que chama Louis e pede que ele busque o dinheiro necessário ao pagamento da dívida e ligue o chuveirão.

— Deixe que se banhem e arrumem uma mesa farta, estão desnutridos.

Louis entendeu o comando dado e, também, o que não foi dito. Voltou com um saco de moedas, acompanhado por dois auxiliares da fazenda. Pôs as moedas sobre a mesa e antes que o mercador pudesse pegá-las, apontou-lhe a arma, avisando:

— É bom não colocar a mão na cintura! Se o fizeres serás um homem morto!

Apavorado, o valentão quer correr, mas fica imóvel. João Baptista ordena que o amarrem junto à árvore. O mercador treme, suplica, diz ser um homem livre e, portanto, não podem fazer isso com ele. Ninguém lhe dá ouvidos.

A ordem é colocar as moedas em fila indiana, espaçadas, começando próximo dos pés do mercador até o portão de saída para que o traficante tenha que juntar moeda por moeda. Louis, sob o olhar assustado e incrédulo do credor — que acredita estar em vias de ser açoitado no tronco —, distribui as moedas com a calma de quem enfeita um corredor.

João então ordena:

— Pegue as chaves e libertem todos.

Louis atende o pedido. Sem algemas, alguns correm em direção à mata, enquanto outros ficam imóveis como se ainda estivessem algemados.

Sem esboçar qualquer reação a respeito dos que correram, João Baptista indica o local onde está a água e comida, e onde eles podem se banhar, reiterando que eles são pessoas livres e podem ir, se quiserem, ou aproveitar a comida. Os recém-libertos matam a sede e, tímidos, rodeiam a mesa onde a comida está posta, incrédulos de que podem realmente se servir sem medo.

— Louis, liberte o último escravo; diz João Baptista.

O mercador, mesmo solto, não se move. Então recebe a ordem:

— Pegue seu dinheiro! Não quero que fique uma única moeda perdida no meu quintal. Eu pago integralmente o que compro.

Antes que o mercador se perdesse entre uma moeda e outra, João avisou:

— *Saiba que por aqui você é pessoa não grata. É possível que da próxima vez eu não esteja tão disposto, como hoje, a negociar.*

Aos poucos João Baptista conversava com os que ficaram esclarecendo que ele não se valia de mão de obra escrava e se quisessem se estabelecer com outros libertos, podia ajudá-los levando-os a um local um pouco distante dali, fornecer estaca de mandioca para plantarem e, na colheita, comprar a produção, se não tivessem outros compradores.

Assim, ordenou aos seus que preparassem as carroças para levá-los à localidade conhecida como Moura, entre Brusque e Canelinha, onde João já havia abrigado outros que libertara, longe das terras dos colonos, para evitar conflitos.

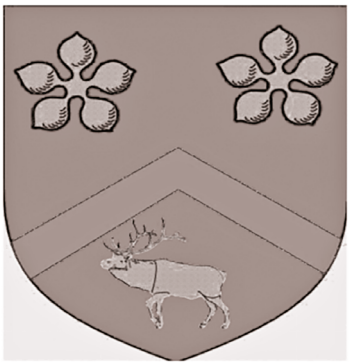
Ele os ajudava a se estabelecerem e intermediava a venda do que plantavam para se tornarem independentes, livres. Foi padrinho de muitas crianças nascidas ali. Chamava o padre para almoçar com ele, lhe dava uma oferta generosa e cravava:

— *As crianças nascidas lá precisam de batismo. Irei buscá-lo sábado de manhã e no entardecer estaremos de volta.*

Contava o tio Rico que, muito embora alguns colonos torcessem o nariz para esta comunidade negra, como tinham muito respeito pelo seu sogro, não os importunavam. Todavia, com a morte prematura de João Baptista, a comunidade de ex-escravos ficou temerosa e muitos decidiram deixar a localidade, já que não havia mais quem os protegesse.

Lauro Demarchi e Tio Rico já se juntaram ao meu trisavô no paraíso. A forma de lhes agradecer por tão ricas histórias é o registro feito por escrito, que tira dos meus ombros o peso da confidência.

Agora essas histórias passam a ser do conhecimento de todos, assim como foi pública a vida de Johannes Baptist Rudolph, nascido na Alemanha, mas descendente de Franceses, como mostra a história do Brasão da família.



Brasão da família Rudolph. Fonte: *Heraldrys Institute of Rome*

Na carta que concede o brasão, é explicado: Nobres - Cavaleiros – Lordes Nobres da França região (Périgord).

Esta família tem patentes sob a forma de cartas dadas em Versalhes em agosto de 1700, pelas quais Luís XIV confirma em sua nobreza Pierre, senhor de Aysse. Enobrece-o novamente, conforme necessário, com seus filhos nascidos e a nascer e permite que eles continuem carregando as armas que os de sua família sempre carregaram. Estas armas, aqui brasonadas, como se vêem nas referidas patentes, estão igualmente registadas no **Grand Armorial de France (registo de Périgueux), em 19 de Agosto de 1700.**

Finalizo concluindo que, se um alemão com descendência francesa, fez no Brasil história que merece ser resgatada, quer dizer que, sem as fronteiras que segregam pelo idioma, raça, religião ou convicções políticas; podemos navegar por mares desconhecidos, encontrar um ninho e desejar ser ali a nossa última morada.

DOCUMENTOS OFICIAIS 1871

Nº 65 Directoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, em 19 de agosto de 1871.

Ilmo. E Exmo. Snr.

Tenho a honra passar ás mãos de V. Excia. nos abaixo assignados dos colonos necessitados residentes na Colonia Itajahy, que pedem serviço de estradas ou em outras obras da Colonia, para poderem com o salario de alguns dias por mez que trabalharem remir as necessidades das suas famílias.

Anteriormente, Exmo. Snr, os dinheiros do Estado vinhão avultadíssimos e os colonos sempre erão aquinhoados pelos trabalhos, que mensalmente dez ou quinze dias erão empregados; de Agosto do anno próximo passado para cá, época em que tomei conta da Direcção das Colonias, tem decrescido de uma maneira espantosa, a authorisação de se desprender em obras as mais necessárias tem sido impugnada pela Thasouraria da Fazenda, nos poucos serviços durante o anno que se tem feito empreguei os colonos novos chegados em conformidade do Regulamento de 19 de Janeiro de 1867; não há Engenheiro ou Agrimensor technico, que faça os orçamentos e plantas das obras necessárias para serem authorisadas por Vª. Excia. Em conformidade das instruções de 9 de Março de 1870, que Vª Excia mandou pôr em execução, reconheço a necessidade das obras que devem se fazer, e a inexequibilidade d'ellas, por falta absoluta do Engenheiro Agrimensor; as reclamações dos referidos colonos são atendíveis, V. Excia. porem mandará o que fôr de direito.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi
Director

Nº 66. DIrectoria das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, 19 de Agosto 1981.

Ilmo. E Exmo. Snr,

Tenho a honra passar ás mãos de Vª. Excia. as contas das despesas relativas do mez de Julho próximo passado, em conformidade das instruções de 9 de Março de 1870, digne-se V. Excia. mandar o pagador proceder os pagamentos.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

(Ordem de pagamento em data de 28-8-71).

Nº67. Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 25 de Agosto 1871.

Ilmo. E Exmo. Snr.

O colono doente Christiano Winter, incuravel nesta Colonia por falta de Medico e Hospital segue á Capital da Provincia para ali ser recebido no Hospital e peço respeitosamente á V. Excia digne mandar dar as necessárias ordens para este fim.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

(Expediu0se ordens, digo officios ao Provedor do Imperial Hospital de Caridade para receber o colono doente, e pela secretaria comunicou-se, em resposta, ao Director tudo em data de 14-9-71.)

Nº 68. Director das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 25 de Agosto 1871.

Ilmo. E Exmo. Snr.

Em cumprimento da ordem de Vª. Excia., contida no officio de 10 do corrente, já officiei ao Dr. Hartvigo Frederico Emilio Ramburch, dando lhe parte ser nomeado Medico d'estas Colonias, devendo quanto antes chegar e assumir o cargo pelo que tem sido nomeado e na sai passagem hir á Capital pagar os direitos na Alfandega e receber seu titulo.

Deos Guarde á V. Excia.
Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa
D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi
Director

Nº 70. Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 31 de Agosto de 1871.

Ilmo e Exmo Snr.

Incluso passo ás mãos de V. Excia. uma proposta que o Reverendíssimo Cura das Colonias, Padre Gattone me dirigio. Não tendo casa parochial n'esta Colonia , e tendo as colonos catholicas se oferecido á darem as madeiras para se construir uma, o Reverendo Gattone pede do Governo Imperial a quantia de réis 1:000&000 para o acabamento della.

Acho justa a pretensão delle, pois tenho presenciado de não achar coisa própria para morada de um Parocho como é o Padre Gattone, apesar de se pagar mensalmente réis 12&000 de aluguel. Digne-se V. Excia de submeter a dita proposta á consideração do Governo Imperial.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo e Exmo. Snr Doutor Joaquim Baideira de Gouvêa, digníssimo Presidente da Provincia de Santa Catharina

João Detsi, Director

Conforme o original remetido ao Exmo Snr Ministro da Agricultura em data de 12-9-71

(Assinatura incompreensível)

Nº 71. Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy em 31 de Agosto de 1871.

Ilmo. E Exmo. Snr

Tendo-se feito uma exploração no ribeirão denominado val do Gaspar, dentro da Colonia Itajahy, e abertas as picadas para principiar a medição de lotes coloniaes, sendo as terras de primeira qualidade, e estradas próximas para a Sêde colonial e Villa de Itajahy, e não tendo Agrimensor para proceder a dita medição, e achando-se aqui Germano Thieme, Agrimensor em medições lineares, poderá fazer a dita medição se V. Excia o authorizar para isto; e para Agrimesor technico Emilio Odebrecht, conforme o meu officio de 19 de Agosto do corrente sub nº. 64.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

Nº 74. Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 3 de Setembro de 1871.

Ilmo. E Exmo Snr.

Levo ao conhecimento de Vª. Excia. que chegarão da Europa em direitura para estas Colonias seis emigrantes alemães, sendo 4 adultos e 2 menores, se lhes tem dado as vantagens prescriptas no Regulamento

e se lhes distribui lotes e terra na Colonia Principe D. Pedro, aonde farão por eles escolhidos.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

Telegramma.

Estação Desterro , 5 de Set. de 1871

Do Director da Colonia Itajahy ao Sr. Secretario do Governo

Procedente da Estação de Itajahy.

Recebido ás 3 horas 25 minutos. Expedido ás 3 horas e (?) minutos

Para afirmar a V. Excia. o Snr Presidente Provincial que Lëo (incompreensível) este naturalizado Cidadão Brasileiro em Rio de Janeiro pelos fins de 1868 ao principio de 1869. Não sei se fez pelas Comarcas Legislativas ou pela Camara Municipal.

Ass. João Detsi

Nº 79 Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, em 18 de setembro de 1871.

Ilmo. E Exmo. Snr.

Tenho a honra passar ás mãos de Vª Excia o requerimento de John Cown, colono estabelecido em Principe D. Pedro; este colono é um dos melhores trabalhadores, tem uma plantação grande de mandioca, falta lhe engenho para a reduzir em farinha, elle pede á Vª. Excia e ao Governo Imperial se dignar mandar lhe fazer um emprestimo da quantia de $150$000 para fazer um engenho, obrigando-se á pagar a dita quantia no prazo de um anno; acho junsta a pretensão do suporte e é merecedor de qualquer favor que o Governo Imperial se dignar

lhe conceder, oxala que todos os colonos fossem como o suplicante trabalhador, ordeiro e respeitador das Leis.

Deos Guarde á V. Excia.

Ilmo. E Exmo. Snf. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina.

João Detsi

Director

GUABIRUBA 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO:
Um breve histórico da colonização do município

Rosemari Glatz*

Casa enxaimel tombada pelo IPHAN localizada no bairro São Pedro.
Acervo: Rosemari Glatz

INTRODUÇÃO

O nome Guabiruba foi utilizado, pela primeira vez, pelo Barão Maximilian von Schnéeburg, Diretor da Colônia à época da sua fundação. Outras referências ao nome Guabiruba, também escrito como "Gabiroba" ou "Guabiroba", são encontradas já nos primeiros mapas da Colônia Itajahy-Brusque.

Apesar de existirem mais versões para a origem do nome, neste texto — que não tem caráter científico — assumimos a versão de que a origem do nome Guabiruba é uma corruptela do nome da árvore

*A autora é Reitora do Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE. Professora universitária. Mestre em Administração. Pesquisadora da imigração alemã e polonesa para o Vale- do Itajaí-Mirim. Escritora, publicou vários livros e escreve para jornais da região de Brusque (SC). Contato: e-mail: rosemariescritora@terra.com.br

frutífera guabiroba, palavra de origem Guarani que significa árvore de casca amarga.

Planta nativa, a guabiroba cresce naturalmente tanto em áreas planas como em encostas de morros, aprecia as proximidades de cursos de água e cresce em abundância na região. O seu tronco pode chegar a 15 metros de altura, e suas frutas são consumíveis. A cidade de Guabiruba é repleta de nascentes e cursos de água, e os pés de guabiroba são facilmente encontrados, tanto nos vales como nas encostas dos morros e montanhas da cidade. A sua floração acontece entre agosto e novembro, por um curto período de tempo, e a maturação dos frutos também é rápida, ocorre entre 15 e 20 dias após a florada.

Os frutos — doces, amarelos e em forma de baga — amadureceram logo após a chegada dos primeiros imigrantes alemães e, tal como o miolo do palmito, é possível que os frutos da guabiroba também tenham servido de alimento para as famílias dos colonizadores logo após a sua chegada. E assim a árvore emprestou seu nome à cidade, que, entre a população local, é chamada carinhosamente de "Guaba".

A origem dos primeiros imigrantes de Guabiruba

A maioria dos imigrantes que colonizou Guabiruba é originária de Baden, que, até a unificação da Alemanha, em 1871, era um Estado independente na Confederação Alemã. Lothar Wieser (2014), pesquisador da imigração badense no século XIX, informa que o povo emigrava para fugir da fome decorrente do empobrecimento massivo em Baden. Segundo o autor, a emigração em massa do século XIX pode ser explicada preponderantemente por condições econômicas e, em muitos casos, o Estado apoiou-a financeiramente para se livrar de aldeões empobrecidos.

Apesar de desprovidos de recursos financeiros, alguns emigrantes possuíam um pequeno pedaço de terra e um pouco de patrimônio, que era vendido para juntar algum dinheiro para fins de emigração, que naquele tempo era do interesse do Estado, pois os pobres eram uma carga para o poder público. Mas, ainda assim, o processo não era muito simples. Para que a emigração fosse autorizada, o candidato precisava comprovar que não tinha nenhuma dívida, seja com o poder público, seja

com a iniciativa privada. Uma vez certificada a inexistência de dívidas, era emitida a autorização de emigração e, em seguida, o passaporte. E algum tempo após a concessão da autorização de emigração, a pessoa perdia o direito de cidadania na localidade.

Barracão dos Imigrantes localizado na Barra do Rio em Itajaí.
Acervo: Rosemari Glatz. Fonte: Internet

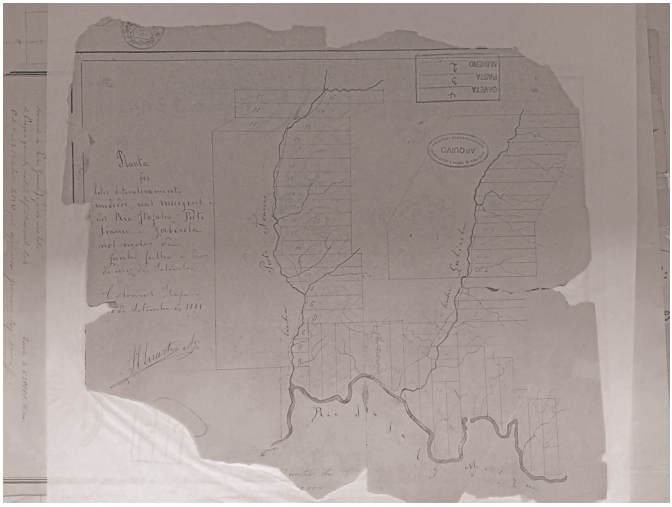
O princípio

Segundo os relatórios do Barão de Schnéeburg, primeiro diretor da Colônia Itajahy (atual Brusque), o primeiro grupo de colonizadores chegou à Colônia no dia 4 de agosto de 1860 e foi instalada no centro de Brusque. Em 19 de agosto daquele mesmo ano chegou o segundo grupo de imigrantes, os quais passaram a ser instalados em lotes de terra em direção ao Rio Guabiruba, e foi ali que iniciou a história de Guabiruba.

A viagem da Alemanha para o Brasil levava em torno de três meses. Da Barra do Porto de Itajaí, onde os imigrantes aportavam, até o Barracão dos Imigrantes na Colônia Itajahy (Brusque), o transporte dos colonizadores e seus pertences era feito por embarcações a remo que, rio acima, durava entre 3 e 5 dias. Assim também foi com os colonizadores de Guabiruba que, quando chegaram à colônia, foram instalados no Barracão do Imigrantes (que ficava nas proximidades do atual Clube de Caça e Tiro de Brusque).

Quando eles chegavam, tudo estava por fazer. O trabalho de ocupação das terras era feito em mutirão, com grupos de homens abrindo as picadas, abrindo os claros na floresta nativa, derrubando as

árvores, delimitando os lotes e neles construindo as primeiras casas provisórias. Eram barracos de chão batido que serviriam como moradia nos primórdios da colônia, feitos de espiques (caules) de palmito. Em alguns casos, as frestas das paredes eram fechadas com barro. As folhas de palmeiras eram trançadas para cobertura do barraco e o miolo do palmito servia para o preparo de alimentos com carnes de caça.



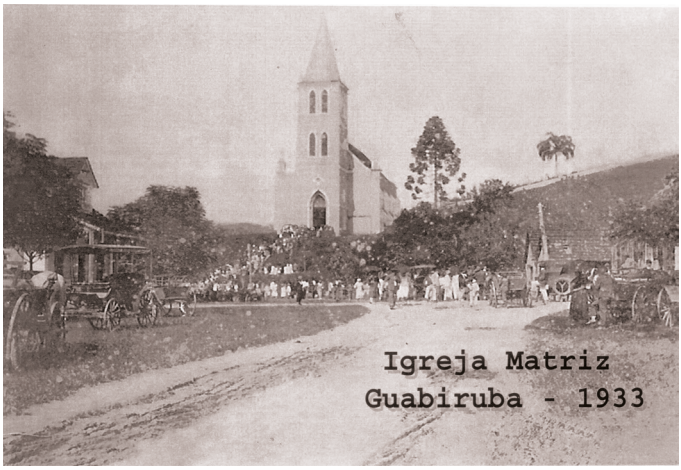
Mapa divisão dos lotes em Guabiruba.
Acervo: Museu Casa de Brusque

E assim, de forma comunitária, os espaços eram preparados para que as famílias dos imigrantes se instalassem provisoriamente. Durante o tempo de preparação do espaço que receberia a família, mulheres e crianças ficavam instaladas no Barracão dos Imigrantes. Na mata virgem, os colonizadores alemães, com suas famílias, plantaram e viveram em plena natureza, isolados de tudo e de todos.

A religiosidade foi fundamental para manter a união e a força do povo em inúmeros momentos de provação e, com o passar do tempo, a situação econômica dos imigrantes foi melhorando. Os barracos provisórios foram sendo substituídos por casas de madeira e, em alguns casos, por casas feitas com tijolos. Foram tempos difíceis, e só com muita fé em Deus e união é que as famílias conseguiram suportar aqueles primeiros tempos e prosperar em terras brasileiras.

A vida de igreja em Guabiruba

A religiosidade, a educação e a disciplina sempre foram consideradas fundamentais para o povo guabirubense, tanto que a primeira igreja e uma das primeiras escolas da então Colônia Itajahy-Brusque (à qual pertencia até o ano de 1962, quando foi emancipada), foram instaladas em Guabiruba, numa iniciativa dos próprios imigrantes.



Igreja Matriz de Guabiruba.
Acervo: Prefeitura Municipal de Guabiruba

No início, a vida de igreja acontecia no círculo familiar. Segundo o Padre Eder Celva (2013), a referência religiosa material era fundamental para a vida dos imigrantes inseridos num contexto exclusivamente agrário, com uma visão sacral de ver as coisas e o mundo. Embora a construção de igrejas fosse de responsabilidade do Governo Imperial, em Guabiruba não se cogitou esperar por auxílio público e, poucos meses após a chegada dos imigrantes, a primeira capela foi edificada.

Ao se referir ao assunto, Oswaldo Cabral (1958) informa que o primeiro templo católico da Colônia Itajahy-Brusque foi o da então Guabiruba do Norte, edificada em junho de 1861, no centro de Guabiruba. Ainda em meio à mata, os colonizadores fixaram um tosco cruzeiro, que logo se transformou em ermida (pequena igreja em lugar ermo), encosta acima, próximo à confluência do rio Pomerânia com o rio Guabiruba.

De acordo com as pesquisas de Roque Luiz Dirschnabel (2018), a primeira capela foi construída no centro, nas terras de Franz Jakob Klein onde, posteriormente, Johann (João) Kormann tinha um pequeno comércio de escambo, mais tarde herdado por Theodoro Belli (casado com Paulina Kormann). Denominada Mariahilfskapelle (Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), foi construída de espiques (caules) de palmito. O piso da capela era de chão batido e a cobertura de palha. Também existem registros da construção de uma pequena capela na localidade de Guabiruba do Norte Alta no ano de 1862, denominada Capela de Santo Afonso.

Na Stadtplatz (sede da colônia, atual centro de Brusque), a primitiva capela só foi erigida no ano de 1866, cinco anos depois da primeira capela ter sido erguida em Guabiruba, e tão somente porque houve investimentos privados.

A importância da disciplina e da educação para o guabirubense

A família, a escola e a igreja se complementam e constituem os principais pilares da sociedade. No entanto, nos primórdios da colonização no Sul do Brasil, raramente o Governo se preocupava com

Escola particular alemã localizada no Centro de Guabiruba.
Acervo: Roque Luiz Dirrschnabel

a questão da educação — tão importante para os imigrantes germânicos, que já tinham aprendido em sua terra de origem sobre a força da educação e da disciplina para o desenvolvimento de uma sociedade.

Ainda segundo as pesquisas de Dirschnabel (2018), no tempo em que os imigrantes chegaram, o Padre Alberto Francisco Maximilliano Gattone apostolava em Blumenau e Gaspar quando foi chamado pelo Barão von Schnéeburg, Diretor da Colônia, para atender ao crescente número de famílias católicas da Colônia Itajahy-Brusque. Em face da ausência de professores qualificados, o Pe. Gattone estimulou alguns colonos para que ensinassem as primeiras letras em suas comunidades. Frederico Nützel, Carlos Scharf, Francisco Weitgenant, Beniamino Suem, João Jensen, Karl Boos e, logo depois, João Boos, sendo colonizadores mais esclarecidos, assumiram a nobre função de ensinar. A primeira escola paroquial de Guabiruba começou a funcionar ainda em 1862, nas imediações da primeira capela — Mariahilfskapelle. A escola tinha como professor o sacristão Frederico Nützel que, antes de atuar como professor, já ministrava a catequese e escolarizava as crianças e os jovens, sob a coordenação do Pe. Gattone.

No Álbum do Centenário de Brusque (1960) encontramos diversas informações sobre a questão educacional em Brusque, à qual Guabiruba pertencia. Walter F. Piazza (1960) comenta, no referido livro, que em 1864 foi autorizada a criação de uma escola de instrução primária para o sexo masculino na Colônia Itajahy-Brusque, com salário do professor pago pelo governo.

Mas essa escola, instalada no centro da Colônia (Brusque), não atendia as comunidades do interior da Colônia. No entanto, como visto acima, Guabiruba já tinha sua própria escola desde 1862, ainda antes que a primeira escola para o sexo masculino fosse instalada na Stadtplatz — sede da colônia —, numa iniciativa da Igreja Católica. Em 1º de fevereiro de 1868, começou a funcionar uma escola particular na localidade de Guabiruba do Norte Alta (hoje bairro Aymoré).

Atualmente a escola do bairro Aymoré é denominada Padre Germano Brandt e, de acordo com Dirschnabel (2018), Karl Boos (o "velho", não confundir com Carlos Boos) foi o professor na comunidade católica e ensinava as primeiras letras numa casa particular. A comunidade

da igreja luterana de Sternthal, também vinculada ao bairro Aymoré, teve uma pequena escola, sendo seu primeiro professor o "velho" imigrante Bartz.

Ainda conforme Walter F. Piazza (1960), em 1880 foi fundada a primeira escola particular alemã em Guabiruba do Norte. Dirschnabel complementa esclarecendo que a referida escola se localizava próximo da atual instalação da Casa das Irmãs, na rua 10 de junho, no Centro, onde lecionou o Sr. Carlos Scharf. Esta escola foi fechada durante a Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, foi substituída pela atual escola Prof. João Boos, construída na rua Brusque.

Piazza (1960) também escreve que, em 1885, foi fundada no bairro Alsácia a primeira escola particular, em língua alemã, que funcionava duas vezes por semana. No ano seguinte, em 1886, foi criada a escola particular de Guabiruba do Sul. E só muitos anos depois é que essas escolas passaram aos cuidados do Governo, que criou outras escolas.

Diversos personagens da Sociedade do Pelznickel em Guabiruba.
Acervo: Fabiano Siegel

Já se passaram 162 anos desde que o primeiro grupo de imigrantes originários de Baden chegou. Guabiruba se desenvolveu e, em 2022, tanto escolas como templos religiosos, especialmente os católicos, existem em todos os bairros da cidade. Seu povo pouco se miscigenou e conseguiu preservar seus valores, tradições, expressões étnicas,

religiosidade e cultura, sendo bastante perceptível que, no inconsciente coletivo do povo guabirubense, existe um elemento que continua agindo de forma destacada sobre o inconsciente humano evidenciado na manifestação do seu folclore: o Pelznickel. E por isso Guabiruba se autodenomina "A Terra do Pelznickel"!

REFERÊNCIAS

ÁLBUM DO CENTENÁRIO DE BRUSQUE. Edição Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

CABRAL, Oswaldo R. **Brusque**: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.

CELVA, Pe. Eder Cláudio. **História da Igreja Católica em Guabiruba**: Cinquentenário da Paróquia, 2013.

DIRSCHNABEL, Roque Luiz. Entrevista concedida a Rosemari Glatz, por e-mail, em 9 de julho de 2018. De acordo com as pesquisas realizadas por Dirschnabel.

PIAZZA, Walter F. **Folclore de Brusque**: Estudo de uma comunidade. Edição da Sociedade Amigos de Brusque. Brusque, 1960.

WIESER, Lotar. **"Das hiesige Land gleichteinemParadies"**: Die Auswanderung von Baden nachBrasilien im 19. Jahrhundert ("Esta terra é um paraíso": A emigração badense ao Brasil no século XIX). Volume 1. Badisch-Südbrasilianische Gesellschft (BSG): Karlsdorf-Neuthard:VerlagRegionalkultur, 2014.

SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE
MUSEU CASA DE BRUSQUE
Relatório da Diretoria
Exercício de 2021

Temos o prazer de informar aos nossos Associados e público em geral, o resumo das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2021.

Nas reuniões mensais da Diretoria e na Assembleia Geral, ocorridas durante o ano de 2021, foram apresentados e aprovados os seguintes tópicos:

- prestação de contas;
- Relatório do Projeto Cultural "Reestruturação do Museu Casa de Brusque" PRONAC 201579;
- Apresentação do novo projeto cultural para a Lei Federal de Incentivo à Cultura "Plano Anual de Atividades do Museu Casa de Brusque 2022";
- Eventos e proposta de evento na SAB;
- Revisão do Plano Museológico do Museu;
- Entrega do relatório e prestação de contas pelo presidente do Conselho Editorial, Senhor Jorge Paulo Krieger Filho, referente ao lançamento do ANUÁRIO NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ – 2021;
- Baixas do patrimônio da SAB; 8) Proposta da nova exposição de longa duração para o Museu.

PROJETO PRONAC 201579: REESTRUTURAÇÃO DO MUSEU CASA DE BRUSQUE

Durante o ano de 2021, o projeto "Reestruturação do Museu Casa de Brusque" (PRONAC 201579) foi executado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Os recursos foram captados com parceiros locais como as empresas Irmãos Fischer, Havan, Florisa Tinturaria e Irmãos Hort pelo incentivo fiscal a partir da dedução do Imposto de Renda.

REFORMA DE PARTE DO PRÉDIO QUE ABRIGA O MUSEU/ACERVO HISTÓRICO

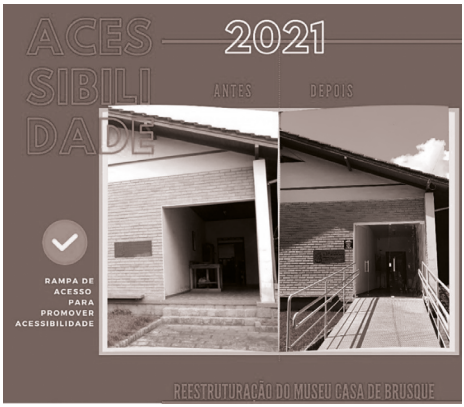
Antiga sala de reuniões que foi transformada em reserva técnica.

VAGAS DE ESTÁGIO

Dentro do Projeto de Reestruturação do Museu Casa de Brusque, foram oferecidas vagas de estágio, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, em horário matutino ou vespertino, duração de 6 meses e remuneração mensal De R$ 600,00 (seiscentos reais) mais vale transporte (R$ 300,00).

ACESSIBILIDADE ÀS DEPENDÊNCIAS DO MUSEU CASA DE BRUSQUE

Sempre preocupada com a acessibilidade dos visitantes, a Administração do Museu realizou reformas com o objetivo de melhorar o acesso, como pode ser visto na imagem abaixo:



TRABALHOS DE HIGIENIZAÇÃO, REORGANIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO DO PATRIMÔNIO

As peças que compõem o acervo do MUSEU CASA DE BRUSQUE, foram reorganizadas e catalogadas obedecidos critérios museológicos com vista a possibilitar a melhor visualização para os visitantes.

Equipe da Viés Cultural Museologia e Patrimônio assessorando os trabalhos no museu

LANÇAMENTO DO ANUÁRIO 2021 E DO SELO COMEMORATIVO EM HOMENAGEM AO CONSELHEIRO ARAÚJO BRUSQUE

O Museu Casa de Brusque, em parceria com o Clube Filatélico Brusquense e apoio da Prefeitura Municipal de Brusque, Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE além de vários patrocinadores, lançou em 23 de setembro a edição 2021 do ANUÁRIO NOTÍCIAS

DE VICENTE SÓ, com vários artigos sobre Brusque e região. O texto principal, capa da revista, é uma homenagem à vida e obra do Cônsul Carlos Renaux.

Na mesma oportunidade, foi lançado um selo personalizado em memória dos 135 anos de falecimento do Conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque, idealizado pelo Clube Filatélico Brusquense.

Presentes ao evento Autoridades municipais, Associados e grande público.

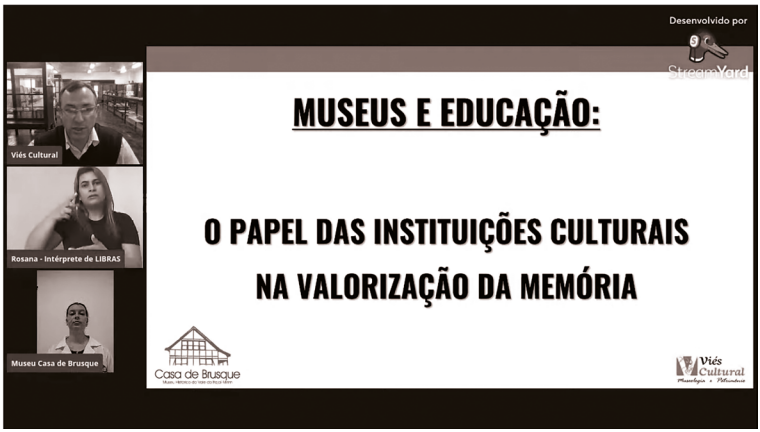
Coroa de flores sendo depositada no Mausoléu do Conselheiro Brusque. Na foto, Prefeito Municipal, Ari Vechi, presidente da Sociedade Amigos de Brusque, Ricardo Vianna Hoffmann e Reitora da UNIFEBE, Rosemari Glatz

Lançamento do selo personalizado e do cartão postal em homenagem ao Conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque

Autoridades e comunidade presentes no lançamento do anuário Notícias de Vicente Só, edição 2021, selo, envelope e cartão postal em homenagem ao Conselheiro Francisco Carlos de Araújo Brusque

PALESTRA VIRTUAL

Foi realizada uma palestra com o título O Papel das Instituições Culturais na Valorização da Memória, com participação de intérprete de libras.



EDITAIS, PRÊMIOS E LEIS DE INCENTIVO

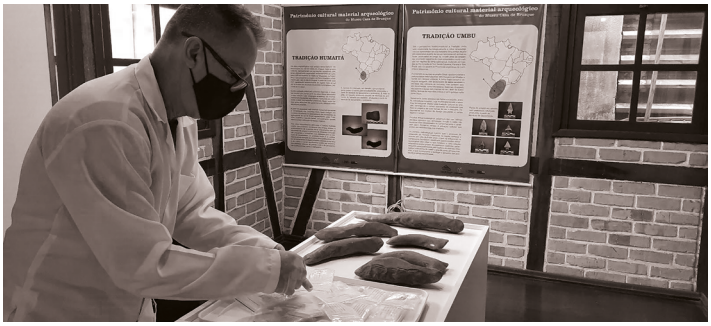
Contemplados pelo Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, em 2021 foi executado o projeto "Patrimônio cultural material arqueológico do Museu Casa de Brusque".

Arqueólogo Darlan Cordeiro embalando peças arqueológicas

EXPOSIÇÕES

SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS

Montagem da exposição para a Semana Nacional de Museu, no Museu Casa de Brusque.



IMAGENS DE PEÇAS DO ACERVO DO MUSEU CASA DE BRUSQUE

O ano de 2021 foi um período de importantes transformações e crescimento institucional da Sociedade Amigos de Brusque, em especial, a execução do projeto cultural "REESTRUTURAÇÃO DO MUSEU

CASA DE BRUSQUE – PRONAC 204579 –, que proporcionou grandes mudanças com o incentivo das empresas FLORISA TINTURARIA – HAVAN - IRMÃOS FISCHER – IRMÃOS HORT.

Finalmente, agradecemos aos nossos Patrocinadores e Associados pelo importante apoio à Casa de Brusque, que reverte na manutenção e preservação da história do nosso município e de todo o Vale do Itajaí-Mirim.

Atenciosamente,

A Diretoria
Brusque, julho de 2022.